

CAIO SMOLAREK DIAS  
FÚLVIO NATÉRCIO FEIBER  
HITOMI MUKAI  
SOLANGE SMOLAREK DIAS


**CASCADEL:** **UM ESPAÇO NO TEMPO**  
**A História do**  
**Planejamento Urbano**

**2ª Edição**  
**Revisado e Atualizado**









CAIO SMOLAREK DIAS  
FÚLVIO NATÉRCIO FEIBER  
HITOMI MUKAI  
SOLANGE SMOLAREK DIAS

**CASCADEL: UM ESPAÇO NO TEMPO**  
**A História do**  
**Planejamento Urbano**

**2ª Edição**  
**Revisado e Atualizado**

Apoio:

Prefeitura Municipal de Cascavel

FUNDATEC - Fundação Paranaense para o Desenvolvimento  
Tecnológico da Indústria da Construção

MIS - Museu da Imagem e do Som

SEPLAN - Secretaria do Planejamento de Cascavel

FAG - Faculdade Assis Gurgacz

DIAS, Caio Smolarek; FEIBER, Fúlvio Natércio; MUKAI, Hitomi; DIAS, Solange Irene Smolarek. Cascavel: um espaço no tempo. A história do planejamento urbano. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

ISBN: 85-87938-03-7

1. Arquitetura. 2. Planejamento Urbano.

CDD 720

**Capa:** Silmara Dias Feiber  
**Digitação:** Andréia Cristina Tegoni  
**Revisão:** Patrícia B. R. de Oliveira



**syntagma**<sup>®</sup>  
E D I T O R E S

**Acabamento e Impressão**



Rua Pio XII, 505 - Neva - Fone:(45) 3222-0380  
CEP 85.801.170 - Cascavel - PR  
grafica@assoeste.com.br

## PREFÁCIO

Num momento histórico da existência da cidade de Cascavel, onde o médico cardiologista Dr. Lísias de Araújo Tomé assume a prefeitura após cinco alternâncias consecutivas de grupos tradicionais da política local, e onde tenho a oportunidade inesperada de comandar a Secretaria de Planejamento, deparo-me com a grata condição de encontrar no meu mais estreito relacionamento, um grupo de abnegados e apaixonados amigos que não hesitaram em aceitar a responsabilidade e desafio de registrar em livro a história do Plano Diretor de Cascavel.

Caio, Fúlvio, Hitomi e Solange, além de apaixonados pelos desafios que lhes são apresentados, são dedicados e muito competentes como pode ser comprovado na ordem, na clareza, nos critérios, nos registros e no conteúdo que forma um dos mais importantes documentos da história de Cascavel.

Elaborado e ordenado de forma clara e objetiva, o livro escrito por este quarteto é além de tudo, uma aula de história e de urbanismo, inteirando o leitor das origens das cidades, do urbanismo e também da contemporaneidade que inspira os urbanistas a pensar a cidade.

Cidadãos, políticos, estudantes, professores e pesquisadores encontrarão neste livro um riquíssimo conteúdo, que além de registrar um lado da história de Cascavel, nos remete as origens das cidades e nos conduz com leveza e transparência pelo tempo até nos expor os primórdios da colonização de nossa região, concluindo com o momento histórico da reformulação do Plano Diretor de Cascavel.

Não posso deixar de registrar meu agradecimento ao Prefeito Municipal de Cascavel, Dr. Lísias de Araújo Tomé, pela confiança e autonomia depositada a mim, e também a todos que me antecederam nos comandos da SEPLAN, notadamente ao que me transmitiu o cargo, o engenheiro Ronald Drabik Peixoto, que em dezoito meses de secretaria, iniciou e conduziu com maestria o processo que tive a felicidade de concluir. Neste processo não posso esquecer de referenciar o excelente trabalho coordenado pela arquiteta Sônia de Palma Bedin Rangueti e sua equipe de competentes servidores municipais que permitiu ao Município de Cascavel ter o melhor e mais bem elaborado Plano Diretor de sua História.

Ao Caio, Fúlvio, Hitomi e Solange, meu muito obrigado por terem aceitado o desafio, e principalmente por terem superado qualquer expectativa almejada para este produto final, que pode agora ser apreciado por todos os leitores interessados na cidade de Cascavel e sua história.

Arquiteto Luiz Alberto Círico  
Secretário Municipal de Planejamento



*To Mister John Skirving, who  
taught me how to love history.  
(Caio Smolarek Dias).*

*À Silmara que, com sua simpatia  
e espontaneidade, ajudou a  
tornar possível a realização  
deste trabalho  
(Fúlvio Natércio Feiber)*

*Dedico este livro à todos que  
contribuíram e contribuem para  
a melhoria dessa cidade que  
acolheu à mim e minha família.  
Que a cada dia renasça a força  
que impulsionou pioneiros e que  
os filhos dessa terra, dela se  
orgulhem e saibam construir  
uma cidade melhor.  
(Hitomi Mukai)*

*Aos nossos colegas e alunos,  
que nos movem no caminho da  
pesquisa do ontem e do hoje,  
nos dando luz para o amanhã.  
(Solange I. Smolarek Dias)*



## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à administração municipal comandada pelo prefeito – médico cardiologista Dr. Lísias de Araújo Tomé, especialmente ao Secretário Municipal de Planejamento, arquiteto Luiz Alberto Círico, que, sensíveis ao momento histórico por que passa o Município, oportunizam que a história do planejamento urbano de Cascavel-PR, aqui fique documentada.

Caio Smolarek Dias  
Fulvio Natércio Feiber  
Hitomi Mukai  
Solange Irene Smolarek Dias

*O que se poderia classificar como exemplos de uma boa acupuntura urbana? Em alguns casos, as intervenções se dão mais por necessidade que por desejo, para recuperar feridas que o próprio homem produziu. (LERNER, 2003, p. 8-9)*

## RESUMO

Objetiva-se apresentar a História do Planejamento Urbano da Cidade de Cascavel-PR, no momento em que é concluído e em condições de ser encaminhado à Câmara Municipal o Plano Diretor de Cascavel – 2005. Na intenção de apresentar a história da cidade genérica ao longo da história da humanidade. Discorrer-se-á sobre a mesma enfatizando sua resignificação, do sagrado ao profano, e no conceito de imaginário social de Cornélio Castoriadis. Apresenta-se então a cidade de Cascavel-PR, inicialmente em relato histórico, para, na seqüência, apresentar a história de seu planejamento urbano. Este relato histórico é argumentação teórico-metodológica para a crítica ao urbanismo progressista, ícone da modernidade, e a inserção do novo urbanismo, representado no Brasil pela Lei do Estatuto da Cidade. Apresenta-se a conceituação do Plano Diretor de Cascavel – 2005, na sua concepção e diretrizes. Conclui-se que o processo atual diverge dos anteriores pela significância da justiça social e pela ação democrática, evidenciadas na elaboração e na redação do atual plano, e que o sucesso de sua implantação dependerá da atuação efetiva dos atores sociais que pactuaram entre si este documento técnico, político e legal.

**Palavras-chaves:** Plano Diretor. Cascavel. Urbanismo.

## ABSTRACT

This text hereby objects to present the history of the urban planning of the city of Cascavel, located in the state of Paraná. The text was concluded at the same time that the current urban plan has, and now awaits for approval on the city council. With the intention of presenting the history of the generic city throughout the history of humanity, this text will debate about the history enphasying its resignification, from the sacret to the profane, following the concecp of the social immaginarium of Conlelius Castoriadis. Then it will present the city of Cascavel, inicially on a historical narrative, for afterwards narrate the history of its urban planning. This historical narrative is the theoretical-methodological argument for the critic towards the progressive planning, icon of modernity, and insert the new urbanism, represented in Brazil on the Statute of the cities law, then present the concepts on the Main plan of Cascavel – 2005. The report concludes that the actual process diverges from the anteriors on its significance for justice and democratical action, evidenced on the draw up, elaboration and writing of the actual plan. The sucess of its introduction into society will depend on the effective performance of those who pacted this technical, political and legal document.

**Key-words:** Main plan. Cascavel. Urbanism

# SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>APRESENTAÇÃO .....</b>   | <b>17</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>19</b>  |
| <b>PRIMEIRO CAPÍTULO</b>  |            |
| AS CIDADES E O URBANISMO NA HISTÓRIA .....                                  | 25         |
| O SAGRADO, O PROFANO E O IMAGINÁRIO SOCIAL .....                            | 40         |
| <b>SEGUNDO CAPÍTULO</b>   |            |
| HISTÓRIA E PLANEJAMENTO DE CASCAVEL .....                                   | 49         |
| 1- A FORMAÇÃO DA REGIÃO .....   | 49         |
| 2- OS JESUÍTAS E A MÃO DE OBRA ESCRAVA .....                                | 54         |
| 3- CASCAVEL .....   | 57         |
| 3.1- O desenho urbano da cidade .....                                       | 62         |
| O PROCESSO DE PLANEJAMENTO URBANO .....                                     | 65         |
| 1975 – O 1º PLANO – PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO .....                  | 70         |
| 1978 – PLANO DIRETOR .....  | 72         |
| DEZEMBRO 1986 A JUNHO 1987 – PLANO DIRETOR DE USO<br>OCUPAÇÃO DO SOLO ..... | 84         |
| 1992 – PLANO DIRETOR .....  | 88         |
| PLANEJAMENTO URBANO DE 1993 – 1996 .....                                    | 95         |
| PLANEJAMENTO URBANO DE 1997 – 2000 .....                                    | 96         |
| PLANEJAMENTO URBANO DE 2001 – 2004 .....                                    | 97         |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>  | <b>99</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>107</b> |



## APRESENTAÇÃO

Cascavel, PR. Cidade acolhedora, berço de diversos planos de trabalho, como de realizações. Mesmo antes de se tornar cidade, este território já era acolhedor para os que por aqui passavam, fosse em busca de trabalho, fosse por razões político-ideológicas. Este *Eldorado* era vastamente conhecido pela abundância de matérias-primas, e a notícia de que esta terra era geradora de grandes frutos, separados e delimitados por seus ciclos, atraiu, e ainda atrai, a vários visionistas. Exemplos concretos são três dos autores deste livro: Solange Irene Smolarek, que vinda na década de 70, constituiu família e agregou ao seu nome o sobrenome Dias. Hitomi Mukai, vinda na década de 1990, também foi atraída pelo mesmo ideal e objetivo de Solange, a concretização e realização profissional. Já no terceiro milênio, Cascavel continua berço acolhedor aos que para cá vêm, ainda em busca de trabalho e de um lugar melhor para criar seus filhos, como o que ocorreu com o arquiteto Fúlvio Natércio Feiber.

Dentre os vários novos cidadãos desta região, são gerados novos frutos, que, conhecidos como a nova geração de Cascavel, serão o futuro desta cidade. Vindos como habitantes, gerados e nascidos nesta terra fértil, estes frutos são a concretização do sucesso deste lugar. Caio Smolarek Dias, diferentemente dos outros três autores, é daqui nato.

Estes quatro autores estão ligados à pesquisa acadêmica. Fúlvio, Hitomi e Solange são docentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAG, instituição de ensino superior estabelecida em Cascavel, e de expressão estadual. Caio, discente da mesma instituição de ensino, é pesquisador atraído pela corrente histórica.

O presente trabalho de pesquisa nasceu de um encontro formal: o 2º Fórum do Plano Diretor de Cascavel, ocorrido no primeiro semestre de 2005 e coordenado pela Fundação Paranaense para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria da Construção – FUNDATEC, com sede em Cascavel e presidida por Gerson Lorenzi<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Gerson Ângelo Lorenzi – Geólogo, graduado pela universidade de Unisinos em 1988. É natural da cidade de Cascavel, onde fundou em 1989 a empresa Fungeo – Fundações e Geologia Ltda. É Presidente da FUNDATEC.

Neste 2º Fórum do Plano Diretor, com o intuito de discutir os destinos da cidade para a próxima década, reuniram-se autoridades, cidadãos, representantes do governo e de Ongs.

Entretanto, foi num encontro informal que esta idéia se tornou realidade. Por obra do acaso (será?), no intervalo entre uma discussão e outra, o assunto do início do planejamento urbano surgiu, em conversa entre o então atual Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Aldo Parzianello<sup>2</sup>, e a arquiteta Solange Irene Smolarek Dias.

Inserindo-se na conversação, o presidente da FUNDATEC, Gerson Lorenzi, e o Secretário Municipal de Planejamento, Luiz Alberto Círico<sup>3</sup>, decidem pela elaboração deste documento, como material de apresentação à comunidade técnica, acadêmica e cidadã.

---

<sup>2</sup> Aldo Parzianello – Secretário da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná.

<sup>3</sup> Luiz Alberto Círico – arquiteto e urbanista graduado pela Universidade Federal do Paraná em 1980, é mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e está realizando seu doutorado na mesma instituição. É natural da cidade de Cascavel, onde é sócio proprietário da NBC Arquitetura e Construções LTDA. Foi o profissional responsável pela estruturação e implantação do curso de arquitetura e urbanismo da Faculdade Assis Gurgacz e desde então é o responsável pela coordenação do curso. Foi nomeado secretário de planejamento do município em janeiro de 2005.

## INTRODUÇÃO

Este documento é destinado à comunidade técnica, acadêmica e cidadã. Nesta intenção, o objetivo geral é o de apresentar, através do relato da evolução das cidades na história da humanidade, e, após, no relato da ocupação do território, a evolução histórica do processo de planejamento urbano do Município de Cascavel, de seu início até o momento atual. Este relato histórico é mais um veículo de comunicação que apresenta a proposta de Lei do Plano Diretor de Cascavel – 2005.

Formada a equipe de autores, os mesmos entenderam ser necessária, pelo caráter didático-pedagógico do relato, a organização textual da presente pesquisa em três capítulos, caracteristicamente distintos e ligados entre si.

A metodologia adotada é a de pesquisa bibliográfica e de entrevistas com atores partícipes do processo de planejamento urbano do Município de Cascavel.

O primeiro capítulo, intitulado “As cidades e o urbanismo na História”, de autoria de Solange Irene Smolarek Dias, é parte constante de sua dissertação de mestrado intitulada “A arquitetura do Desejo: o discurso da nova identidade urbana de Curitiba”, defendida no Mestrado em Letras: Linguagem e Sociedade da UNIOESTE.

Este capítulo discorrerá sobre as cidades e o urbanismo na história, na linha do tempo, como construção coletiva do real, do imaginário, do sagrado e do profano. Nele é basilar as concepções que nos são trazidas pelos autores Jean-Louis Harouel, Jacques Le Goff, Jonathan Glancey, Marilena Chauí, Wilton Fred C. de Oliveira, Marshall Berman, entre outros. Apresenta-se a história das cidades desde Jericó até o Século XXI, suas razões de ser, seu desenho urbano como conseqüências sociais, econômicas e religiosas.

A criticidade deste capítulo confronta, na história da evolução urbana, o sagrado e o profano, também insere os conceitos de Cornélius Castoriadis, especialmente na sua abordagem da sociedade, na configuração do indivíduo por ela constituído e, fundamentalmente, pela apresentação do conceito de imaginário como o princípio de seu poder; poder este que confere identidade ao indivíduo e insere-o no imaginário social.

O segundo capítulo, intitulado “História e Planejamento de Cascavel”, é fruto de pesquisa bibliográfica, entrevistas, das experiências pessoais dos quatro autores. Iniciando pela história de Cascavel, configurada como cenário da ação jesuítica e das bandeiras brasileiras, no início da colonização do Brasil. O capítulo discorre também sobre o processo extrativista da erva mate e, já no século XX, apresenta a cidade como palco da ação do tenentismo; revolução que culminou com a ascensão de Getúlio Vargas à presidente da República do Brasil. O capítulo apresenta ainda o processo de colonização da cidade de Cascavel como consequência desse movimento político, pois quem para cá vinha, buscava a tranquilidade e o obscurantismo da região, como proteção à possível perseguição política.

Estabelecido o vilarejo, este cresce. O advento da extração da madeira o torna *ilha* de prosperidade na década de 1960, o que exige a transferência da estrada que ligava a capital do estado à Foz do Iguaçu para o sul da área urbana. No processo de transferência da estrada é criada, em projeto inovador, a Avenida Brasil. Este é o marco inicial para as futuras ações do planejamento municipal, nesse momento fortemente identificado com o urbanismo progressista, movimento considerado como a solução apresentada pela modernidade como a salvadora e saneadora dos problemas urbanos.

Estes problemas, na visão da corrente progressista, seriam resolvidos pela ênfase dada às obras e ao espaço físico-territorial. É importante salientar que a corrente do urbanismo progressista dominava o mundo, tendo sufocado as correntes oponentes como a orgânica, humanista e outras.

No Brasil, a cidade de Brasília era o ícone nacional e orgulho do brasileiro perante o mundo, como uma pólis totalmente projetada no paradigma do urbanismo progressista. Contemporâneo à tendência urbanística internacional, o momento político da nação brasileira era o da Ditadura Militar.

Se no mundo o urbanismo progressista era a receita, no Brasil era modelo: pelas ênfases metodológicas centradas em diagnósticos físico-territoriais, as ações priorizavam obras físicas. Esta condição desencadeou a elaboração de Planos Diretores, de Uso e Ocupação do Solo e Leis Urbanísticas por todo o território nacional.

As ações vieram em cascata, passando a ser exigência do Governo Federal e do Governo do Estado do Paraná. Fazia-se necessário, então, para que o município pleiteasse recursos de infra-estrutura urbana, que o mesmo possuísse seu Plano Diretor. Esta exigência fez com que muitos destes documentos somente ocupassem a prateleira do gabinete do prefeito, uma vez que, muitos deles, não possuíam o respaldo popular.

Lembremos que este respaldo popular não era a prática, pois os tempos eram de ditadura. Estes planos eram em sua maioria elaborados

por técnicos e aprovados por políticos, muitas vezes em atos legalistas que ocorriam através de decretos.

É importante salientar que este não é o caso de Cascavel, que, apesar de incorrer em erros no processo de estabelecimento do sistema de planejamento municipal, de maneira geral, contou com equipes de técnicos, fundadas com funcionários municipais comprometidos com a cidade e seu desenvolvimento urbano.

No caso de Cascavel, a primeira ação<sup>4</sup> de organização do espaço urbano ocorre em 1974, com a contratação da profissional da arquitetura e urbanismo, Solange Irene Smolarek<sup>5</sup>, para a elaboração do Código de Obras, Lei de Zoneamento e Lei de Loteamentos, as três para a área urbana municipal.

Em 1978, o município já contando com a instalação de estrutura administrativa<sup>6</sup> de planejamento urbano, contrata a consultoria do arquiteto Jaime Lerner<sup>7</sup>, que elabora, em conjunto com a equipe técnica municipal, o Plano Diretor. Apesar da corrente metodológica do consultor ser humanista, este plano ainda enfatiza as obras físico-territoriais, da tendência progressista. No entanto, e apesar da ênfase da corrente progressista, pela primeira vez na história da cidade e pela sensibilidade da equipe de consultores, nesse plano é constatada a importância e representatividade das nascentes e fundos de vale, especialmente no centro urbano.

Esta situação é enfatizada na proposta, que recomenda a preservação das margens dos fundos de vale com parques lineares, uma vez que muitos deles estão ocupados por loteamentos, inclusive legalmente aprovados pelo poder público municipal.

Desse Plano Diretor resultam novas leis de Zoneamento e de Sistema Viário, além de plano de ação de obras significantes para a cidade, como o Centro Cívico, o calçadão da Av. Brasil e outros.

Apesar do expressivo crescimento da cidade, mas pela alternância política de oposição, prática que é constante na administração municipal cascavelense, a gestão<sup>8</sup> de 1983 a 1988, ao suceder a anterior, desarticula a estrutura de planejamento municipal existente; transforma em assessoria da Secretaria de Obras, e contrata a consultoria do arquiteto curitibano Luiz Forte Netto<sup>9</sup>, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano.

---

<sup>4</sup> Prefeito eleito: Sr. Pedro Muffatto; vice-prefeito: Ferdinando A. Maschio – gestão de 1973 a 1976.

<sup>5</sup> Co-autora da presente publicação.

<sup>6</sup> Prefeito eleito: Sr. Jacy Miguel Scanagatta; vice-prefeito: Assis Gurgacz – gestão de 1977 a 1982.

<sup>7</sup> Jaime Lerner - arquiteto e planejador urbano, nasceu em Curitiba, em 1937. Engenheiro civil (1960) e Arquiteto (1964) pela Universidade Federal do Paraná, foi prefeito nomeado da capital paranaense por duas vezes e eleito em 1989. Exerceu o cargo de diretor da Escola de Arquitetura de Curitiba e, em 1975, foi consultor de urbanismo da Organização das Nações Unidas. É membro honorário do Real Instituto de Arquitetos do Canadá e do AIA-Instituto Americano de Arquitetos. Foi eleito governador do Paraná em 1994 e reeleito em 1998. Disponível em <http://www.arcoweb.com.br/entrevista>. Acesso em 6 set 2005.

<sup>8</sup> Prefeito eleito: Fidelcino Tolentino; vice-prefeito: Adelino Marcon – gestão de 1983 a 1988.

Este trabalho técnico destaca-se pela leitura ampla do cenário municipal e, apesar de ainda pertencer à corrente metodológica do urbanismo progressista, possui uma leitura mais abrangente, não se limitando somente ao espaço físico-territorial.

Essa gestão municipal encerra-se em 1988, sem que o documento técnico tenha se transformado em documento legal.

A gestão municipal de Salazar Barreiros, que a sucede, de 1989 a 1992, também de oposição à anterior, já tem sob sua responsabilidade atender aos ditames da nova Constituição Federal que obriga, apesar de não detalhar em lei específica, os municípios com mais de vinte mil habitantes, a elaborarem seus planos diretores. Na ótica da Constituição Federal, e já com a reinstalação administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento – a SEPLAN, é contratada nova consultoria para a elaboração do Plano Diretor de Cascavel, dessa vez sob o comando do arquiteto Omar Akel<sup>10</sup>, também curitibano.

Esse plano, elaborado em consonância com a Constituição Federal, apesar de concluído em 1992, tornar-se-á lei somente em 1996, por entraves políticos administrativos, tanto no executivo quanto no legislativo municipal, inclusive pela alternância, mais uma vez, de administração municipal de oposição à anterior.

Pelo crescimento da cidade, inclusive pela não obediência da população e fiscalização do poder público municipal às legislações

---

<sup>9</sup> Luiz Forte Neto – arquiteto e planejador urbano, paulistano, graduou-se no Mackenzie – SP, e em 1961 conheceu a capital paranaense, um ano depois de sua vinda (1962), foi um dos responsáveis pela implantação do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Paraná, conviveu com uma geração de notáveis da arquitetura brasileira como Vilanova Artigas, Rino Levi, Kneese de Mello, Carlos Milan, Francisco Petracco, Pedro Paulo de Melo Saraiva (com quem Forte participou, ainda estudante, dos projetos para o plano piloto de Brasília e para o Clube Paulista) e Fábio Penteado (em cujo escritório ele trabalhou por um ano, durante a elaboração do primeiro projeto vencedor do Clube Harmonia de Tênis, posteriormente objeto de novo concurso). Em 1965, quando da elaboração do plano diretor de Curitiba, ele foi convidado por Jorge Wilhelm a coordenar e acompanhar o desenvolvimento do planejamento. No Rio Grande do Norte, foi o coordenador geral do projeto de urbanização da via Costeira de Natal, iniciado em 1977, e de vários municípios. Presidiu também o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), no período em que foram desenvolvidos os planos básicos para a implantação da via exclusiva de ônibus urbano. Os planos diretores das cidades paranaenses de Guaíra (1979), São Mateus do Sul, Cascavel (1986), Ponta Grossa (1991), Campo Largo (1978) e Foz do Iguaçu, e as diretrizes do controle do uso do solo no litoral paranaense (1983), são parte de seu trabalho nessa área. Atualmente foi convidado pelo governo do Paraná para colaborar com a Secretaria do Desenvolvimento Urbano (Sedu), participando da equipe multidisciplinar que elaborou a proposta de Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDU) para o estado. As bases conceituais dessa proposta, que visa, em princípio, políticas estaduais de desenvolvimento regional, urbano e institucional, partem do pensamento do geógrafo Milton Santos, cujo eixo central é a inclusão social dos habitantes. Luiz Forte Neto assumiu também, em maio último, a Superintendência Executiva da Sedu/Paranacidade para implantar a PDU. Disponível em <http://www.arcoweb.com.br/debate/debate59.asp> - 40k. Acesso em 06 set 2005.

<sup>10</sup> Omar Akel – arquiteto e urbanista, graduado na Universidade Federal do Paraná em 1970, foi presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (1985/1986), presidente da FAMEPAR - Instituto de Assistência aos Municípios do Paraná (1995), presidente do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (1996) e presidente da Mineropar – Minerais do Paraná S/A (1997/2003). É autor do plano do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Maringá (1986), do programa de Recuperação Ambiental de Maringá (1990), do plano de Melhoria do Transporte Urbano de Foz do Iguaçu (1991); e consultor do plano de Melhoria do Transporte Coletivo Urbano de Cascavel (1990). Disponível em <http://www.centralcom.com.br>. Acesso em 06 set 2005.

urbanísticas em vigência no presente e no passado, a cidade de Cascavel já não representa, na realidade de 1996, o planejado e aprovado na, então, recente Lei do Plano Diretor. A distância entre o planejado e o real é imensa. Cerca de 50% das edificações urbanas são ilegais, ferindo a legislação urbanística vigente. No entanto, à revelia das orientações técnico-legais, em legislações de administrações populistas, estas edificações são legalizadas, ferindo os ditames urbanos e escarnecendo-se do planejamento proposto para a cidade.

O processo de legalização de obras torna-se comum e recorrente, e a população de maneira geral, e estimulada pela má fiscalização municipal, adota, como prática, a desobediência às leis espaciais, gerando graves problemas sociais e ambientais na área urbana da cidade.

Percebe-se a dissonância entre o real e o planejado, entre as crenças da comunidade técnica de planejadores urbanos e a ação da comunidade. No entanto, e ainda dentro de tecnicismo reinante, a solução proposta pelo corpo técnico municipal é o de ampliar a fiscalização, enquadrando a cidade e seus cidadãos no formalismo das leis urbanísticas que, se efetivamente implantadas, desenhariam, no real, a cidade ideal.

É neste cenário, em 1996, que são tornadas leis o Plano Diretor, o Código de Obras, o Zoneamento e Uso do Solo, e o Sistema Viário. É necessário salientar que o Plano Diretor proposto e aprovado era para toda a área do município, o mesmo ocorrendo com o Código de Obras, documentos que anteriormente beneficiavam somente o perímetro urbano da sede do município. Com respeito ao Zoneamento e Sistema Viário, as propostas continuavam somente para o distrito sede do município.

Em julho de 2001 é sancionada a Lei Federal do Estatuto da Cidade. Em Cascavel, e mais uma vez seguindo a tradição, a administração municipal é assumida pelo Sr. Edgar Bueno<sup>11</sup>, opositor político à administração anterior – Dr. Salazar Barreiros. No entanto, em relação ao nível de planejamento, já há um amadurecimento referendado pela comunidade técnica local e pelo poder político: a titularidade do comando da nova SEPLAN não altera os quadros técnicos da Secretaria.

Há a intenção, infelizmente não realizada, de implantar o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Cascavel – IPPUVEL, já aprovado em lei de iniciativa do legislativo municipal<sup>12</sup>, porém não tornada realidade na máquina da administração pública. A justificativa para esta não ação é de que a instalação do IPPUVEL oneraria os cofres municipais, em visão míope dos administradores públicos.

Durante a gestão administrativa de 2001 a 2004, antecipando-se à exigência do Estatuto da Cidade, que prevê a revisão do Plano Diretor de Cascavel até 2006, a SEPLAN, com consultoria do Instituto Brasileiro da Administração Municipal – IBAM, inicia os novos estudos e discussões

---

<sup>11</sup> Prefeito eleito: Edgar Bueno; vice-prefeito: Leonaldo Paranhos – gestão de 2001 a 2004.

<sup>12</sup> Lei nº 2.631/96, de Autoria do vereador Nestor Dalmina.

do Plano Diretor de Cascavel, e este é o enfoque dado no terceiro capítulo deste trabalho.

No terceiro milênio, o momento no Brasil é outro, no que diz respeito ao urbanismo: acompanhando tendência mundial que critica a tecnicidade que privilegiou o automóvel em detrimento do homem; a obra em detrimento do econômico-social; a imposição técnico-política em prejuízo da democracia plena; o lucro em detrimento do meio ambiente. Os conceitos do urbanismo progressista são revistos.

No mundo todo, são apresentadas novas tendências, seja na proposição do Planejamento Estratégico para cidades, seja no conceito do Novo Urbanismo, que prioriza a unidade de vizinhança do bairro em relação ao centro comercial.

Este é o panorama em que a atual administração municipal, sob o comando do Médico cardiologista Dr. Lísias de Araújo Tomé<sup>13</sup>, eleito para o período de 2005 a 2008, assume o poder. Mantendo a tradição de oposição política entre governantes, também é mantida a nova tradição conquistada, de manutenção da equipe técnica da SEPLAN. Em exemplo de espírito democrático, a atual administração municipal dá continuidade aos estudos técnicos iniciados na administração anterior, no que diz respeito à condução da discussão e elaboração do Plano Diretor de Cascavel – 2005, antecipando-se em um ano ao determinado legalmente pelo Estatuto da Cidade.

Nesta nova visão do mundo urbano, os autores apresentam no terceiro e último capítulo deste trabalho, o momento atual do planejamento de Cascavel, materializado através de projeto de Lei do Plano Diretor encaminhado à Câmara Municipal para análises e discussões, ainda no ano de 2005.

A conclusão retomará os aspectos relatados, em síntese integradora dos textos, reportando a história da cidade e de seu planejamento urbano aos conceitos de evolução do sagrado ao profano, na criação do imaginário social de Cascavel.

Fica na finalização do trabalho o questionamento: Apesar do processo democrático de elaboração do plano ter sido seguido, os atores sociais que o pactuaram formalmente, assumirão seus papéis na implantação prática do mesmo?

---

<sup>13</sup> Prefeito eleito: Lísias de Araújo Tomé; vice-prefeito: Vander Piaia - gestão de 2005 a 2008.

# PRIMEIRO CAPÍTULO

## AS CIDADES E O URBANISMO NA HISTÓRIA

A história das cidades é um sinônimo da história da civilidade, considerando que civilidade<sup>14</sup> seja uma condição urbana, por definição. O objetivo da criação das cidades é o de aumentar o bem estar dos indivíduos e da coletividade nas diversas fases da civilidade (CALABI, [s/d]). Os homens, antes das cidades, caçavam e coletavam como nômades. Com a prática regular da agricultura, o homem teve necessidade de agrupar-se e, desta forma, iniciam-se as cidades. Pelas informações contidas na Bíblia, as primeiras cidades surgiram no que hoje conhecemos como Egito, Israel, Iraque e Irã (GLANCEY, 2001, p. 14).

Nascerem às cidades e, em conseqüência, nasce a arquitetura, para abrigar em edifícios, o universo do homem na cidade. Até que haja comprovação que conteste, Jericó é o mais primitivo desenvolvimento urbano conhecido. As escavações de Jericó revelam casas feitas de barro, anteriores a 8.000 a.C. Jericó, portanto, é o ponto de partida para a arquitetura e para o urbanismo (GLANCEY, 2001, p.14).

Mas e urbanismo, o que é? É um neologismo criado em 1867, pelo arquiteto espanhol Cerda<sup>15</sup>. Trata-se de uma “Teoria da Cidade”, uma ciência, criada no final do século XIX. Este pensamento, que predomina no século XX no mundo inteiro, é eminentemente ocidental, iniciado na revolução industrial, inspirando-se nas fontes intelectuais da Renascença (HAROUEL, 1990, p. 8 - 9).

No entanto, para se chegar à situação da criação do urbanismo no século XIX, há toda uma história da cidade. Esta história passa do sagrado ao profano, sacralizando a terra, a casa e a família. No princípio, o fogo era o deus presente e, nas antigas Grécia e Roma, desgraçada era a casa onde o fogo se extinguisse (OLIVEIRA, [s/d]). Ainda no processo

---

<sup>14</sup> Civilidade aqui é definida no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1ª edição: “conjunto de formalidades observadas entre si pelos cidadãos em sinal de respeito mútuo e consideração”, porem o termo implica na concepção de “uma nova racionalidade histórica” propagada pelo iluminismo e absorvida no Brasil desde o advento da República como a organização social realizada de modo ordenado, sempre em desenvolvimento, sob os auspícios do Estado. As idéias de progresso, ordem, cidadania, polidez, democracia, pacto social, secularização, estão implícitas na concepção de uma racionalidade capaz de edificar a ordem social humana, conceito dominante na arquitetura (WILLIAMS, 1979, p.19-21).

<sup>15</sup> Referimo-nos a *Théorie Générale de l'urbanisation* (HAROUEL, 1990, p. 7).

sacralizante, entre vivos e mortos, a distância era pequena: poucos passos separavam a casa do túmulo<sup>16</sup>. A figura paterna era que geria a família, figura esta que, com o passar do tempo, foi substituída pelas associações familiares, pelas tribos e pelas cidades (OLIVEIRA, [s/d]). O poder, então, deixa de ser patriarcal para ser o do governante.

Ao longo deste processo foi fundamental na formação das cidades a crença.

*A crença é de nossa criação, mas a ignoramos. É humana, e a julgamos sobrenatural. É efeito do nosso poder, e é mais forte do que nós. Está em nós, não nos deixa, e cada momento nos fala. Se nos manda obedecer, obedecemos; se nos indica deveres, submetemo-nos. O homem pode dominar a natureza, mas está sempre sujeito ao seu próprio pensamento. Foram essas crenças, capazes de impelir o homem a obedecer, que tiveram papel fundamental na formação das urbes e posteriormente das cidades. Enraizaram os povos, unificando-os em torno do mesmo ideal: ora em torno de um totem, ora em torno de um deus, ora em torno de um sacerdote, chefe e outras autoridades ou fetiches. A urbes surgiu como um santuário, local de reunião, quando as famílias, as fratrias e as tribos convencionaram unir-se e terem o mesmo culto comum. (OLIVEIRA, [s/d]).*

A crença, ao longo da história, sacralizou espaços, trazendo para o imaginário coletivo da urbe do século XXI a relação já existente entre sagrado e o profano da antiguidade. A sacralização de hoje não deixa de ser uma forma de protegermos de nossos medos que, conforme exposto por Georges Duby (1999), não são diferentes dos medos dos anos 1000<sup>17</sup>. Para que possamos entender a cidade de hoje, imergiremos nos valores das cidades no decorrer da linha do tempo.

A fundação das cidades da Antiguidade com ritual sagrado, permaneceu no desenvolvimento do processo histórico-social na civilização ocidental. O culto religioso cristão sacraliza o espaço e, ainda hoje, o marco fundador da maioria das urbes ocidentais é a missa celebrada sob a cruz de Cristo<sup>18</sup>.

Apesar de iniciar em Jericó, mas considerando que a cidade e o urbanismo atuais são de inspiração ocidental, a breve história da cidade,

<sup>16</sup> Esta situação ainda hoje é verificável em zonas rurais do Peru onde, no mesmo terreno há casa e túmulo, numa seqüência que fere o nosso olhar atual, doutrinado para separar vivos e mortos.

<sup>17</sup> No livro Ano 1000 ano 2000 na pista de nossos medos o historiador francês Georges Duby mostra que o fim do 1º milênio e o fim do 2º possuem muitas semelhanças, os medos: medos da miséria, do outro, das epidemias, da violência, do além.

<sup>18</sup> Exemplos são a 1ª missa, no descobrimento do Brasil, e a missa de fundação de Brasília.

a seguir apresentada, o será somente a partir do berço da nossa cultura: a Grécia (HAROUEL, 1990, p 11 a 146).

A noção de cidade (*polis*), para os gregos é antes de tudo de uma comunidade de cidadãos. Além de ato político, o elemento religioso está presente: consultam-se oráculos e são feitos sacrifícios aos deuses, antes de criar uma cidade. Hipócrates é o primeiro a ocupar-se da cidade de maneira concreta, pois, até então, os pensadores se interessam pela cidade somente do ponto de vista da filosofia política e da moral<sup>19</sup>.

Com Platão e Aristóteles é que há a verdadeira reflexão urbanística. Platão discorre sobre a escolha do sítio, número ideal de habitantes (5.040), preconiza a criação de uma acrópole (santuários e habitações dos guerreiros). No entanto é Aristóteles que se torna o grande teórico do urbanismo grego, ao aconselhar um sítio não somente salubre, mas que permita um abastecimento fácil, devendo a cidade tirar partido tanto do mar quanto do campo (HAROUEL, 1990, p.14).

A grandiosidade de obras de Péricles em Atenas é importante para a história do urbanismo, pelo aparecimento dos traçados urbanos ortogonais, depois aprimorado em Mileto. O plano quadriculado criado em Mileto<sup>20</sup> representa a filosofia de caráter matemático e que conduzem a meditações sobre a melhor organização política.

Existe na Grécia antiga um verdadeiro direito urbanístico. Há a desapropriação e a preocupação de proteger o espaço público contra os empreendimentos particulares. As grandes obras de urbanismo são decididas pelo povo. Este povo decidiu que as cidades deveriam ser pequenas, mas forças externas e internas fizeram com que a cidade se expandisse, transformando o espaço sagrado em profano.

*[Agora as cidades passam a abrigar] mercados, portos, interesses comerciais e conseqüentemente uma população profana: marinheiros, comerciantes, viajantes [escravos, estrangeiros] e outros. Somando-se a isso o eixo da casa começou a deslocar-se para a cidade: as decisões que eram familiares, tribais adquiriram um âmbito de decisão maior, a Ágora.*

---

<sup>19</sup> A história das doenças se confunde com a história da miséria. É assim desde a Grécia Antiga, quando um surto de malária e diarreia, no século V a.C., sacrificou a saúde da Polis e mudou a maneira de ver e tratar as infecções. Até ali, achava-se que os males do corpo eram castigo do deus Apolo e que a responsabilidade pelo bem-estar da população estava nas mãos de Higiéia — vem daí a palavra higiene. Mas o simbolismo das explicações mitológicas não bastava para um dedicado estudioso, Hipócrates, o pai da Medicina, nascido na ilha de Cós, por volta do ano de 640 a.C. Hipócrates ficou assombrado com a velocidade de contágio entre os moradores de regiões pantanosas e resolveu investigar as relações entre os doentes e as condições de habitação. Concluiu que as enfermidades nasciam nas regiões insalubres e postulou que os administradores deveriam afastar os cidadãos das áreas de risco. As autoridades gregas concordaram. As romanas, um século mais tarde, também. (MAGNO, [s/d]).

<sup>20</sup> O plano quadriculado adotado por Mileto no século V é a transcrição urbanística do pensamento filosófico de caráter matemático, e das meditações sobre a melhor organização política da cidade. (HAROUEL, 1990, p.15).

*Surgiram praças, ruas, edifícios públicos, poderes externos e temporais que passaram a interferir na decisão da família. (OLIVEIRA [s/d]).*

No urbanismo romano fundar uma cidade é um ato sagrado e ritualístico: o agouro dos deuses, a determinação dos dois grandes eixos da cidade (leste-oeste e norte-sul), a definição dos limites da cidade (uma linha mágica para não ser transposta pelas divindades infernais) e, por último, a consagração da cidade ao deus que a protegerá. Os elementos urbanos são a muralha, as ruas, o fórum, os equipamentos públicos e as habitações. Roma chega a ter aproximadamente um milhão de habitantes no auge do império, por volta do ano 200.

Contemporâneo de Augusto, Vitruvius, inspirado pelos gregos, edita um Tratado de Urbanismo, intitulado *de Architectura*, sendo esta a obra mais completa que nos foi legada pela antiguidade. Preocupa-se ele com a salubridade, com a comodidade e a estética urbana, questões estas temporais e, portanto, profanas. Vitruvius organiza espacialmente, metodologicamente, o princípio até então vigente, sagrado e ritualístico, de criação de cidades romanas.

O período medieval consagra o conceito das aglomerações urbanas na Europa. Na filosofia patrística medieval, razão e fé são conciliáveis.

*Para impor as idéias cristãs, os Padres da Igreja as transformaram em verdades reveladas por Deus (através da Bíblia e dos santos) que, por serem decretos divinos, seriam dogmas, isto é, irrefutáveis e inquestionáveis. Com isso, surge uma distinção, desconhecida pelos antigos, entre verdades reveladas ou da fé e verdades da razão ou humanas, isto é, entre verdades sobrenaturais e verdades naturais, as primeiras, introduzindo a noção de conhecimento recebido por uma graça divina, superior ao simples conhecimento racional. Dessa forma, o grande tema de toda a Filosofia patrística é o da possibilidade de conciliar razão e fé (CHAUI, [s/d]).*

Santo Agostinho explica o enigma do mal do mundo através da existência de duas cidades: a cidade de Deus e a cidade dos homens.

*Cristo tornara-se o centro sobrenatural da história: o seu reino, a cidade de Deus, é representada pelo povo de Israel antes da sua vinda sobre a terra, e pela Igreja depois de seu advento. Contra esta cidade se ergue a cidade terrena, mundana, satânica, que será*

*absolutamente separada e eternamente punida nos fins dos tempos. (Agostinho, [s/d]).*

A Idade Média compreende anos de conflitos bélicos ocorridos em função da formação dos feudos, dos principados e dos reinados, com sucessivas invasões de bárbaros: os habitantes das cidades se recolhem atrás de muralhas. O principal elemento urbano é que a cidade, agressora ou agredida, deve estar em condição de garantir sua segurança. Então, ela é fechada por muros. É a Igreja que salva a vida urbana, e muitas aglomerações se formam em volta de mosteiros.

Com o final das invasões, há um forte crescimento demográfico proveniente da expansão econômica. A unidade contemporânea entre a cidade e seu subúrbio, provém deste período (LE GOFF, 1998, p. 17). Novas cidades são criadas, ligadas ao cultivo da terra e à forma particular de contrato estabelecido entre os servos da gleba e os senhores feudais.

*O profano invadiu o sagrado, e a cidade deixou de ser o palco de um drama significativo, no qual cada um teria um papel, com falas a dizer: tornou-se, pelo contrário, um pomposo mosteiro de poder: e suas ruas, apropriadamente, apresentavam apenas fachadas bidimensionais, que serviam de máscara para um generalizado sistema de arrematamento e exploração. (OLIVEIRA, [s/d]).*

Com exceção de Paris, com 200.000 habitantes, as demais cidades populosas estão na Itália: Milão e Veneza possuem 200.000 habitantes; Florença, Gênova, Nápoles e Palermo 100.000. Fora da Itália estão Londres, Colônia e Barcelona, cada uma com 40.000 habitantes; e Praga e Viena, possuindo individualmente 20.000 habitantes.

O plano das cidades medievais rompe com o quadrilátero romano. Criam-se espontaneamente a partir de um castelo ou mosteiro, ou desenvolvem-se ao longo de um rio. A arquitetura é a máxima expressão artística, e as catedrais são as obras de toda uma comunidade<sup>21</sup>.

A filosofia medieval separa infinito (Deus), do finito (homem), razão e fé (a primeira subordinada à segunda), e corpo (matéria) de alma (espírito). O poder temporal de reis e príncipes era subordinado ao poder do papa e de bispos<sup>22</sup>. As cidades, então, servem aos seus senhores, especialmente na construção de obras sacras: é a comunidade prestando

---

<sup>21</sup> Este é o tema central do livro *Os Pilares da Terra*, onde o autor Ken Follet discorre, em dois volumes, especialmente sobre a sociedade inglesa por volta do ano 1100, e do processo e avanços sociais e tecnológicos que oportunizaram a construção de catedrais como expressões máximas da comunidade.

<sup>22</sup> Característica marcante da Escolástica foi o método por ela inventado para expor as idéias filosóficas, conhecidas como disputa: apresentava-se uma tese e esta devia ser ou refutada ou defendida por argumentos tirados da Bíblia, de Aristóteles, de Platão ou de outros Padres da Igreja. (CHAUI, [s/d]).

reverência ao poder vigente, no caso, a Igreja, a única instituição dotada do poder de interpretar os fins humanos, orientados para os desígnios do divino.

O renascimento rompe com o urbanismo medieval. De influência preponderantemente italiana teóricos como Alberti, inspirado pelas descobertas dos escritos de Vitruvius<sup>23</sup>, retoma como arquiteto e urbanista o problema platônico da cidade ideal. São elaborados diversos projetos de “cidades ideais”, sempre na interpretação do autor, em relação às idéias de Vitruvius. É no renascimento que, através da cidade ideal, projeta-se o espaço urbano real. A perspectiva monumental, o monumento-alvo, é o centro da cidade. A partir daí concebem-se ruas retilíneas. No ideal renascentista, de qualquer rua chega-se à praça e vê-se o monumento-alvo. As fachadas moduladas dos edifícios, a simetria, o ponto de vista central, o programa arquitetural, são criações deste período. Deus deixa de ser o centro da arquitetura e do urbanismo, o centro do universo é o homem, e os edifícios e cidades devem tornar sua vida mundana mais confortável, mais prazerosa. Na habitação, o modelo é a Vila, de inspiração romana.

Uma das linhas de pensamento da Renascença é a que propunha o homem como responsável pelo seu destino. *A Utopia de Thomas More* é a inspiração para a “modelação espacial”, que propiciaria a passagem das sociedades corrompidas em sociedades virtuosas.

Não por acaso os grandes utopistas renascentistas ordenam as dimensões sagradas e profanas em cidades ideais: na Utopia de Thomas More, uma ilha que comportava 54 cidades; na Cidade do Sol, de Tommaso Campanella, a Ilha de Taprobana, comportava sete regiões; a Nova Atlântida de Francis Bacon, também é uma ilha, Benzalém. Estas utopias surgem na direta referência às descobertas de novos mundos pelo circuito das navegações. Tendo como ascendente a República de Platão e como “protótipo” a obra de Thomas More, guardadas as diferenças teóricas, contextuais e históricas entre os autores, “variantes” da Utopia foram elaboradas por James Harrington, em *A Comunidade de Oceana*, por François Fénelon em *As Aventuras de Telêmaco*, por Jean Meslier em *O Testamento*. (MANOEL, 2001)<sup>24</sup>.

Ao contrário do urbanismo medieval, no renascimento formula-se os cânones de uma estética urbana de valor universal, centrado na ordenação hierárquica do mundo temporal regido pelo poder espiritual. Expande-se o comércio, o mundo todo se torna possessão do homem, explorado pelas navegações, pelas máquinas<sup>25</sup>.

<sup>23</sup> Vitruvius foi o arquiteto que escreveu em 10 volumes os paradigmas da arquitetura romana. Esta obra é re-descoberta no Renascimento, sendo a base da arquitetura do século XVI.

<sup>24</sup> Thomas More (1478-1535), Tommaso Campanella (1568-1639), Francis Bacon (1561-1626), James Harrington (1611-1677), François Fénelon (1651-1715), Jean Meslier (1664-1729).

<sup>25</sup> O resto do mundo transformou-se numa possessão do homem, reino das máquinas, das navegações, da exploração da força produtiva. (OLIVEIRA, [s/d]).

No século XVII o urbanismo traz, para as ruas da cidade, o cenário, a espetacularização da arquitetura. A igreja católica após o advento da Reforma contra-ataca com a arquitetura barroca, criando o cenário perfeito, na tentativa de retorno ao catolicismo, dos desgarrados protestantes e da vigilância dos novos fiéis, a exemplo da ação jesuítica na América portuguesa e espanhola, e na Ásia<sup>26</sup>. O espaço público segue o modelo, e é teatral a Praça do Vaticano, que com as suas colunatas contém, como coxias, os interpretantes/espectadores em suas atuações. O barroco também é o estilo do profano, e Versalhes, incluindo seus imensos jardins, traz para o espaço profano a espetacularização do espaço sagrado.

Entre os séculos XVII e XVIII, o foco sai da Itália e vai para a França. É o apogeu do urbanismo clássico.

*Cita-nos Munford que entre os séculos XV e XVIII, tomou forma na Europa um novo complexo de traços culturais. Tanto a forma quanto o conteúdo da vida urbana, em conseqüência, foram radicalmente alterados. O novo padrão de existência brotava de uma nova economia, a do capitalismo mercantilista; de uma nova estrutura política, principalmente a do despotismo ou da oligarquia centralizada, habitualmente personificada num Estado nacional. (OLIVEIRA, [s/d]).*

São os novos tempos, ditados pela Revolução Francesa. Os ideais urbanos são o do Iluminismo. Filósofos, médicos, arquitetos: uma gama variada de pensadores cada vez mais se interessa pela cidade.

*O ideal é do homem como artífice de seu próprio destino, tanto através dos conhecimentos -astrologia, magia, alquimia -, quanto através da política - o ideal republicano -, das técnicas - medicina, arquitetura, engenharia, navegação - e das artes - pintura, escultura, literatura, teatro. (CHAUI, [s/d]).*

---

<sup>26</sup> Filipinas, por exemplo.

Entre meados do século XVIII e começo do século XIX, crê-se nos poderes da razão, aqui chamada de As Luzes e daí o nome iluminismo<sup>27</sup>.

Toda a cidade está doente e Balzac, em *Illusions Perdues*, qualifica Paris de “cancro”. Há inúmeras legislações reais, preocupadas com o gigantismo urbano: distanciamento entre bairros, centro urbano negligenciado, cinturão cultivável de frutas e verduras para a população. Inicia-se o processo da grande cidade moderna. Este período, conhecido como o Grande Racionalismo Clássico, é marcado por três grandes mudanças intelectuais: na primeira, ao invés de elaborar um discurso que sustenta a cidade, o mundo e o homem como criação de Deus e, portanto a ele submissos, pergunta qual seria a capacidade do intelecto humano na demonstração da verdade; na segunda há a convicção de que o que é conhecido pode transformar-se em conceito ou idéia e; na terceira, há a predominância da idéia de conquista científica e técnica de toda a realidade (CHAU, [s/d]).

A salubridade, no século XVIII, é a grande preocupação: a higiene urbana pela pavimentação das vias e esgotos, as atividades poluidoras como matadouros, curtumes e fundições no centro da cidade, que tornam o ar irrespirável e induzem ao seu deslocamento para a periferia, são objetos de debate em Paris.

O axioma é: “A beleza das cidades consiste, principalmente, no alinhamento das ruas”. Assim o traçado urbano, para ser belo, deve ser em figura regular. Há o programa arquitetural de fachadas para ruas específicas, pois é um urbanismo “fachadista”, de decoração externa.

*A cidade, com o advento do Estado nacional cresceu e seus habitantes foram imergindo no anonimato. As estruturas de poder aumentaram, deslocando as ações individuais para os dispositivos técnicos, transformando uma massa de homens participantes e atuantes em uma sociedade disciplinar, composta por sujeitos assujeitados, solitários e anônimos, habitantes de um espaço impossível de se ver o conjunto. (OLIVEIRA, [s/d]).*

---

<sup>27</sup> O Iluminismo afirma que: pela razão, o homem pode conquistar a liberdade e a felicidade social e política (a Filosofia da Ilustração foi decisiva para as idéias da Revolução Francesa de 1789); a razão é capaz de evolução e progresso, e o homem é um ser perfectível. A perfectibilidade consiste em liberar-se dos preconceitos religiosos, sociais e morais, em libertar-se da superstição e do medo, graças ao conhecimento, às ciências, às artes e à moral; o aperfeiçoamento da razão se realiza pelo progresso das civilizações, que vão das mais atrasadas (também chamadas de “primitivas” ou “selvagens”) às mais adiantadas e perfeitas (as da Europa Ocidental); há diferença entre Natureza e civilização, isto é, a Natureza é o reino das relações necessárias de causa e efeito ou das leis naturais universais e imutáveis, enquanto a civilização é o reino da liberdade e da finalidade proposta pela vontade livre dos próprios homens, em seu aperfeiçoamento moral, técnico e político. (CHAU, [s/d]).

As grandes avenidas de Paris são o modelo para o mundo. É no século XVIII que termina o isolamento da cidade, dos elementos naturais (bosques, parques) e da água (rios, mares). Muralhas que separam a cidade da natureza são demolidas.

Michel Foucault demonstra em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, que ao final do século XVIII e começo do século XIX extinguem-se as formas públicas de “espetáculo punitivo”. Locais específicos da cidade no Ocidente compunham o cenário, o suplício público punindo o executado com selvageria e humilhação, o público, isto é, segmentos sociais da população, fazendo parte da platéia (FOUCAULT, 1977, p.14). O “castigo-espetáculo” é substituído por novas formas de controle social sobre a ilegalidade em um amplo espectro decorrentes do “aumento geral da riqueza” e do “grande crescimento demográfico” (FOUCAULT, 1977, p.15, p.78).

*Na realidade, a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas primitivas. (FOUCAULT, 1977, p. 72).*

No contexto histórico de uma burguesia ascendente não há espaço para uma sensibilidade com as formas evanescentes de cultivo coletivo, de terras coletivas campesinas. No campo, a agricultura intensiva deixa pouca margem para a tolerância e toda infração, mesmo mínima, implica em arremeter novos códigos que abriguem as novas formas de vigiar e punir. A arquitetura é convocada para que a cidade abrigue hospícios, tribunais, prisões, armazéns, oficinas, caracterizadas pela funcionalidade, na ótica jurídica e moral burguesa, atenta ao que considera ilegal.

*E essa ilegalidade, se é mal suportada pela burguesia na propriedade imobiliária, é intolerável na propriedade comercial e industrial: o desenvolvimento dos portos, o aparecimento dos grandes armazéns onde se acumulam mercadorias, a organização de oficinas de grandes dimensões (com uma massa considerável de matéria-prima, de ferramentas, de objetos fabricados, que pertencem ao empresário e são difíceis de vigiar), exigem também uma repressão rigorosa da ilegalidade (FOUCAULT, 1977, p. 79).*

E o que é a cidade como cenário? É a sociedade materializando, espacialmente, a linguagem de novos valores, sejam religiosos, sejam econômicos, sejam políticos. O espaço urbano como palco foi fenômeno característico da Inquisição<sup>28</sup>, movimento generalizado na Europa entre os séculos XV e XIX. A congregação do Santo Ofício passou a fazer parte da cúria romana a partir de 1252 com a bula de Inocêncio IV *Ad extirpanda*, mas papas e reis desde o século XI já promoviam a repressão civil e eclesiástica contra as heresias (Concílio de Latrão com o Papa Lúcio III, o Papa Inocêncio III, o Papa Gregório IX que requereu aos Dominicanos a condução desta ação, os reis Pedro II de Aragão, Luiz VIII da França, Frederico II da Alemanha).

A cidade torna-se o espaço para a execução dos ritos coletivos como missas, procissões, atos de fé, principalmente estes últimos com “a preparação, a encenação, o ato e a recepção”, completamente articulados para legitimar o poder eclesial e produzir fortes reações emocionais. Desde o édito do anuncio do auto da fé até a abjuração do herege ou sua execução, as cerimônias exigiam que inúmeros processos fossem concluídos com rapidez para obter um número expressivo de penitentes (BETHENCOURT, 2000, p. 221).

Os signos aí envolvidos (bandeiras, estandartes, números, emblemas, escudos, as cores, os vestuários dos condenados, da corte, dos dignatários, da realeza, e até mesmo detalhes decorativos), forjam condensações simbólicas relevantes cabendo aos arquitetos organizá-los espacialmente, entre a praça aberta e a igreja (BETHENCOURT, 2000, p. 229).

Cabia à arquitetura, reproduzir o sistema e seus valores, interligando o poder do Estado, o da Igreja, as relações de dependência à Coroa, à composição do tribunal (civil e religioso), o espaço dos penitentes (abjuração e/ou condenação), a leitura da sentença, o acesso dos convidados, a construção do cadafalso, a assistência do público. A construção do palco abarcava também um “vasto conjunto de estrados, escadas e pequenas salas interiores com funções diferenciadas”, em cerimônias que duravam dias (BETHENCOURT, 2000, p.244).

O urbanismo europeu é exportado pelos países colonizadores para suas colônias. Os soberanos espanhóis definem que a cidade deve

---

<sup>28</sup> A rigor, devemos denominar este amplo movimento pela sua diversidade cultural e histórico-social de Inquisições, havendo em cada nação peculiaridades políticas e um movimento próprio de caracterização dos perseguidos, com especificidades em termos de estrutura funcional de cada tribunal, dos seus ritos de fundação, dos conteúdos dos éditos publicados, de sua importância para a cúria romana e do processo de confisco de bens. A este respeito Bethencourt (2000) e Carlo Guinzberg relatam o movimento interno dos tribunais na escolha dos processados que abrangiu um número considerável de heresias e de segmentos da população. Iniciado contra os leprosos, os réus foram seqüencialmente os judeus, os leprosos e judeus “associados” em complôs contra o rei, os cristãos e a população. A eliminação deste segmento fez com que a perseguição se dirigisse aos muçulmanos e deste modo, sucessivamente, retornando aos judeus e ampliando sua ação para pobres, mendigos, homens, mulheres e crianças católicas, protestantes, cristãos novos, cristãos velhos acusados como feiticeiros, heréticos, bruxos, participantes de sabás. Em alguns casos tratava-se de “erradicar o monopólio de crédito exercido pelos judeus” e conseguir administrar as polpudas rendas de que dispunham os leprosários; em outros ocorreu uma diversidade de condicionantes políticos, históricos, religiosos, de crença e atitudes que não autorizam uma generalização desta ação católica. (GINZEBURG, 1991, p. 48).

partir do coração (core): a Plaza Mayor. Nova Orleans é o exemplo da exportação do modelo francês.

Filadélfia, Baltimore e Savannah possuem quadrículas regulares. Na criação de Washington, dois edifícios são o centro de redes de avenidas, o Capitólio e a Casa Branca. É um traçado urbano clássico, concebido de maneira colossal: é a transposição do urbanismo europeu nas dimensões do novo continente.

Aumenta a população mundial nos séculos XVII e XVIII, mas aumenta prodigiosamente a população que mora nas cidades. Este aumento populacional é decorrente dos progressos das ciências e das técnicas e, nas cidades, pela transformação da economia: o setor primário (agricultura), que preponderava até então, cede lugar ao secundário (indústrias) e ao terciário (serviço e comércio), que são desenvolvidos nas cidades.

As cidades, como as conhecemos hoje no mundo ocidental, são decorrentes da Revolução Industrial. Começando na Inglaterra a partir do século XVIII, lança-se toda a população agrária nas cidades, que não estão preparadas para acolhê-las. Proliferam os cortiços, os locais insalubres, em Lille, Liverpool e Manchester.

Surgem no século XIX e começo do século XX cidades novas: pode-se citar Salt Lake City, de caráter religioso, e fundada pelos mórmons, onde o plano de quadriculado urbano possui como centro o Templo Block; as cidades criadas para servir como capitais (Ottawa, Pretória, Camberra, Nova Deli, Ankara). No entanto, as grandes aglomerações decorrem do progresso industrial e da extração mineral. O ouro cria São Francisco, Denver e Johannesburgo; Kimberley nasce pelo diamante; Oklahoma City pelo petróleo. Pelos portos marítimos, são criadas Singapura, Melbourne; pelo canal de Suez, Port-Said; pelas linhas de ferro Chicago, Seattle, Vancouver; pelo turismo, Miami. Várias indústrias criam para seus operários, verdadeiras aglomerações.

*Mumford mostra ao leitor de seu texto que no decorrer da história a exteriorização da cidade cresceu sacrificando a liberdade humana; enquanto Georg Simmel, em seu ensaio As grandes cidades e a vida do espírito, revela o quanto as grandes metrópoles intensificaram a vida de seus habitantes impondo-lhes impressões ininterruptas com sua evolução, moldando-lhes a consciência e a forma de se relacionar com os outros, com os objetos e com a própria espacialidade. O homem dessas novas metrópoles viu-se constantemente ameaçado em sua subjetividade, tornando-se impossível lutar contra as forças*

*esmagadoras da sociedade destruidoras da sua autonomia e da existência. Se o homem primitivo teve que lutar contra as forças físicas, as intempéries, contra uma natureza não domada; hoje o homem moderno vive diante de um inimigo poderoso e invisível: o capitalismo, seus instrumentos de sedução, a ideologização, o assujeitamento, a desrazão do cotidiano e a impotência causada por esse grande Leviatã: as forças da Modernidade. (OLIVEIRA, [s/d]).*

Nascem as cidades-satélites, como Pullmann City nos arredores de Chicago.

*A cidade, que deveria ser o local de convívio, de troca de experiência entre os homens, transforma-se no início do século XX, num cenário de luta de homens contra homens e de máquinas contra homens. Cada vez mais o homem vê-se desenraizado, sem profundidade, esmaecido em seus valores; imergindo em um sistema do qual não consegue fugir, tampouco preservar a sua subjetividade. Não é sem razão que Simmel dirá que os problemas fundamentais da vida moderna provêm de que o indivíduo deseja a qualquer preço, diante das forças esmagadoras da sociedade, da herança histórica, da civilização e das técnicas, preservar a autonomia e a originalidade de sua existência. (OLIVEIRA, [s/d]).*

A cidade torna-se vitrine das mercadorias que produz: as exposições universais tinham como objetivo divulgar as novas tecnologias e produtos que surgiam no bojo da industrialização, ocorrendo 16 exposições no século XIX, de grande impacto<sup>29</sup>. Na de Londres, para que os produtos fossem expostos, cria-se o Palácio de Cristal<sup>30</sup>, que possui

---

<sup>29</sup> 1851 - Londres; 1855 - Paris; 1863 - Londres; 1867 - Paris; 1873 - Viena; 1876 - Filadélfia (EUA); 1878 - Paris; 1879 - Sydney (Austrália); 1880 - Melbourne (Austrália); 1883 - Amsterdã (Holanda); 1885 - Antuérpia (Bélgica); 1885 - New Orleans (EUA); 1888 - Barcelona (Espanha); 1888 - Copenhague (Dinamarca); 1899 - Bruxelas (Bélgica); 1889 - Paris. (DIAS, 2004).

<sup>30</sup> **Escolhida entre mais de 250 projetos, a vasta estrutura media 564 m de comprimento. A estrutura inteira foi construída por 2.000 trabalhadores.** O palácio de cristal (1850-1851), que abrigou a primeira Feira Mundial em Londres, demonstrou as possibilidades estéticas de uma estrutura de ferro fundido. Joseph Paxton, engenheiro que se especializou em estufas, projetou a estrutura em ferro e vidro de um enorme conservatório, cobrindo 85 quilômetros quadrados e envolvendo os árvores adultas já no local. Pelo fato de as máquinas produzirem elementos de ferro fundido em formas pré-fabricadas, a construção era instantânea. Em seis meses, espantosamente, os trabalhadores montaram o edifício como um grande conjunto de armar. O espaço interior, inundado de luz, parecia infinito, a estrutura em si quase sem peso. Seus princípios estruturais foram inspirados na estrutura vegetal da vitória régia. O Palácio de Cristal foi destruído em um incêndio em 1936. (DIAS, 2004).

réplica brasileira, construído em Petrópolis pelo conde D'Eu<sup>31</sup>.

No século XIX os princípios do idealismo de Hegel, principalmente na realização da idéia na história dos seres humanos no processo de tese, antítese e síntese, é gradativamente incorporado na crítica à religião, como modo próprio e específico da existência dos homens<sup>32</sup>. Marx no final do século XIX e Freud no início do século XX questionam o otimismo racionalista. Marx define um poder (que é social) de ideologia. Freud apresenta à humanidade o inconsciente<sup>33</sup>.

Novos utopistas e reformadores do século XX concebem projetos de cidades ideais, que rompem com a prática usual, e variam de acordo com o autor (Charles Eduard Jeanneret-Gris, dito Le Corbusier; Frank Lloyd Wright). Cada um deles busca concretizar seu sonho. Dentre estas correntes, uma se destaca: é a chamada corrente progressista, principal corrente do urbanismo moderno, e que dominou a segunda metade do século XX. A inspiração dos progressistas é o racionalismo da filosofia das Luzes, que se baseia na concepção abstrata do homem, indivíduo mutável no tempo e no espaço. A ciência, então, deve definir um modelo urbano perfeito, que convenha a todo grupo humano, sendo o seu objetivo a procura da higiene, e suas questões fundamentais são o verde, a luz, o espaço e a água.

A carta de Atenas, em 1933, define as funções básicas de uma cidade: habitar, trabalhar, recrear, tudo ligado com a função circular. Le Corbusier é o grande idealizador da Carta de Atenas e, em viagens pelo mundo inteiro, divulga suas idéias. Como é o sagrado para Le Corbusier? Tim Benton aponta para três maneiras de entendimento do sagrado pelo grande arquiteto: a primeira, passando pela idéia de harmonia da natureza, e não

---

<sup>31</sup> Conhece-se com esse nome não apenas o pavilhão, produto da Revolução Industrial que acontecia na Europa, como o próprio local, totalmente ajardinado e com repuxos. A construção - réplica do Crystal Palace de Londres, construído para a exposição comemorativa dos 100 anos da Revolução Industrial em 1851 - foi usada como cassino, corpo de bombeiros e até como albergue de desabrigados dos temporais de Petrópolis. Foi construído nas oficinas da Sociedade Anônima de Saint-Sauver-Les-Arras, na França, em 1879, para a Associação Hortícola de Petrópolis, da qual era presidente o Conde D'Eu, marido da Princesa Isabel, destinado a servir de local para exposições e festas. Foi inaugurado em 1884. Neste local no domingo de Páscoa de 1888, a Princesa Isabel entregou as cartas de alforria a escravos, a maioria indenizando seus senhores devido a campanha desenvolvida na cidade. (CITY BRASIL, Petrópolis, [s/d].).

<sup>32</sup> A cultura é a criação coletiva de idéias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o puro e o impuro, o possível e o impossível, o inevitável e o casual, o sagrado e o profano, o espaço e o tempo. A cultura se realiza porque os humanos são capazes de linguagem, trabalho e relação com o tempo. A cultura se manifesta como vida social, como criação das obras de pensamento e de arte, como vida religiosa e vida política [...] Cada cultura inventa seu modo de relacionar-se com o tempo, de criar sua linguagem, de elaborar seus mitos e suas crenças, de organizar o trabalho e as relações sociais, de criar as obras de pensamento e de arte. Cada uma, em decorrência das condições históricas, geográficas e políticas em que se forma, tem seu modo próprio de organizar o poder e a autoridade, de produzir seus valores. (HOST, [s/d]).

<sup>33</sup> Freud mostrou que os seres humanos têm a ilusão de que tudo quanto pensam, fazem, sentem e desejam, tudo quanto dizem ou calam estaria sob o controle de nossa consciência porque desconhecemos a existência de uma força invisível, de um poder - que é psíquico e social - que atua sobre nossa consciência sem que ela o saiba. A esse poder que domina e controla invisível e profundamente nossa vida consciente, ele deu o nome de inconsciente. (HOST, [s/d]).

por dogmas religiosos; a segunda é a sacralidade contida nos símbolos e mitos da natureza e, por último, a crença no homem (MULER, [s/d]).

Esta tríade será considerada na produção de toda uma geração de novos urbanistas. Na Índia, Corbusier é o autor do projeto de Chandigarh, capital do Estado do Punjab; no Brasil os conceitos de Corbusier estão presentes na concepção de Brasília.

Dentro da doutrina da Carta de Atenas que preconiza as três funções básicas de uma cidade (morar, trabalhar, recrear), verdadeiras cirurgias urbanas foram impostas nas cidades ocidentais: dividiram-se as cidades em zonas, priorizando em cada uma das zonas uma das três funções urbanas. Não foram poucas as cidades que pecaram por excesso, zoneando as cidades de maneira ditatorial, fazendo com que os cidadãos necessitassem locomover-se de uma zona para outra, pois onde era permitido morar, não era permitido trabalhar. Com esta má interpretação da Carta de Atenas, deu-se importância acima do necessário às vias de circulação, especialmente para os automóveis. Los Angeles é a prova desta situação. Nesta disfunção, criaram-se os bairros dormitórios (onde durante o dia não há pessoas, pois estão trabalhando em outro setor), e os centros urbanos (que se tornam verdadeiros fantasmas à noite e nos finais de semana, pois os que lá trabalham, lá não moram).

O urbanismo progressista é obcecado pela modernidade e, na base da austeridade e racionalidade que a enfatizam (indústria, avião, automóvel), há o desprezo pela cidade antiga; o “viver” é menos importante que “o trabalhar”. O ápice desta situação é a preconização de Le Corbusier, em seu “Plano Voisin”: destruir tudo que há na margem direita do rio Sena, em Paris. Le Corbusier ainda professa que o esquema urbano é válido para qualquer lugar do mundo, pois é concebido para o homem-padrão. O modelo de urbanismo professado por Le Corbusier acarreta um desmembramento da cidade, numa fratura do espaço urbano (HAROUEL, 1990, p. 121).

Chandigarh e Brasília, encomendadas pelos presidentes da Índia e do Brasil (Neru e Kubitschek) a primeira à Corbusier, a segunda à Niemeyer e Lúcio Costa, respectivamente, são os exemplos máximos do urbanismo progressista. Edifícios públicos gigantescos, que dominam imensos espaços vazios, e conjuntos habitacionais semelhantes aos que podem ser encontrados (pela forma e concepção) em Paris, Moscou ou Singapura. É a razão nua e crua, que desconsidera a emoção humana.

O urbanismo progressista é a corrente que domina o século XX e que se multiplica por todos os continentes, porém não é a única: há a corrente humanista e a naturalista. O urbanismo humanista, no seu movimento culturalista, fundamenta-se em Max Weber e na concepção de que a cidade europeia pré-industrial, pelo clima de comunidade urbana, é uma realização do indivíduo e o desabrochar da cultura (HAROUEL, 1990, p. 122). Em outro movimento dentro da corrente humanista (o movimento

antropológico) Geddes, biólogo escocês, afirma que a cidade deve ser feita para homens reais (contrapondo-se então ao homem-padrão de Corbusier), sendo necessário conhecer as suas aspirações e necessidades. A última corrente do século XX é a corrente naturalista, que tenta resgatar a imagem nostálgica de uma natureza virgem, numa tradição antiurbana, num pensamento rousseauiano<sup>34</sup>. O precursor desta proposta é o ícone da arquitetura mundial, Frank Loyd Wright. Para ele, o modelo de habitação é de residências individuais, onde as atividades profissionais estão anexadas à habitação. Este modelo, também, é sufocado pela corrente progressista, que predomina com suas habitações coletivas e desumanas, e seus edifícios de escritórios.

Na segunda metade do século XX a arquitetura fria do “estilo internacional”, as vias expressas, a corrida para o subúrbio e a deterioração dos centros urbanos foi constante. Na materialização do modernismo, a cidade foi dilacerada<sup>35</sup>. A escola de filosofia de Frankfurt, na elaboração da Teoria Crítica divide a razão em instrumental e crítica<sup>36</sup>. Na razão crítica, o urbanismo progressista (sustentado pela razão instrumental) é amplamente contestado, por ser um urbanismo desumano.

O grande pecado do urbanismo progressista foi ter criado um universo kafkiano, à base de espaços desestruturados, e gigantescas “máquinas de morar” para homens-máquina. Neste mundo novo, os costumes e as regras que se haviam acumulado desde Jericó, foram abandonadas, pois na antiguidade, as cidades eram edificadas no modelo sagrado, sonhada pelo seu criador (Nínive, por exemplo), ou em continuidade do Templo (Jerusalém, por exemplo). Por isso faremos no tópico seguinte uma análise crítica que reflete o processo do sagrado ao profano.

---

<sup>34</sup> No campo da teoria política, Rousseau escreve em 1757 O Contrato Social. Nele, contesta de forma clara as proposições de Locke e Hobbes segundo as quais a sociedade estabelece o contrato social em que os homens garantem a segurança para todos por meio da figura do Estado, cujo poder tem extensão diferenciada. Para Rousseau, o contrato social proposto por Hobbes e Locke é falso e situa-se como uma tentativa de convencer os mais pobres a se conformar com a situação de desigualdade, e com isto protegendo a condição dos mais ricos, perpetuando e aprofundando as diferenças entre as pessoas. São estas diferenças que Rousseau aponta como causa do sofrimento humano, propondo assim o retorno ao estado de natureza ou do Homem natural ou ainda, de acordo com a compreensão de estudiosos do pensamento rousseauiano, o refinamento do estado de natureza. (MATOS, [s/d]).

<sup>35</sup> Sagrado, profano são termos esmaecidos de seus significados. E a cidade se estende para lá, para lá da própria cidade, não havendo mais muros ou espaços sagrados. E os homens nos bondes, nos trens, nos carros, vêem a terra girando, girando, diante de vagos e imprecisos quadros impressionistas. Novos centros surgindo, intercalados por terrenos baldios e cemitérios – única realidade do homem, túmulos desprovidos de magia, do sagrado. Não há mais a terra dos ancestrais. (OLIVEIRA, [s/d]).

<sup>36</sup> A razão instrumental é a razão técnico-científica, que faz das ciências e das técnicas não um meio de liberação dos seres humanos, mas um meio de intimidação, medo, terror e desespero. Ao contrário, a razão crítica é aquela que analisa e interpreta os limites e os perigos do pensamento instrumental e afirma que as mudanças sociais, políticas e culturais só se realizarão verdadeiramente se tiverem como finalidade a emancipação do gênero humano e não as idéias de controle e domínio técnico-científico sobre a Natureza, a sociedade e a cultura. (HOST, [s/d]).

## O SAGRADO, O PROFANO E O IMAGINÁRIO SOCIAL

No desenvolvimento da história da humanidade e, conseqüentemente, das cidades, e na análise crítica que se faz deste processo evolucionista urbano, as *polis* gregas diferiram das que as precederam, pois da sacralização dos espaços antigos, passou-se para cidades edificadas, no conceito de racionalização da vida social, portanto, humana. Aqui, nas gregas, a finalidade é o homem, quando nas mais antigas, a finalidade era os deuses. Contudo, seja no profano, seja no sagrado, a cidade é concebida ou revitalizada num modelo, num ideal.

*Como observou Marx, em conhecida passagem, o que diferencia o mais hábil arquiteto da mais habilidosa abelha é que aquele elabora idealmente sua construção antes de executá-la. Talvez por oferecer a possibilidade de um mundo construído segundo o desejo e a paixão, opondo-se ao mundo arbitrário, da natureza ou do divino imposto ao homem a sua revelia. (SÁNCHEZ, 2003, p. 16).*

O modelo urbano, então, é conseqüência da função que a cidade deva ter: sagradas para Nínive e para Jerusalém; humanas, para as gregas; fortalezas, para as medievais; sede de comércio e trocas, para as renascentistas. E a cidade contemporânea? As funções essenciais de uma cidade são a troca, a informação, a vida cultural e o poder (LE GOFF, 1998, p. 29).

No discorrer da obra sobre a história da cidade, Jacques Le Goff afirma que, na cidade da Idade Média, o caminhar do mendicante é quase que desejado, pois ele permite ao burguês trabalhar pela sua salvação oferecendo esmolas: [...] “praticamente se ia à procura de pobres, fazendo-os migrar para a cidade para oferecer ao burguês a possibilidade de fazer a caridade” (LE GOFF, 1998, p. 51-54). Esta função religiosa/social da cidade média, porém, não é a única. A cidade é também o ponto de encontro, das festas. E nestes eventos, percebe-se as diferenças das linguagens:

*De um lado a linguagem dos artesãos, a linguagem dos mercadores, e, de outro, a linguagem sobre a qual Bakhtin insistiu, a da praça pública (LE GOFF, 1998, p.60).*

Mas a cidade da Idade Média aspira a harmonia entre as classes, pois com os mendicantes urbanos, o bem comum é desejado. O governo das cidades, com os grandes burgueses espelha-se no clã familiar. O bom governo tende a imitar o modelo do príncipe justo, num espaço mais restrito, no qual se podem diversificar as experiências políticas, com a exceção da heresia (LE GOFF, 1998, p. 95). Para regulamentar a cidade, os poderes locais estabelecem regras. Assim é que o senso crescente de ordem e de limpeza, visível no espaço urbano, estranho ao campo, faz progredir o urbanismo (LE GOFF, 1998, p. 114). O príncipe torna-se intervencionista, mas também cuida das belezas da cidade.

*A arte gótica e a escolástica das novas escolas urbanas estabelecem, como norma de urbanismo, ordem e luz, matemática e razão, cor e verticalidade. Depois do urbanismo das praças principescas do antigo Regime, a cidade neoclássica, depois a cidade haussmaniana<sup>37</sup> e, hoje, a arquitetura moderna, das grandes obras, retomam da cidade medieval, esta inspiração inovadora (LE GOFF, 1998, p. 114).*

Os cidadãos sentem orgulho de sua cidade e o orgulho urbano é feito da imbricação entre a cidade real e a cidade imaginada, sonhada por seus habitantes e por aqueles que a trazem à luz, detentores de poder e artistas (LE GOFF, 1998, p. 119). A sociabilidade, o prazer de estar com o outro, é que cria a diferença, a urbanidade.

Apesar do papel de centro monetário e financeiro das cidades ter iniciado na Idade Média, ele se afirmará com o capitalismo. Paris somente se impõe com a Revolução Francesa. No que diz respeito ao papel festivo, a cidade atual é policêntrica. No entanto,

*...o centro sobrevive e sobreviverá por muito tempo por recurso do imaginário. O imaginário urbano que, acredito, se formou na Idade Média é, provavelmente, aquele que melhor sobrevive hoje ainda a um modelo urbano que perdurou do século. XI ao XX. [...] A cidade*

---

<sup>37</sup> Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), nasceu e morreu em Paris, advogado, funcionário público, político, administrador francês, foi nomeado prefeito por Napoleão III. Foi o grande remodelador de Paris, cuidando do planejamento da cidade, durante 17 anos, com a colaboração dos melhores arquitetos e engenheiros. Haussmann planejou uma nova cidade, melhorando os parques parisienses e criando outros, construindo vários edifícios públicos, como a L'Opéra. (MEUCCI, [s/d]).

*medieval ideal, justamente enquanto imagem, tal como nós a vemos, aliás, mais na pintura do que na realidade (ainda que a realidade tendesse a encontrar esse imaginário), é Manhattan. Essa tendência deve-se um pouco à falta de terreno – tanto mais que a construção das muralhas chega a limitá-lo -, mas, antes de tudo, ao prestígio, à simbologia. (LE GOFF, 1998. p.153, p.129)*

Na seqüência da linha do tempo a cidade passa a ter uso político, e o destaque é para a criação de São Petersburgo. Iniciada em 1703, por Pedro I, é o exemplo mundial da época, de modernização draconiana e imposta (BERMAN, 1986, p. 171). O objetivo da cidade era ser uma base naval, porta de entrada para a Europa – através da Finlândia, e um centro de comércio. A expressão porta de entrada para a Europa, além de física, era simbólica: era a ocidentalização da Rússia, também no imaginário:

*Assim, a construção de São Petersburgo foi planejada, projetada e organizada inteiramente por arquitetos e engenheiros estrangeiros, trazidos da Inglaterra, França, Holanda e Itália.[...] Tal como Amsterdã e Veneza, a cidade foi disposta como um sistema de canais e ilhas, o centro cívico à margem da água [...]. Seu desenho era geométrico e retilíneo, padrão de planejamento urbano ocidental desde a Renascença, porém sem precedentes na Rússia. [...] Nenhum governante no Ocidente tinha poder para construir em escala tão vasta. (BERMAN, 1986. p. 171).*

Apesar de ordenada no plano, São Petersburgo não dispunha de regulamentos de uso dos espaços. Assim é que, por detrás das fachadas européias, maravilhosas, estabeleceram-se, no crescimento urbano, favelas. A cidade era, então, um cenário, uma fachada, o que demonstra na prática que a cidade é muito mais que o espaço físico-territorial e suas regras, tornadas leis.

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, escrita por Friedrich Engels, que tem como objeto de estudo o capitalismo e a industrialização entre 1842 e 1844 naquele país, detalha o processo de divisão entre capital e trabalho, a divisão social do trabalho, o surgimento da classe proletária e as condições de sua exploração.

Engels descreve várias cidades inglesas, destacando nas cidades industriais a ocupação do espaço pelas diferentes classes sociais, dando ênfase à construção dos bairros operários, às habitações insalubres, à pobreza, à ausência de higiene, à precária alimentação e vestuário dos

trabalhadores. Os bairros instituídos em formações labirínticas oferecem um quadro endêmico de pauperização, negligência, de degradação física, moral e intelectual, de opressão social, de exploração em infames condições de trabalho, em diferentes ramos industriais.

O autor centra também seus argumentos nas diferentes modalidades de construção de casas de operários, esquematizando-as, denunciando a ótica capitalista do lucro nas construções, nos aluguéis.

Examinando na referida obra as fontes citadas por Engels no capítulo “Os resultados”, e suas citações, encontramos uma intertextualidade que apresenta a imagem da cidade industrial em que se mesclam dados de relatórios e livros da época, que relacionam religião-imoralidade da classe trabalhadora (depravação, corrupção, vícios assinalados em abstrato; ateísmo, alcoolismo, furto, prostituição, violência doméstica, abandono de crianças, fraude, pilhagem, assalto, assassinato), como consequência da concentração da população provinda do surgimento das grandes cidades. Na mesma intertextualidade, surge a preocupação com a possibilidade de união dos operários contra a ordem instituída e a concepção das grandes cidades como mediadoras do desenvolvimento e da libertação humana (ENGELS, 1985, p.136-156).

Em todos os casos, a constatação é unânime: a industrialização promoveu a cisão da unidade nacional em duas diferentes nações, antagônicas<sup>38</sup>. A ironia é que, apesar do antagonismo, as duas nações antagônicas na ideologia, compartilhavam o mesmo espaço físico. No Manifesto Comunista, Marx mostra como a moderna sociedade burguesa estava trazendo à luz uma cultura mundial (BERMAN, 1986, p.119). Nadando ou flutuando no mercado mundial os governantes, segundo Berman, são:

*obrigados a desenvolver-se ou desintegrar-se – ou antes, como geralmente acontece, desenvolver-se e desintegrar-se -, na medida em que, como diz Octavio Paz, estão ‘condenados à modernidade’, serão forçados a produzir ou a permitir que se produza uma cultura que mostrará o que eles estão fazendo e o que eles são. (BERMAN, 1986. p. 122).*

Antes de entrar no mercado mundial de cidades, no fulgor do modernismo, teorias urbanísticas que têm como base a Carta de Atenas (1933) dividem a cidade em zonas: morar, trabalhar, divertir-se. A cidade, assim como a arquitetura, relacionam-se à metáfora da máquina: cada

---

<sup>38</sup> O conceito de divisão, de contraste, na revolução industrial, é apresentado por Williams, Raymond, no livro Cultura e Sociedade na Primeira Parte. O capítulo V deste livro, “Os romances industriais”, fornecem importantes elementos de análise da industrialização. Neste capítulo Sybil, or the two nations de Benjamin Disraeli (1804-1881) (político conservador inglês, conde de Beaconsfield, Primeiro-ministro da Inglaterra) é brevemente analisado, o mesmo romance que é referenciado por Engels em sua obra citada.

parte abriga um espaço específico e todas as partes reunidas estão inter-relacionadas entre si de modo organizado. Este é o conceito, decorrente da extrema desorganização espacial reinante nas cidades resultantes da Revolução Industrial. A cidade resignifica-se e ordena-se.

*O mito da máquina, tanto nas formações positivas dos apologistas, quanto nas visões sinistras dos detratores, oferece, no fim da era moderna, o panorama cultural de uma radical ambigüidade de significados (SUBIRATS, 1986. p 44).*

Mas as teorias do modernismo, especialmente as do urbanismo modernista professado por Le Corbusier a partir de 1933, não sobrevivem à década de 1970. A proposta de evitar o caos urbano, dividindo a cidade em zonas, interligando-as com vias (quando não em rodovias) separa, além das diversas funções urbanas, o cidadão. E sobre esta situação

*Jane Jacobs escreveu um livro profético sobre este novo urbanismo: Morte e Vida das Grandes Cidades Norte-americanas, publicado em 1961. O primeiro brilhante argumento de Jacobs é que os espaços urbanos criados pelo modernismo eram fisicamente limpos e ordenados, mas social e espiritualmente mortos. (BERMAN, 1986. p. 164).*

A cidade sedimenta o silêncio dos cidadãos. O que era ponto de encontro, passa a ser local de trabalho. A cidade perde a vida, adoece.

*A rua, o café, os magazines, o trem, o ônibus e o metrô são lugares para se passar a vista, mais do que cenários destinados a conversações. A dificuldade dos estrangeiros manterem um diálogo entre si acentua a transitoriedade dos impulsos individuais de simpatia pela paisagem ao redor – centelhas de vida não merecem mais que um lampejo de atenção (SENNETT, 2003. p. 289).*

Ainda nas conceituações de teorias que interferem na concepção da cidade de nossos dias, SARGENTINI e BARBOSA na obra: *Foucault e os Domínios da Linguagem: Discurso, Poder e Subjetividade* fazem interessante comparação entre a língua, o corpo e a cidade. Os autores informam que:

*O sujeito pós-moderno constitui-se [...] na cisão urbana do “dentro” (da proteção, da segurança, da inclusão/deferência) e do de “fora” (da ameaça, do risco, da exceção/elisão). [A solução vem] por meio do engendramento dos muros, das grades e dos condomínios fechados (SARGENTINI, BARBOSA, 2004. p. 153).*

No último quarto do século XX arquitetos, planejadores, políticos e críticos, constatam a degeneração urbana. ONGs surgiram, multiplicaram-se as conferências sobre assentamentos humanos, algumas patrocinadas pela ONU e pela UNESCO.

Os esforços dirigiram-se para restaurar a vida do centro das antigas cidades, para criar transporte público eficaz, desencorajando o uso do automóvel, criando habitação a preços acessíveis, e novas atrações culturais; e, também ambientes coletivos como parques, enfatizando-se o lazer e a limpeza da cidade. Neste período, melhorias impulsionadas pela vontade política, transformaram cidades como Berlim, parte de Londres, parte de Paris, Barcelona e Curitiba (GLANCEY, 2001. p 228 e 229). É o conceito da Cidade-espetáculo.

Nesse processo, as atuais práticas urbanísticas absorvem a historicidade e a cultura das cidades, em um franco mercado urbano e em disputa por investimentos. As questões que surgem são: quais os processos culturais, representações morais e estéticas de cada cidade, que estão em jogo e, neste jogo, como sacralizar espaços profanos (Espaços&Debates, v.23, n. 43-44, Editorial, p. 5-6)?

*O sagrado e o profano designam paisagens mentais sociais e afetivas; imaginários sociais designando duas situações existenciais, duas formas correlacionadas de relacionamento humano. Portanto, não é o caso de buscar o social visando reduzir o religioso as suas dimensões: a compreensão não vem do puro exercício de desqualificação da perspectiva religiosa, ou da defesa da revalorização da religião como projeto global, mas do entendimento quanto a sua forma de ‘ser no mundo’ (CEMIN, [s/d]).*

A reflexão filosófica atual passa pelo imaginário social? O que é o imaginário social? Em A Instituição Imaginária da Sociedade, Cornélius

Castoriadis<sup>39</sup> apresenta não somente uma concepção teórica do social. Assim como Marx, Castoriadis teoriza a sociedade na sua essência, na sua constituição fundamental, pois, para Castoriadis, a sociedade seria o produto de uma instituição imaginária. Coloca o imaginário como um princípio fundante, o que sugere um poder que se institui pelo próprio imaginário.

Para Castoriadis, no mundo sócio-histórico, tudo está ligado ao simbólico<sup>40</sup>. Exemplo desta afirmativa são as religiões, cujos rituais proliferam-se em detalhes<sup>41</sup>. Nada determina a fronteira do simbólico, e a sacralização do detalhe é, na maioria das vezes, arbitrária. No entanto, o simbolismo atual é criado sobre bases do simbólico que o precedeu, e a racionalização do simbólico é a racionalidade do sistema institucional (CASTORIADIS, 1982, p. 150).

Então, a relação entre significantes e significados é imposta pela sociedade, mas não dentro de uma liberdade total (CASTORIADIS, 1982, p. 152). A alternativa é que, se não temos liberdade absoluta na linguagem simbólica, podemos questionar a linguagem<sup>42</sup>.

Todo símbolo, e todo simbolismo têm um componente imaginário<sup>43</sup>, e a influencia do imaginário sobre o simbólico é o vínculo de um representar o outro (CASTORIADIS, 1982, p. 155). No imaginário uma sociedade encontra a sua ordem, através de suas expressões

---

<sup>39</sup> Cornélius Castoriadis (1922-1997), filósofo grego radicado na França, e do círculo da revista "Socialismo ou Barbárie". Para o filósofo, que era um feroz adversário do comunismo stalinista, o ponto de partida da discussão é a busca da liberdade. Todo Estado tem leis e as leis, por definição, limitam nossas liberdades. A única forma de conservar alguma liberdade num Estado é pela autonomia, ou seja, a capacidade que o indivíduo tem de regular a si mesmo, de "dar-se a lei", como indica o vocábulo grego "autonomia". Se eu, de alguma forma, aderir à lei por vontade própria, por julgá-la momentaneamente conveniente, conservo minha liberdade. À autonomia opõe-se a heteronomia, em que a lei e o Estado se legitimam por fontes externas, normalmente um mito como Deus e seus mandamentos ou os pais fundadores. (SCHWARTSMAN, [s/d]).

<sup>40</sup> Tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico [...] As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica [...] Eles consistem em ligar a símbolos (a significantes) significados representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, conseqüências – significações, no sentido amplo do termo) [...] Uma folha de pagamento é um símbolo do direito do assalariado de exigir uma quantidade estabelecida de cédulas que são o símbolo do direito de seu possuidor de dedicar-se a uma variedade de atos de compra, cada um deles vindo a ser, por sua vez, simbólico. [...] Toda visão funcionalista conhece e deve reconhecer o papel do simbolismo na vida social (CASTORIADIS, 1982, p. 142).

<sup>41</sup> Os detalhes possuem uma referência, não funcional, mas simbólica, ao conteúdo (seja da realidade, seja do imaginário religioso: o candelabro tem sete lâmpadas). Os detalhes podem enfim ser determinados pelas implicações ou conseqüências lógico-rationais das considerações precedentes (CASTORIADIS, 1982, p. 143).

<sup>42</sup> Não podemos jamais sair da linguagem, mas nossa mobilidade na linguagem não tem limites e nos permite tudo questionar, inclusive a própria linguagem e nossa relação com ela (CASTORIADIS, 1982, p. 153).

<sup>43</sup> Falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa "inventada" – quer se trate de uma invenção "absoluta" ("uma história imaginada em todas as suas partes"), ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não suas significações "normais" ou "canônicas" [...] O imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para exprimir-se, o que é óbvio, mas para "existir", para passar do virtual a qualquer coisa mais. (CASTORIADIS, 1982, p. 154).

(CASTORIADIS, 1982, p. 156), expressões estas que criam o ícone, que não deixa de ser um objeto simbólico de um imaginário, porém com elevado status.

Então, as instituições criam ícones no imaginário social, relacionando um componente funcional de grande status a um componente imaginário também de grande status (CASTORIADIS, 1982, p. 159).

O imaginário é acionado quando o homem não consegue resolver problemas reais, mas só é possível a ascensão do imaginário porque o homem é capaz de criá-lo<sup>44</sup>. A criação do imaginário social é a escolha que uma sociedade faz de seus símbolos<sup>45</sup>. O imaginário social é a instituição social histórica, no representar social e no fazer social (CASTORIADIS, 1982, p. 305).

Assim, o indivíduo social também é um instrumento fabricado, assemelhado a outros instrumentos que já existam (CASTORIADIS, 1982, p. 308). A autotransformação da sociedade diz respeito ao fazer social dos homens na sociedade (CASTORIADIS, 1982, p. 418).

Segundo Castoriadis, apesar do indivíduo crer estar diante de uma descoberta individual, sua atitude nada mais é que a reação a uma idéia já estipulada e pré-definida pelo imaginário social. Para ele o homem não foi moldado e moldou a natureza, pois a natureza já é fruto de um núcleo criativo: o imaginário social (PINHEIRO, 2001).

O autor descreve o processo de alienação social, baseado em premissas econômicas. Esta condição atinge o conjunto da vida social, e a consciência das pessoas. E as pessoas que não são compromissadas, têm a sua consciência atingida? A resposta é que, de uma forma ou de outra, tudo é alienação, e não existe a condição de ter ou não consciência, pois, ao trabalhar o imaginário, trabalha-se com a nossa consciência formada, alienada.

A solução então é estar incluído, para manter o padrão social, e excluído, para manter o senso crítico. O caráter desta racionalidade tem que ser funcional, e o método de entendimento do imaginário pressupõem a totalidade do que se pode observar, e o entendimento do por que e como são definidos. Para Castoriadis, as instituições não produzem o simbólico, mas existem no simbólico, e tudo é simbólico.

O ser humano, inicialmente onipotente, ao interiorizar as significações do imaginário social, pouco a pouco se socializa<sup>46</sup>, interioriza

---

<sup>44</sup> Dizer que o imaginário só parece – ou só representa um papel – porque o homem é incapaz de resolver seu problema real, supõem que saibamos e que possamos dizer qual é esse problema real, em toda a parte e sempre, e que ele foi, e será sempre o mesmo (visto que esse problema muda, somos obrigados a perguntar porque somos levados à pergunta precedente). Isso supõe que sabemos, e que podemos dizer o que é a humanidade e o que ela quer, aquilo cuja direção ela tende, como dizemos (ou cremos poder dizer-lo) dos objetos (CASTORIADIS, 1982, p. 163).

<sup>45</sup> Compreender, e mesmo simplesmente captar o simbolismo de uma sociedade, é captar as significações que carrega (CASTORIADIS, 1982, p. 166).

<sup>46</sup> Vai resguardar sempre a ambivalência dos afetos inconscientes – amor e ódio – em relação aos objetos psíquicos primordiais, o que é um exemplo de que a psique nunca é inteiramente socializada, mas, sob as pressões das instituições sociais, vai sendo dominada, parte dela renuncia à onipotência e reconhece o outro. (MACHADO, M. N. da M. 2002).

a totalidade da instituição de sua sociedade e as significações imaginárias que a organizam. Na troca, a sociedade lhe oferece um sentido para a vida e, quase sempre, para a morte (MACHADO, M. N. da M. 2002). De uma maneira geral, estes indivíduos vivem e pensam na conformidade da repetição: não instituem a sociedade, limitando-se a viverem do imaginário instituído.

Por seu lado, cada sociedade cria suas significações, suas formas institucionais e suas leis. Cada uma é resultado da capacidade da coletividade anônima, ou seja, do imaginário social instituinte, de criar linguagem, costumes, idéias, formas de família etc. Cada uma é nesse sentido, social-histórica<sup>47</sup>.

E Cascavel? A cidade real e o imaginário social de Cascavel, surgem no conceito de modernidade. Para lá chegar, iniciar-se-á pela história e, na seqüência, pelo planejamento desta cidade.

---

<sup>47</sup> Depois de criadas, as instituições sociais aparecem como dadas. Podem se tornar fixas, rígidas, sagradas, fábricas de indivíduos conformes, cujas representações psíquicas, afetos e intenções repetem as significações sociais instituídas.[...]. Mas podem romper esse fechamento das suas significações imaginárias sociais. A criação da filosofia e da democracia na Grécia Antiga é um exemplo de ruptura instituinte, com questionamento explícito das instituições, enfraquecimento da heteronomia social e criação de outro tipo de ser, portador de subjetividade reflexiva e deliberante. (MACHADO, M. N. da M. 2002).

## SEGUNDO CAPÍTULO

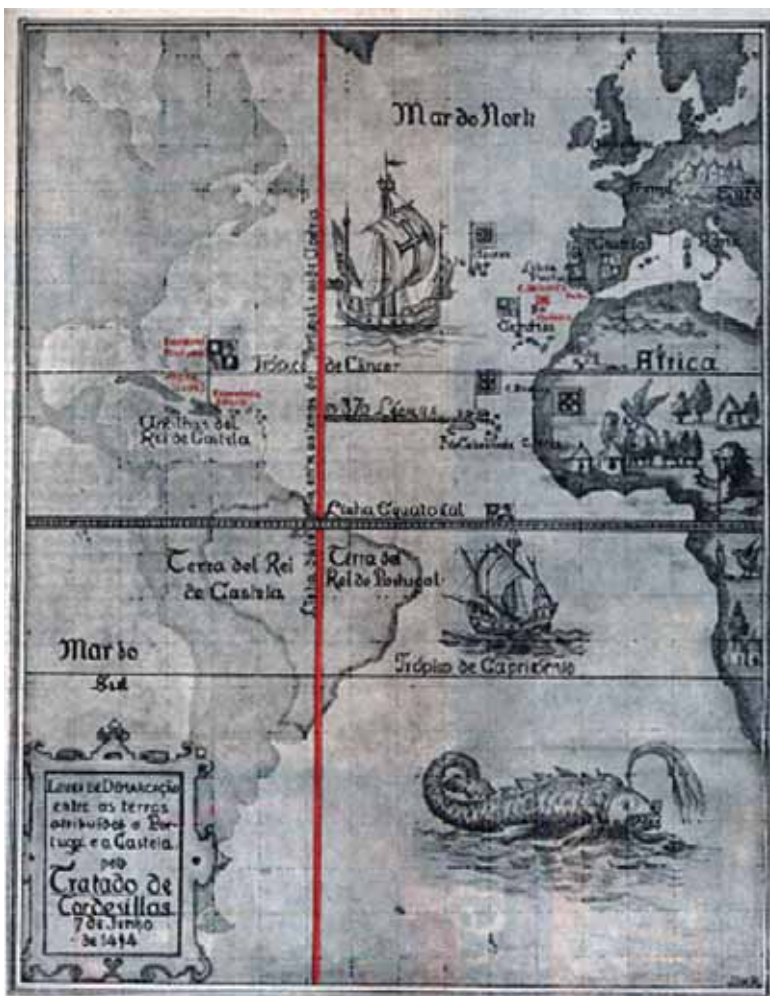
### HISTÓRIA E PLANEJAMENTO DE CASCAVEL

#### 1- A FORMAÇÃO DA REGIÃO

A colonização do Oeste do Estado do Paraná teve início conjuntamente com a colonização do Brasil. O pensamento de que se poderia chegar às Índias, atravessando o globo no sentido contrário do usual, acarretou na descoberta do “Novo Mundo” pelos povos ibéricos.

Com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494, esta terra foi partilhada entre seus dois descobridores. Esta divisão se deu por meio de uma linha que dividiria o globo de pólo a pólo, a 370 léguas à Oeste das ilhas de Cabo Verde. À Espanha caberia a porção à Oeste da linha; a Portugal, a porção à Leste.

*Interpretações muito particulares dos dispositivos assinalados no tratado, entretanto, determinaram que portugueses e espanhóis se lançassem a ocupar os domínios que acreditavam lhes estar reservados.”*  
(CASCAVEL a história. Alceu A Sperança. Pág. 12)



Mapa Esquema de Demarcação fixada pelo Tratado de Tordesilhas, 1494

Figura 01: Supracitado.

Fonte: Disponível em:

<http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/>

[mapatordesilhas.pdf#search='mapa%20tratado%20de%20tordesilhas'](http://mapatordesilhas.pdf#search='mapa%20tratado%20de%20tordesilhas').

Acessado em: 16/09/2005. 16:56

Um dos primeiros, senão o primeiro, a chegar nesta região foi o navegador Aleixo García, representando a Armada Espanhola de Solis, em 1514. Sua missão consistia em procurar uma passagem entre os oceanos Atlântico e Pacífico, para atravessar o continente e chegar às Índias. Conseguiu chegar até onde hoje se situa a cidade de Guaira.

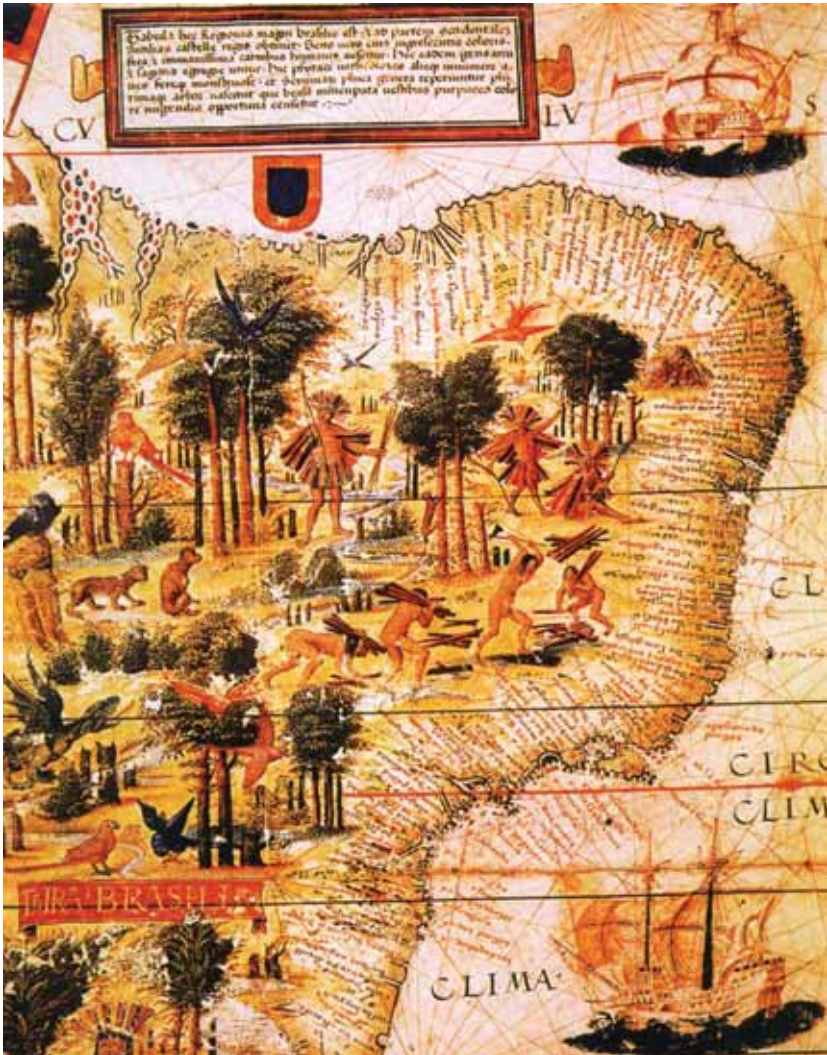


Figura 02: Mapa Terra Brasilis, do Atlas Miller (1515-19), com legendas em latim destacando o canibalismo, as feras e o pau-brasil.

Fonte: **Brasil**. O livro dos 500 anos, página 29. Cases Associats, SA.Barcelona-Buenos Aires. 1996.

Somente após um grande *jejum* de 30 anos, Portugal volta seus olhos para o Brasil. Sem recursos para montar frotas de exploração e colonização, institui, em 1530, o regime das Capitânicas Hereditárias. Similarmente imposto como um regime de aluguel de terras, consistia em um acordo de duas partes; a coroa devia ceder grandes montantes de terra aos seus capitães e, em troca, receber generosas somas de dinheiro em forma de impostos.



Figura 03: Luís Teixeira, *Litoral Brasileiro com as Capitanias hereditárias*, Portugal, Biblioteca da Ajuda, 1574.

Fonte: Disponível em: [http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/cap\\_hereditarias.html](http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/cap_hereditarias.html)

Acessado em: 16/09/2005. 17:18

Conjuntamente com a extração de recursos naturais, veio à tona o desejo de descobrir o famoso *Eldorado* – a cidade feita de ouro – por entre os futuros residentes brasileiros, surgindo então as Bandeiras.

Martin Afonso de Souza, o capitão da futura capitania de São Vicente, partiu de Lisboa no dia 3 de dezembro de 1530, com destino ao Brasil. No entanto, antes de atracar em seu território, adentrou ao rio da Prata, chegando em seu destino somente em 1532, quando São Vicente foi fundada.

Em 1531, quando Martin Afonso de Souza ainda estava navegando pelo rio da Prata, os bandeirantes Pero Lobo e Francisco Chaves, a seu serviço, descobriram minas às margens do rio Paraguai. Um ano depois, com a fundação do povoado de São Vicente, e pelo fato das minas descobertas, a busca pelo ouro nessa região iniciou um grande fervor entre os interessados.

*É em função dessas premissas que em pleno nascimento do mundo moderno, o sistema colonial invoca o renascimento do sistema escravista. Por mais escandalosa que fosse a contradição entre a consciência cristã e a escravidão, de negros ou de índios, essa foi a solução pragmaticamente adotada pelos colonizadores.” (<http://www.etda.hpg.ig.com.br/brasil1.htm>.)*

## 2- OS JESUÍTAS E A MÃO DE OBRA ESCRAVA

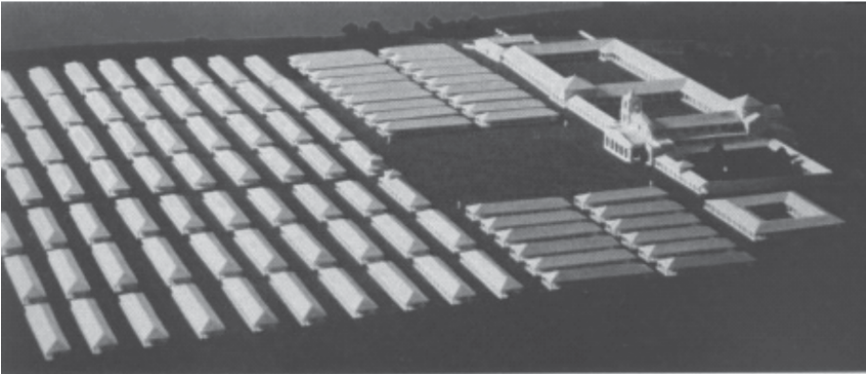


Figura 04: Maquete de uma típica missão jesuítica. Note-se a grande praça central e as cem cabanas para abrigar indígenas.

Fonte: BUENO, Eduardo. **História do Brasil**, página 37.  
Encartes do Jornal A Folha de São Paulo. 4 ago. a 8 dez. 1997.

Por outro lado, o império espanhol, muito interessado nos recursos às margens do rio Paraná, começou seu processo de colonização da área, fundando, em 1554, o povoado de Ontiveros. Dois anos mais tarde, também foi fundada a Ciudad Real; ambas situadas na margem paraguaia do rio Paraná, nas proximidades da atual cidade de Guáira. A fundação da Ciudad Real coincidiu com a chegada dos primeiros padres jesuítas ao Paraguai.



Figura 05: Padres Anchieta e Nóbrega na Cabana de Pindobuçu.  
Fonte: BUENO, Eduardo. **História do Brasil**, página34.  
Encartes do Jornal A Folha de São Paulo. 4 ago. a 8 dez. 1997.

*Em 1558, os padres jesuítas Ortega e Filds percorreram a região e informaram sua ordem religiosa sobre a existência de cerca de 200 mil índios na área. Mostravam-se também favoráveis à conveniência da catequese”. (SPERANÇA. Pág. 15)*

Os portugueses do sertão local não podiam contar com as riquezas de que seus conterrâneos dispunham, composta da cultura da cana e do fabrico de açúcar juntos com a extração do pau-brasil, ao Norte; ou a criação de gado, ao Sul. A única alternativa econômica para os lusitanos locais, então, foi voltar-se para a busca e captura de mão-de-obra escrava, para alimentar as grandes fazendas de colonização lusitana, por meio das bandeiras. Para estes portugueses, o povoado mais próximo era o de Guarapuava – situado nos Campos Gerais.

A região de Cascavel, então, tem sua descoberta em momento paralelo com o descobrimento e colonização brasileira. No momento em que Portugal mandou os membros da elite lusitana para se transformarem nos senhores das Capitânicas Hereditárias, a região já contava com bandeirantes para fazer o comércio de índios como mão de obra escrava.



Figura 06: Figura ilustrativa de índios tomados à força para servirem como mão de obra escrava nos grandes latifúndios.

Fonte: Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/top01.html>  
Acessado em 16/09/2005. 17:33.

No entanto, apesar das bandeiras iniciarem seu fluxo para esta região em 1558, os portugueses que para cá vieram, nunca tentaram fixar raízes de colonização nesta área.

*Os bandeirantes foram muito além do limite imaginário de Tordesilhas e, com isso, destruíram a validade política do meridiano. Mas nem currais chegaram a fundar. Sua agricultura se reduziu a roçados de emergência e quase unicamente de mandioca. Entraram na mata, não para domina-la, mas para obter a confirmação do ouro à flor da terra, da lagoa de prata escondida nas nascentes fabulosas dos grandes rios, das montanhas fantásticas cobertas de esmeraldas. De contra peso, pegavam silvícolas para morrer de tristeza nas plantações do litoral. No seu rastro, porém, não se organizou nenhuma ocupação do território desbravado. E só quando o mato novamente se fechou sobre as picadas que eles fizeram, foi que a notícia dos descobertos levou, serra acima, uma grande massa de gente. (Retrato sincero do Brasil. Limeira Tejo. Ed. Record, 1978).*

### 3-CASCVEL

Antes de sua colonização, a região de Cascavel servia somente como pouso entre as cidades costeiras do rio Paraná e as cidades do Leste, como Guarapuava, Lapa, Curitiba, etc. Do período de 1532, até o início da comercialização de escravos provindos da África, esta região servia de abastecimento de mão-de-obra indígena para as grandes fazendas de latifúndios, promovido pelos portugueses.

Passam-se cerca de trezentos e cinquenta anos e, somente no final do século XIX, a região é novamente lembrada. A partir dessa época, vários fatores decidiram o futuro local. Em ordem cronológica, aconteceram da seguinte maneira:

- Em 1889 o país, sofrendo várias pressões abolicionistas, principalmente de países como a Inglaterra – que lucrariam mais no comércio com um país sem mão-de-obra escrava –, se viu na necessidade de explorar e colonizar seu interior, principalmente nas regiões de litígio ou divisão de fronteiras.

*“A abolição da escravatura, em maio, colocava nas ruas um contingente imenso de deserdados”. (CASCVEL a história. Alceu A Sperança. Pág. 46).*

- Com a escravatura abolida, os senhores se viram sem mão-de-obra. A Itália, que passava por uma grande crise econômica, foi o perfeito “cliente” para os planos brasileiros de substituição de escravos.
- Este fato posto, o governo se voltou para os imigrantes como força braçal. O trabalho de atração aos imigrantes se aprofundou em função da falta de mão-de-obra no Brasil. Após a colonização da região da foz do Rio Iguaçu por estrangeiros, foi iniciada a primeira missão de reconhecimento de território e abertura de um caminho, a picadas, de Guarapuava até a atual cidade de Foz do Iguaçu.

Na época, pouquíssimas são as cidades que contam com uma organização populacional e de crescimento para seu desenvolvimento. Esta situação diverge na forma em relação à Cascavel. O começo da organização populacional desta cidade, chamada de “A Encruzilhada”, lugar que antecedeu a cidade, e que desde seu princípio já contava com uma infra-estrutura de estradas muito maior que a necessária.

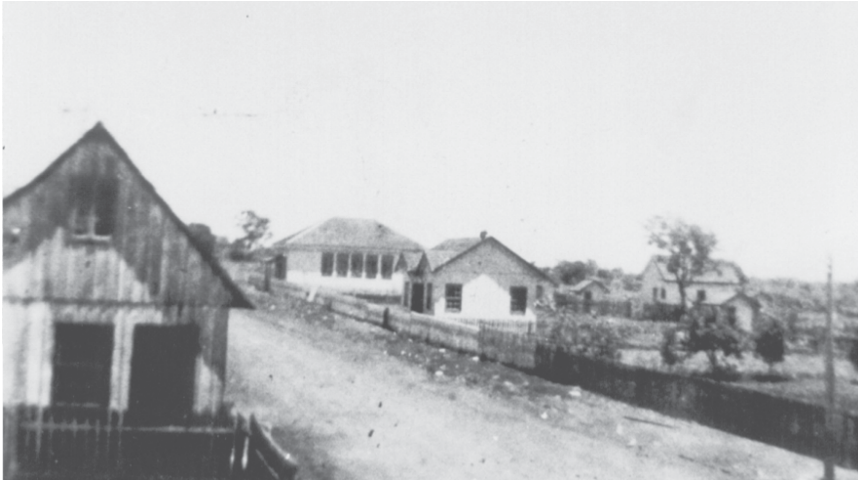


Figura 07: Cascavel na década de 1930.  
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel (MIS).

Esta é uma característica significativa, e que acompanha o desenho urbano da cidade até o século XXI: no começo da segunda década do século XX, quando os imigrantes, conjuntamente com argentinos e paraguaios, se dedicam ao extrativismo da erva-mate para as grandes empresas da região, a cidade já contava, mesmo que de uma maneira certamente não proposital – não planejada, urbanisticamente, com uma infra-estrutura de estradas avantajada, para a época.

Como a cidade foi colonizada? O advento da colonização de Cascavel se deve principalmente como consequência de um movimento de cunho nacional, a Revolta Tenentista: após severos bombardeios, tanto aéreos quanto terrestres, os revoltos, que haviam dominado a capital paulista por 23 dias, bateram em retirada.

Os “tenentes”, comandados pelo general Isidoro, contavam com 6 mil soldados e civis. Conhecidos como a Coluna Paulista, passaram pela cidade de Bauru (SP), chegando nas margens do Rio Paraná. Em Três Lagoas, no então Estado do Mato Grosso foram derrotados, refluindo em direção ao Sul.

Dominaram Guaíra, Foz do Iguaçu e Catanduvas durante o período de outubro de 1924 a março de 1925. Quando chegaram na região de Catanduvas, figuraram uma das maiores batalhas do movimento, que durou meses. A ação de pilhagem da parte dos revolucionários fomentou extrema indignação e revolta na população territorial da época. A partir daí, a Coluna Paulista rumou para Foz do Iguaçu, onde se uniu com outros revoltos, liderados por Luis Carlos Prestes, formando a então chamada Coluna Prestes, encerrada somente em 3 de fevereiro de 1927, com o exílio de seu líder na Bolívia.

As eleições presidenciais de 1929 marcaram o término da política do café com leite, cuja diretriz era a de revezamento de poder entre os estados de São Paulo, maior produtor e exportador de café, e Minas Gerais, maior produtor de leite. Esta política se encerrou quando o então presidente da república, Washington Luís, representante de São Paulo, apoiou o também representante paulista Júlio Prestes à sucessão de seu cargo. Esta decisão desagradou a elite mineira, fazendo com que a mesma se alie com o estado do Rio Grande do Sul, antigo sócio no comércio tropeiro de muares. A corrida eleitoral para a presidência contou, então, com os candidatos Júlio Prestes, representando São Paulo, Paraná e quinze outros estados, defendendo os interesses da elite cafeicultora; e o gaúcho Getúlio Vargas, representando a Aliança Liberal, junção da elite mineira e seus interesses na fabricação leiteira, a elite gaúcha e seus interesses na criação

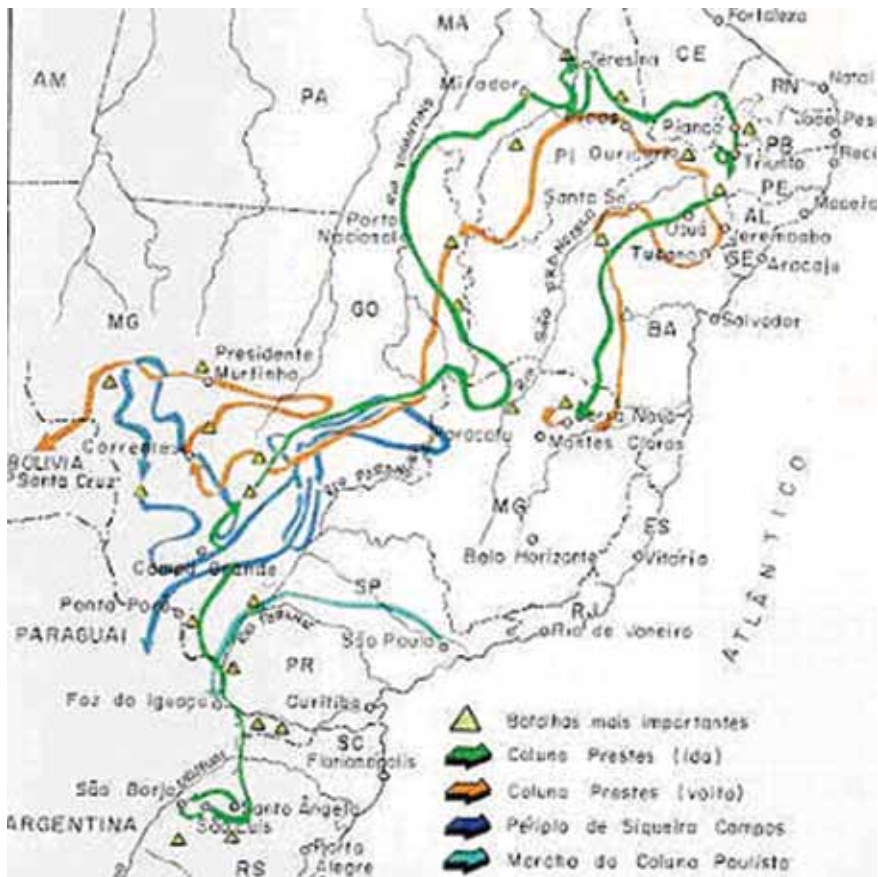


Figura 08: Rotas e caminhos da Coluna Prestes.

Fonte: Disponível em: <http://www.militar.com.br/historia/brasil/colunaprestes/>  
 Acessado em: 16/09/2005. 17:38.

de gado, e o estado da Paraíba, nomeando João Pessoa como vice de Getúlio Vargas.

Nas eleições o candidato Júlio Prestes tornou-se sucessor ao cargo de Washington Luís. Após o resultado, o futuro presidente iniciou viagem à Washington DC, Paris e Londres, onde foi recebido como futuro presidente do Brasil.

Como a prática do coronelismo se fazia vastamente presente naquela época, era comum presenciar nas urnas o reflexo da vontade política e eleitoral das famílias latifundiárias concentradas no eixo Minas - São Paulo ao invés da vontade da população. Consequentemente, esta política gerava grande indignação.

Próximo à Catanduvas, na cidade de Laranjeiras do Sul, residia José Silvério de Oliveira, também conhecido como “Nhô Jeca” ou “Tio Jeca”, proprietário de um bar com armazém era conhecido por ser adepto da Aliança Liberal.

Temendo perseguição política por ter apoiado o candidato oposto a seu estado e derrotado nas eleições, José Silvério decidiu se mudar para um lugar inóspito e ermo. Foi então que resolveu arrendar parte das terras de um senhor chamado Antônio José Elias, conhecido como Antônio Diogo, nos arredores da Encruzilhada dos Gomes, lugar que já era de seu conhecimento e de grande apreciação.

Após a chegada de Nhô Jeca a Cascavel, este recebe a notícia de que a Aliança Liberal havia constituído um golpe de Estado, destituindo o futuro presidente Julio Prestes para empossar o gaúcho Getúlio Vargas. Este advento, conhecido como a Revolução de 1930, ocorreu alguns dias antes da posse oficial do futuro presidente.

Apesar dos destinos que a revolução tomou, José Silvério, aqui já instalado, pressentiu o enorme potencial de desenvolvimento na região, especialmente pelo grande fator de localização geográfica, favorável às ligações entre norte e sul e entre leste e oeste. A partir deste momento, Silvério iniciou um movimento para a colonização do território, convidando vários amigos a se mudarem para a região.



Figura 09: José Silvério de Oliveira  
Fonte: Museu da Imagem e do Som



Figura 10: Primeiras famílias de Cascavel andando na esquina da Avenida Brasil e Rua Pio XII, no Patrimônio Velho. 1930.  
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel (MIS).

A partir das décadas de 30 a 40, milhares de colonos sulistas, na maioria descendentes de poloneses, ucranianos, alemães e italianos, assim como caboclos oriundos das regiões cafeeiras, começaram a exploração da madeira, agricultura e a criação de suínos. Cascavel torna-se distrito em 1938. O distrito emancipou-se em 14 de dezembro de 1952. Posteriormente, na década de 60, os japoneses também se instalam por aqui.

A palavra “cascavel” origina-se de uma variação do latim clássico “*caccabus*”, cujo significado é “*borbulhar d’água fervendo*”. O nome surgiu de um grupo de colonos que, pernoitando nos arredores de um rio, descobriram um grande ninho de cobras cascavéis, denominando-o, então, Rio Cascavel.

A ocupação por habitações e serrarias – pois neste momento o ciclo econômico de colheita da erva mate já tinha sido substituído pelo extrativismo da madeira, ocorreu ao longo do eixo físico da antiga estrada de ligação do litoral com o extremo oeste paranaense.



Figura 11: Vista aérea de uma das serrarias da região. Década de 1950.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel (MIS).

Essa característica de ocupação linear refletiu nas áreas de maior valorização e concentração populacional, marcada hoje pela atual avenida Brasil.

### 3.1 - O desenho urbano da cidade



Figura 12: Vista geral da cidade em 1950.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel (MIS).

Foz do Iguaçu cedeu uma área de 500 hectares para a formação da cidade de Cascavel, divididos em lotes foreiros, documentados com direito de uso e posse, extinto pela lei municipal nº 79/57.

No livro de registro de leis e decretos da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, foi registrada a planta de Cascavel nas folhas de nº 01 a 70 (setenta), nas quais se encontra transcrita a lei nº 79 de 15 de setembro de 1957.

*Súmula: - Extingue o aforamento que recai sobre terras que constam do patrimônio de Aparecida dos Portos (Patrimônio Velho):*

*Art. 1º - Fica extinto o aforamento que recai sobre as terras que constituem o patrimônio de Aparecida dos Portos, comumente denominado "Patrimônio Velho", compreende os lotes foreiros de nº 01 (um) a 76 (setenta e seis).*

*Art. 2º - Os ocupantes de terras na área citada, no artigo anterior portadores de escritura de aforamento, deverão requerer ao chefe do executivo municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação da presente lei, a substituição da mesma, pelo título de domínio pleno, mediante o pagamento da importância de duzentos cruzeiros (C\$ 200,00) referente a emolumentos.*

*Art.3º - Ficando o prazo estabelecido no art. 2, não mais serão fornecidas certidões negativas, nem licenças para construção ou qualquer fim, àqueles qual não estejam de posse do título de domínio pleno.*

*Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*Gabinete do Prefeito Municipal de Cascavel, 15 de Setembro de 1957.Ass.*

*Helberto Edwino Schwarz - Prefeito Municipal  
Eduardo Della Torre - Secretário.*

Em 1959, a área cedida à Cascavel foi re-dividida e a planta foi aprovada por sentença administrativa através da lei municipal nº 90/59 de 03/11/59, correspondendo à planta do Patrimônio Velho, que abrangia da Rua 7 de Setembro até a Rua Alferes Tiradentes, atual Rua Pres. Juscelino Kubitschek, e da Rua Manaus à Rua Cuiabá.

O Estado loteou o Patrimônio Novo que abrangia da Rua 7 de Setembro até o limite das Ruas José Bonifácio e Rosa Norma Vessaro,

no Bairro São Cristóvão, do qual foi elaborada uma segunda planta, aprovada pelo Estado.

A lei municipal nº 251/63 aprova nova planta, unificando o Patrimônio Velho e Patrimônio Novo, surgindo dessa forma o atual centro da cidade.



Figura 13: Patrimônio Novo abaixo e Patrimônio Velho aos fundos. Nota-se a diferença das proporções das quadras. A Rua divisora destes loteamentos era a então Rua Governador Lupion, hoje Rua 7 de Setembro. Avenida Brasil ao centro; Rua Paraná à direita e Rua Rio Grande do Sul à esquerda. Vista do atual centro em direção à Igreja Santo Antônio. 1957.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel (MIS).

## O PROCESSO DE PLANEJAMENTO URBANO

Ao longo do processo de administração pública de Cascavel ocorreram, no princípio, as seguintes gestões administrativas:

GESTÃO 1952 / 1956 Prefeito: José Neves Formighieri (PTB)

GESTÃO 1957 / 1960 Prefeito: Helberto E. Schwarz (PSD)

GESTÃO 1961 / 1964 Prefeito: Octacílio Mion (PTB – UDN – PDC)

GESTÃO 1965 / 1968 Prefeito: Odilon Reinhardt (PTB)

GESTÃO 1969 / 1972 Prefeito: Octacílio Mion (ARENA 1)

Com o prefeito Otacílio Mion é dado o primeiro passo para o planejamento urbano de Cascavel. O prefeito é amigo pessoal do arquiteto Gustavo Gama Monteiro<sup>48</sup>, natural do Rio de Janeiro, e estabelecido na cidade de Curitiba, onde, além de professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (CAU-UFPR), na disciplina Planejamento Urbano, possuía escritório de arquitetura.

Os laços pessoais fizeram com que o prefeito, no momento em que a estrada que ligava o litoral paranaense à Foz do Iguaçu saísse da área central e se deslocasse para sul, contratasse o arquiteto para dar solução urbanística à antiga estrada, agora via principal da cidade.

A nova estrada, ao sul da cidade, denominou-se BR 277, chamando-se Avenida Brasil à antiga via. A característica da Avenida Brasil, por ter sido rodovia, era de possuir largura de 60 metros na área central, e de 70 metros no extremo leste.

O arquiteto Gama Monteiro, inspirado pelo urbanismo modernista que valorizava os veículos na área urbana, inspirado pelo advento de Brasília com seus eixos rodoviário e monumental; inspirado na vocação rodoviária da cidade de Cascavel concebe, em proposta inédita, a avenida Brasil, com canteiros centrais de estacionamento de veículos. Nesta característica projectual, Cascavel é referência estadual e modelo para cópia em diversas cidades do interior paranaense.

---

<sup>48</sup> Arquiteto responsável pelo projeto da Catedral Nossa Senhora Aparecida – padroeira oficial de Cascavel através da lei nº 201/62, festejada em 12 de outubro, é ponto de destaque no centro da cidade, o formato da cobertura da igreja em leque representa o manto e a coroa de Nossa Senhora, sua estrutura é de concreto armado em formato plissado no total de 18 segmentos apoiados no mesmo número de pilares. O altar é ornamentado com um painel dourado com esculturas da Última Ceia.



Figura 14: Início das Construção do canteiro central da Avenida Brasil.  
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel (MIS).

Esta concepção vem a ser marca registrada da cidade por décadas, sendo inclusive motivo de aulas do arquiteto na disciplina Planejamento Urbano do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Paraná (CAU-UFPR).

Como a cidade estava se estruturando fisicamente, inclusive pela nova avenida, obras de expressão arquitetônica local foram projetadas e edificadas pelo arquiteto Gama Monteiro. Entre elas destaca-se a Catedral Nossa Senhora Aparecida, de concepção brutalista, estilo arquitetural em voga na época.



Figura 15: A Praça do Migrante, apesar de não ser obra do arquiteto Gama Monteiro, é um ícone tanto para a cidade quanto para a população local. Foto de 06/11/1977, durante sua construção.  
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel (MIS).

É importante ressaltar que a atuação profissional de Gama Monteiro em Cascavel, nas décadas de 1960 e 1970, apresenta aos pioneiros locais a profissão de arquiteto, o que inspira aos filhos da terra deslocarem-se para Curitiba para que, na UFPR, se graduassem em Arquitetura e Urbanismo. Entre eles Vitor Hugo Bertolucci<sup>49</sup> e Luiz Alberto Círico<sup>3</sup>, cascavelenses, pioneiros e filhos de pioneiros, profissionais da arquitetura e urbanismo que possuem projetos e obras em diversos sítios do território nacional.

Na virada da década de 1960 para 1970, além da estrutura física, a cidade estruturava-se administrativamente e, em atitude ainda não comum nos demais municípios paranaenses, o prefeito Octacílio Mion, com indicação do professor/arquiteto Gama Monteiro, contrata como funcionário municipal o arquiteto Nilson Gomes Vieira<sup>50</sup>, recém-formado pelo CAU-UFPR.

Nilson, arquiteto de expressão regional, vem a ser o primeiro profissional da arquitetura e do urbanismo na cidade de Cascavel. Entre projetos arquitetônicos de expressão e ousados para a época – a nova Prefeitura Municipal na Rua Paraná é exemplo, em sua ação de funcionário municipal, organiza um sistema de aprovação de projetos e fiscalização de obras públicas e privadas, no primeiro modelo de planejamento e controle municipal.

Nos anos de 1960, a cidade foi marcada pelo ritmo de crescimento acelerado, saltando de uma população de 4.874 pessoas que viviam ao longo da rodovia para, no final da década, contar com 34.813 habitantes.

---

<sup>49</sup> Victor Hugo Bertolucci – arquiteto e urbanista graduado pela Universidade Federal do Paraná em 1974, natural de Cascavel, em 1975 associou-se ao arquiteto Nelson Nastás, formando a empresa NB, que mais tarde recebe o arquiteto Luiz Alberto Círico, formando a NBC Arquitetura e Construções Ltda, possui em seu acervo várias obras de destaque como a sede da Tv Tarobá, Hospital Policlínica, Edifício Central Park, Loteamento Industrial PIC, Campus Universitário FAG.

<sup>50</sup> Nilson Gomes Vieira - diplomou-se em 1967 pela Universidade Federal do Paraná, no Curso de Arquitetura e Urbanismo; foi por duas gestões Secretário de Planejamento da prefeitura de Cascavel, Consultor de Planejamento da mesma prefeitura pela NGV, exerceu a função de Assessor de planejamento da AMOP, Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, esta a maior do estado, com 50 municípios associados. Possui em acervo técnico inúmeras obras relevantes em Cascavel, como o Campus Unioeste, Centro Esportivo Ciro Nardi, Praça Parigot de Souza, Terminal Rodoviário, Estádio Olímpico Regional, Paço das Artes, entre outras. Fonte: <http://www.ngvarquitetura.com.br>. Acesso em 6 set 2005.



Figura 16: Vista da Avenida Brasil. Abaixo encontra-se o atual centro e aos fundos a atual Praça do Migrante. 1965.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel (MIS).

Ocorre que, e em tradição que será mantida ainda no século XXI, a alternância político-administrativa do executivo municipal, é de oposição ao prefeito anterior. No caso, o prefeito que assume é o jovem Pedro Muffato, comerciante e desportista do automobilismo, filiado ao MDB, e que governa a cidade de 1973 a 1976.

Por motivos político-partidários, o novo prefeito muda a equipe municipal. Como Secretário Geral do Município, cargo máximo e acima das demais secretarias municipais, e correligionário do prefeito, assume o advogado Aldo Parzianello.

Aldo, em sua visão de estrategista, mantém contato com professores da UFPR, entre os quais o professor Gustavo Gama Monteiro. O secretário geral, propõe aos alunos graduandos da UFPR, serem hóspedes do município de Cascavel nas férias de julho de 1973 e, em troca de pouso, alimentação e um salário mínimo, os graduandos da UFPR elaborariam um diagnóstico da situação municipal, em cada uma das suas áreas específicas de conhecimento.

Assim ocorreu: vieram graduandos de Direito, Medicina, Economia, Assistência Social e Arquitetura e Urbanismo, entre outros.

Do Curso de Arquitetura e Urbanismo, como acadêmicos graduandos da UFPR em 1973, indicados e convidados pelo professor

Gustavo Gama Monteiro, vieram Sérgio Roberto Parada<sup>51</sup> e Solange Irene Smolarek.

Durante o estágio, e por questão de afinidade de linguagem, Solange é convidada a, após sua graduação, ser funcionária do município, situação que ocorre em fevereiro de 1974. A missão de Solange é a de elaborar as primeiras leis urbanísticas de Cascavel, o que acontece durante o ano de 1974.



Figura 17: Vista da Avenida Brasil. 1970.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel (MIS).

<sup>51</sup>Sérgio Roberto Parada (1951): é arquiteto pela Universidade Federal do Paraná em 1973, e fez curso de Mestrado em Urbanismo na Universidad Nacional Autónoma de México 1980/1983. Premiado pelo IAB/PR em 1974 na categoria Habitação Unifamiliar em Curitiba, e em 1980 na categoria Edifício para a Saúde, com o projeto para a Santa Casa Monsenhor Guilherme em Foz do Iguaçu, e na categoria Paisagismo, com o projeto de Adequação Paisagística e Mobiliários para a Estrada da Graciosa na Serra do Mar (PR). Recebeu também Menção Honrosa no Concurso da Sede da Prefeitura Municipal de Florianópolis em 1979, também foi premiado em Segundo lugar no Concurso Nacional para o Pavilhão do Brasil na Expo' 92 de Sevilha (Espanha). Obteve Menção Honorífica Internacional na VIII Bienal Internacional de Arquitetura de Quito (Equador), com o projeto do Novo Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília. Recentemente, na II Bienal de Arquitetura de Brasília, recebeu o Prêmio João Filgueiras Lima de Tecnologia pelo conjunto de sua obra e prêmio pelo projeto para o Aeroporto Internacional de Congonhas. Recebeu o prêmio conferido pela Associação Brasileira de Imprensa como arquiteto do ano de 1997. Tem desenvolvido vários projetos para residências, indústrias, igrejas, aeroportos, escolas, edifícios para lazer e cultura, comerciais e institucionais em vários estados brasileiros. Suas atividades profissionais iniciaram-se em Curitiba no ano de 1973, em 1978 desloca-se para Brasília a fim de integrar a equipe multidisciplinar que desenvolveu o Projeto da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, onde elaborou vários projetos para a Vila Residencial, Edifício de Supervisão da Usina e o Centro de Relações Públicas de Tucuruí; atualmente exerce a função de arquiteto consultor na Empresa Themag Gerenciamento Ltda.; além de manter seu próprio escritório de Arquitetura em Brasília. Tem vários artigos e projetos publicados em revistas e periódicos do Brasil e exterior. Foi vice presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, e ocupou o cargo de Presidente da mesma instituição no Departamento do Distrito Federal na gestão 96/97. No momento compõe o Conselho Superior da mesma. Disponível em: [http://www.arquitetura.com.br/om\\_marco\\_2000\\_pa/arquiteto.htm](http://www.arquitetura.com.br/om_marco_2000_pa/arquiteto.htm). Acesso em 12 set 2005.

## 1975 - O 1º PLANO - PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO

A primeira experiência de planejamento urbano de Cascavel ocorreu com a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento, que foi realizado de 1974 a 1975, o qual originou o Código de Obras (Lei nº 1183/75), a Lei de Zoneamento (Lei nº 1184/75) e a Lei de Loteamentos (Lei nº 1186/75).

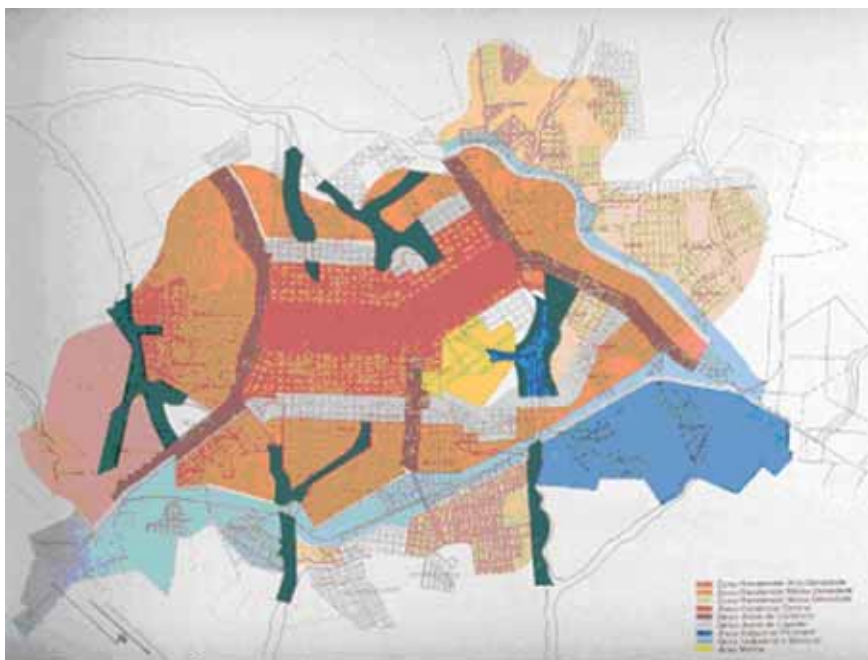


Figura 18: Lei de Zoneamento , Lei 1184/75

Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel, Projeto CURA, 1978, p. 11.

Na seqüência de ações da administração da gestão 1973 a 1976, é implantada a Secretaria de Planejamento. A SEPLAN contrata então a consultoria dos arquitetos Ciro Correa Lira, também professor de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, juntamente com o agora já arquiteto Sérgio Parada, para a elaboração de Plano de Ação da Gestão Municipal.

Desse Plano de Ação, a proposta mais significativa, e que mudaria a imagem e os hábitos da cidade, é a proposta do Lago Municipal de Cascavel. Esta proposta é materializada por estudo de viabilidade técnica, que decorreria no projeto de engenharia da barragem do lago.

Em 1976, também em alternância político-partidária ao antecessor, assume o governo municipal o empresário Jacy Miguel Scanagatta que, em ação de empreendedorismo, contrata o então ex-prefeito de Curitiba, arquiteto e também professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, Jaime Lerner, para elaborar um Plano Diretor para a cidade.

O arquiteto Lerner, entre outros profissionais que compõem sua equipe de consultoria, conta com a colaboração do engenheiro Cássio Taniguchi<sup>52</sup>, profissional responsável por fazer a ponte entre consultores e equipe local. Cássio, no final do milênio, e por duas vezes seguidas, será prefeito da capital paranaense, a cidade de Curitiba.

---

<sup>52</sup> Cassio Taniguchi nasceu em São Paulo (1941). Gradou-se em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos. Em 1965 chega ao Paraná, logo que se fixou em Curitiba, conheceu o arquiteto Jaime Lerner, com o qual desenvolveu sólida amizade, mais tarde transformada em sociedade comercial. Ao assumir a prefeitura de Curitiba, em 1972, Lerner o convidou para ser presidente da Companhia de Urbanização de Curitiba (Urbs), função que exerceu até 1975, tendo como projetos marcantes a reforma da Rodoferroviária e a implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Entre 75 e 80, Taniguchi atuou em projetos de urbanização em São Paulo, Guarujá, Niterói, Dourados e de transporte em Aracaju, Recife, Goiânia, Campo Grande, João Pessoa e Salvador. Com a reeleição de Lerner, retornou à vida pública como presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC), de 1980 a 1983, quando ajudou a construir a fama de Curitiba como capital ecológica. Na segunda gestão no IPPUC, de 1989 a 1994, Cassio implantou o ligeirinho, a Rua 24 Horas e o Jardim Botânico. Depois, foi secretário de Planejamento do governo Lerner, quando viabilizou a vinda de fábrica Renault para a região metropolitana de Curitiba e idealizou o projeto Paranasan, com financiamento do Japan Bank. Em 1996 foi eleito prefeito de Curitiba realizou o projeto Linhão do Emprego, uma avenida que liga vários bairros da cidade onde foram instalados barracões para abrigar microempresas. Foi reeleito em 2000. Disponível em: [http://www.nippobrasil.com.br/2\\_semanal.entrevistas/267.shtml](http://www.nippobrasil.com.br/2_semanal.entrevistas/267.shtml). Acesso em 12 set 2005.

## 1978 - PLANO DIRETOR

O plano em questão trata-se de uma revisão recomendada à época da elaboração, apresentando um breve histórico da cidade de Cascavel, informando ainda a evolução da população segundo Censo.

|                                     |                   |
|-------------------------------------|-------------------|
| Década de 1960                      | 4.874 habitantes  |
| Década de 1970                      | 34.813 habitantes |
| Estimulado no fim da década de 1970 | 80.000 habitantes |

No censo descreve-se o processo de crescimento como sendo tipo linear (ao longo da Br), observando a expansão “indiscriminada”, apesar do baixo índice de densidade. É importante salientar que esta expansão indiscriminada decorre da imensa quantidade de processos de aprovação de loteamentos, protocolados no final de 1975, e aprovados entre 1975 e 1976.

A expansão em questão da área urbana e dos conseqüentes loteamentos configurou o seguinte quadro de densidade:

| Ano  | Área do perímetro urbano | Densidade          |
|------|--------------------------|--------------------|
| 1953 | 121,65 ha                | 3,3 habitantes/ha  |
| 1963 | 824,52 ha                | 3,9 habitantes/ha  |
| 1973 | 1.405,32 ha              | 24,8 habitantes/ha |
| 1978 | 7.500,00 ha              | 9,4 habitantes/ha  |

Na análise deste plano, fica configurado que, com a abertura da BR 467 (Cascavel a Toledo) e BR 369 (Cascavel à Maringá), a expansão da cidade se orienta nas direções Norte e Leste, pulverizando a ocupação urbana em extensa área. No documento, ainda é diagnosticado que os vetores de crescimento ocorrem da seguinte forma:

- Eixo Av. Brasil – mostra-se como uma tendência já consolidada;
- Av. Carlos Gomes – direciona a tendência de crescimento Sul;

Eixo da ligação Cascavel – Assis Chateaubriand, ao longo da BR 467, direciona a tendência Norte;

Com respeito à área militar, o diagnóstico é de que a mesma apresentava-se quase ilhada, com exceção à área reservada ao Parque Municipal.

Alerta o plano que, ao apresentar uma baixa densidade demográfica, elevam-se os custos de implantação e manutenção das redes de infra-estrutura urbana. Ainda no que diz respeito à estrutura urbana, a ocupação desordenada resultou em uma série de vazios urbanos, sendo que o crescimento explosivo é gerado principalmente pela especulação imobiliária.

Quanto à vocação econômica observada, é a de comércio e serviço, havendo, no entanto, a tentativa de modificação desta tendência através de processo de industrialização, com ênfase na implantação de unidades de beneficiamento de produtos agrícolas.

Constata-se também a carência de áreas de lazer, sendo esta a principal deficiência observada em Cascavel. O índice de área verde é informado como sendo de 1,08 m<sup>2</sup>/habitante; irrisório uma vez que o mínimo recomendado é de 12,00 m<sup>2</sup>/habitante.

O levantamento de Jaime Lerner salienta ainda que o Plano Diretor de Desenvolvimento de 1974 constitui a 1ª experiência válida realizada em Cascavel.

Descreve também os aspectos econômicos, sendo o Setor Primário que exerce maior influência e que, Cascavel tende a se fortalecer, economicamente, à medida que se consolida como pólo.

A estrutura urbana proposta no plano da consultoria de Jaime Lerner começa informando que o tipo de ocupação linear é que define a estrutura urbana. Na seqüência, descreve a ocupação pioneira, através de vias de penetração ao longo do divisor d'águas (ligação Curitiba – Foz do Iguaçu).

Com a implantação da BR 277, houve a possibilidade da transformação da Av. Brasil, com obras de infra-estrutura e de paisagismo para atenuar a escala, possibilitando ainda à cidade ganhar área verde, através dos canteiros centrais.

A análise do plano é a de que, na conclusão da BR 467, transfere-se o tráfego pesado de dentro da cidade para a rodovia. A proposta é, especialmente, ordenar o processo de expansão urbana. Nesse ordenamento, é proposto que a Av. Brasil consagre-se como a espinha dorsal da cidade, permitindo o estabelecimento do uso do solo, onde procurar-se-á um adensamento linear.

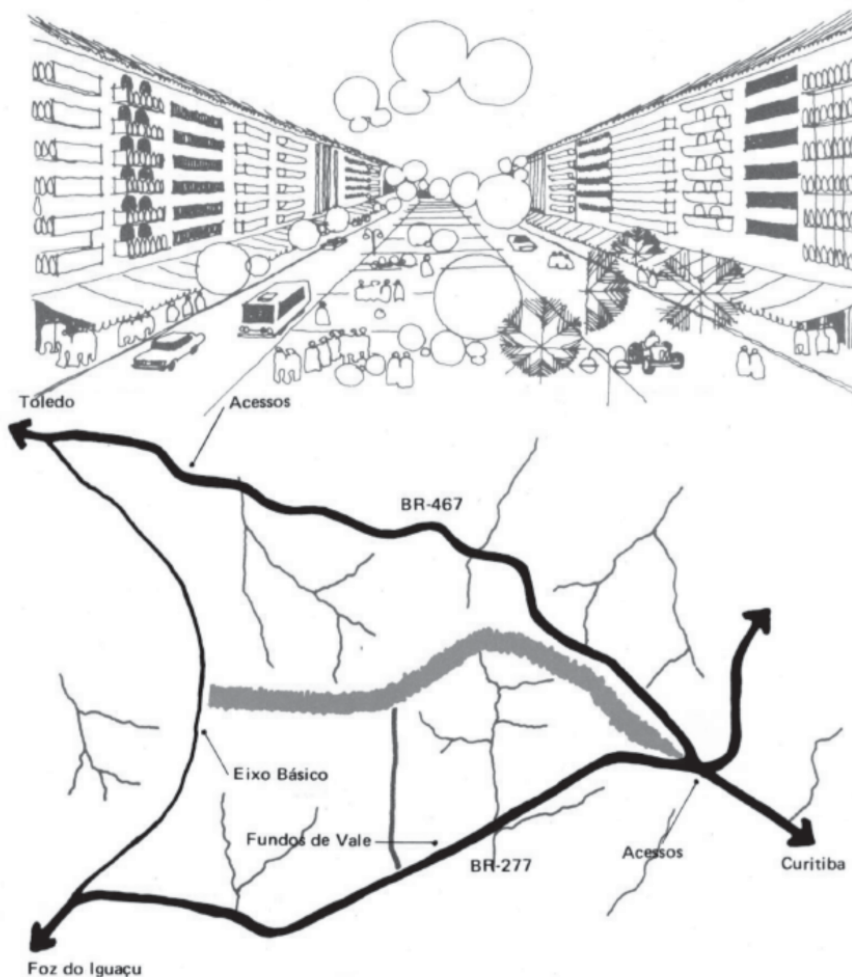


Figura 19: Proposta, o traçado da Av. Brasil.

Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel, Jaime Lerner, 1978, p. 29.

Pode-se verificar também que, com os elevados índices de aproveitamento propostos no Plano, estimula-se a ocupação de novas áreas de loteamento, as quais são mais baratas. A proposta mantém o eixo da Av. Brasil no processo de crescimento, sendo caracterizada pela ocupação em habitação e serviço, capaz de induzir o adensamento.

A rodovia 277 e a BR 467 delimitam o processo de expansão urbana, formando uma envoltória ao longo do eixo estrutural, sendo que a Oeste o contorno Toledo / Foz do Iguaçu, completa o desenho.

As propostas com respeito a obras, recomendam a intervenção na Av. Brasil por parte do poder público, para transformá-la em ponto de

encontro da população, na proposta do que viria a ser o “Calçadão”. Nele, em seu núcleo central previa-se – segundo a proposta de 1978 – que deveria ser consolidado e revitalizado, sendo observado que o canteiro central era pouco utilizado pelos cidadãos devido ao perigo das travessias, afora como estacionamentos. O núcleo central era constituído por três quadras, com a previsão de criação de grande espaço para pedestres.

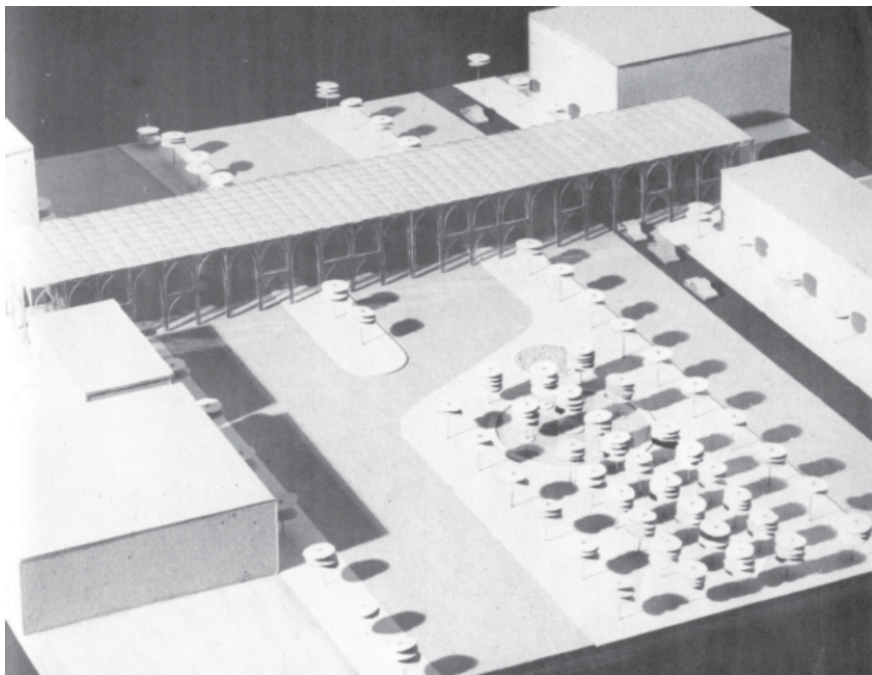


Figura 20: Proposta: Revitalização da área central – formação de um grande pátio central com arcadas.

Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel, Jaime Lerner, 1978, p. 67.

Neste espaço seriam implantadas coberturas contínuas, para atividades diversas como lojas, flores, lanches, entre outras. Estas coberturas deveriam ser em estruturas metálicas na forma de arcos, em dois níveis, com a finalidade de criar espaços na escala humana. O modelo era a praça de São Marcos em Veneza que, apesar de edificada em seu entorno, insere o homem não como figurante, mas como ator principal.



Figura 21: Detalhes da Cobertura, confeccionadas em estrutura metálica tubular.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel, Jaime Lerner, 1978, p. 69.

No extremo oeste da área urbana, onde ficava o antigo campo de pouso, no final da Av. Brasil e na saída para Foz do Iguaçu, foi previsto o novo terminal de transporte coletivo intermunicipal – rodoviária municipal. Esse setor se caracterizaria por abrigar o terminal de transporte da escala rodoviária para a urbana. Ainda nesta área foi previsto um Centro de Vivência, para uso de pedestres, possibilitando atenuar a perspectiva da Av. Brasil. No futuro deveria ser destinada à construção de teatro, comércio mais sofisticado e administração pública, no que viria a ser o atual “Centro Cívico”.

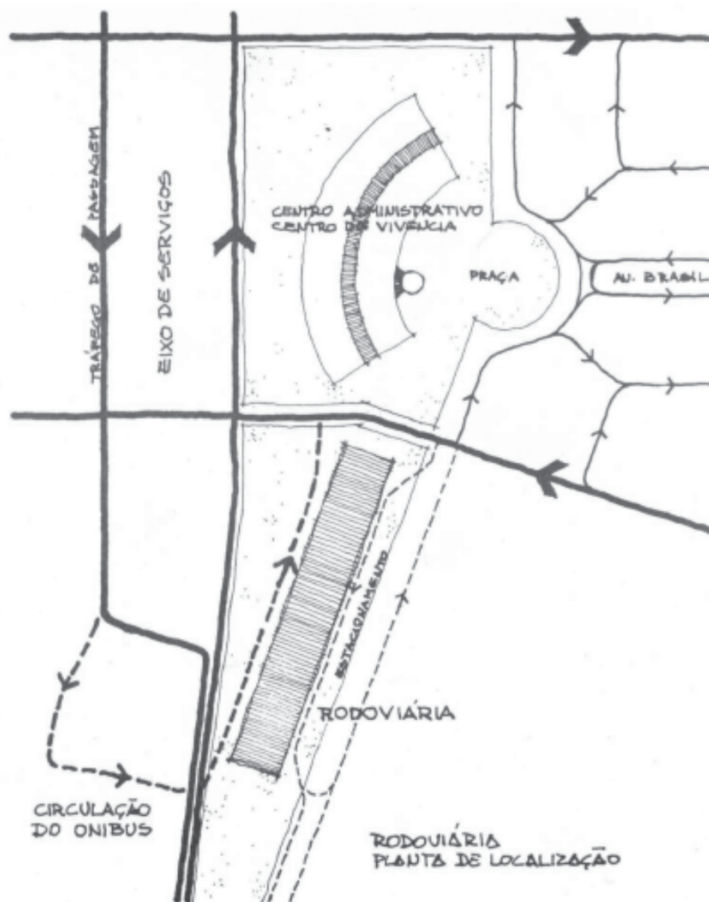


Figura 22: Proposta, Localização do terminal de transportes e Centro de Vivência.  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel, Jaime Lerner, 1978, p. 32.

O plano contempla também o Parque da Cidade, que deveria ser equipado com canchas, playground e restaurante; além das ruas transversais à Av. Brasil, junto às áreas de animação (escolas, bares, praças), as quais deveriam ser transformadas em ruas de recreação, dotadas de equipamentos comunitários de lazer. Esses trechos teriam continuidade até se encontrarem com os fundos de vale, fossem preservados ou ocupados.

A área de uso industrial deveria ficar na extremidade Leste, enquadrando-se nas diretrizes globais recomendadas pelas autoridades estaduais. A localização é favorecida pela direção dos ventos, por não poluir mananciais e por se beneficiar das redes de infra-estrutura. No distrito industrial, o zoneamento previa a implantação de diversas atividades – da agroindústria à empresas do metal mecânico, sendo exigidas medidas

de proteção ao meio ambiente, a preservação das áreas verdes e de fundo de vale, bem como a adoção de medidas de controle à poluição.

Em termos de uso do solo, a proposta era a de adensamento habitacional ao longo da Av. Brasil, inclusive pelo fato dos índices propostos reduzirem substancialmente os índices urbanísticos então permitidos. Dessa forma, as quadras lindeiras à espinha dorsal, abrigariam edificações de até 07 pavimentos, a quadra subsequente até 04 pavimentos e as demais, com baixa densidade, até 02 pavimentos.

Nos eixos de serviço (Rua Carlos Gomes e Avenidas Foz do Iguaçu/Assunção/Tiradentes/Guaíra), seriam implantadas atividades do tipo concessionárias, hotéis, estabelecimento de saúde, etc. As rodovias Curitiba/Foz, Cascavel/Toledo e Cascavel/Campo Mourão, deveriam abrigar depósitos, silos, hotéis, restaurantes, etc.

A proposta de uso do solo procurava compatibilizar a baixa densidade existente com a programada estimando-se que, verificadas as condições de ocupação do eixo estrutural – contida na área limitada pelas BR 277, BR 467 e o contorno Toledo/Foz do Iguaçu –, fosse atingido o total de 846.000 habitantes, correspondendo a 196 hab/ha.

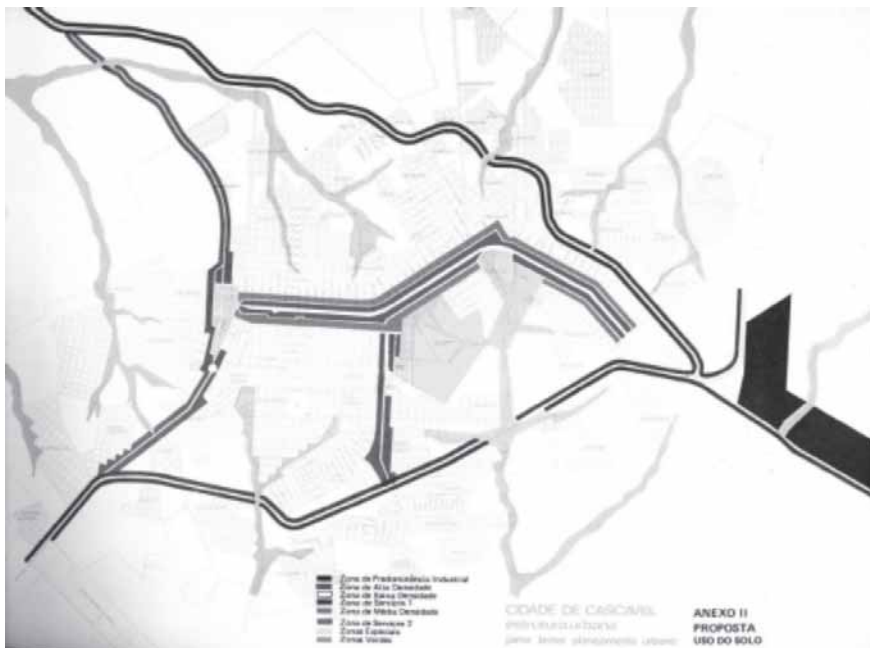


Figura 23: Proposta Uso do Solo

Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel, Jaime Lerner, 1978, p. 95.

Com respeito ao sistema viário, ainda na proposta do Plano Diretor elaborado com a consultoria do arquiteto Jaime Lerner, fica constatado que o sistema viário da cidade está embasado na espinha dorsal caracterizada pela Av. Brasil, que secciona a malha urbana no sentido Leste-oeste. Esta avenida, de tráfego lento, também comportaria o transporte coletivo urbano fazendo da avenida a vitrine do usuário do transporte coletivo.

As vias paralelas à Avenida são destinadas ao transporte individual, formando dois binários – norte e sul, hierarquizadas como estruturais, e ordenando o tráfego de passagem. As vias auxiliares formariam o suporte às vias estruturais, sendo as vias de ligação entre bairros às rotas alternativas para o tráfego de passagem. As coletoras teriam como finalidade a canalização para vias estruturais. Os eixos de serviço viriam a ser os acessos principais das rodovias para o núcleo urbano. As vias de penetração seriam implantadas para permitir o acesso a bairros de ocupação recente, sendo alertado que a proliferação de loteamentos para além das rodovias, deveriam exigir a execução de transposições e de vias marginais (principalmente ao sul), como forma de disciplinar o tráfego local. A execução de uma via de contorno a oeste, possibilitaria induzir futuras expansões, evitando conflitos com tráfego rodoviário.

São consideradas ruas de pedestres, as bloqueadas ao tráfego de veículos, localizadas em áreas de animação espontânea, inclusive as três quadras do calçadão central. Junto aos fundos de vale, as vias deveriam ser destinadas exclusivamente ao tráfego local, sem ligações a vias de grande porte.

A iluminação pública como observado no quadro abaixo, é outro elemento que estabelece a hierarquização viária a qual permitiria o dimensionamento das vias principais.

| VIAS               | ILUMINAÇÃO  |
|--------------------|---|
| Estruturais        | Lâmpada de sódio (400 w)  |
| Coletoras          | Lâmpada de vapor de mercúrio<br>(400 w)                           |
| Eixos de serviços  | Lâmpada de vapor de mercúrio<br>(400w)                            |
| Áreas de pedestres | Luminárias para escala do<br>pedestre com lâmpadas incandescentes |

Era previsto também um esquema de sinalização e comunicação visual, enfatizando a hierarquização das vias e permitindo à população identificar-se com o planejamento da cidade. Contemplava o uso de sinalizações que permitissem disciplinar o trânsito de veículos e de pedestres, definindo-se os setores preferenciais de cada um. A intenção também era a de indicação e informação de pontos tradicionais, possibilitando que a população dominasse a cidade, integrando-se como comunidade.

O plano de 1978 alerta quanto à necessidade de orientar o planejamento do trânsito em função das diretrizes de desenvolvimento. Define-se a implantação de uma grande área destinada ao uso de pedestres no centro e de vias de veículos destinadas ao tráfego local.

O Plano informa que o transporte coletivo urbano era operado por 03 empresas com um total de 17 linhas, sendo a exploração dos serviços feita mediante concessão. O sistema coletivo transportava cerca de 26.000 passageiros/dia, contando com uma frota de 40 veículos.

A proposta do Plano era a de manter o máximo possível os itinerários existentes, recomendando a pavimentação das vias onde houvesse o tráfego de ônibus. Os itinerários haviam sido estabelecidos visando atender o eixo da Av. Brasil (chamada de Setor Estrutural), sem terminais no centro, apenas com pontos de parada. Dessa forma, o eixo da Av. Brasil seria consolidado e, nas áreas exclusivas para pedestre, o itinerário da linha central deveria ser desviado para vias paralelas.

As demais vias deveriam percorrer as vias paralelas à Av. Brasil, sendo ainda proposta a realização de pesquisa sobre dados operacionais das linhas existentes, visando definir novas linhas. O sistema proposto previa linhas alimentadoras nas extremidades da Av. Brasil, dentro de uma concepção para o futuro transporte de massa.

O Plano de 1978 ressalva a necessidade de relocar o então terminal de transporte rodoviário, estabelecido na área central, na segunda quadra da Rua Carlos Gomes. A justificativa era o movimento mensal de ônibus e passageiros que atingia volumes elevados, sendo que o movimento observado era de 332 ônibus/dia, com movimento de 242.000 passageiros/mês. A relocação do terminal é proposta para ser localizada junto ao futuro contorno Toledo/Foz do Iguaçu a oeste da cidade, permitindo a integração com o sistema de transporte coletivo urbano.

Como dito anteriormente, a carência de áreas destinadas à recreação era constatada como uma das maiores deficiências observadas, sendo necessário um programa específico voltado a suprir a falta de alternativas de lazer.

A implantação tem como proposta a de elevar o índice de áreas verdes de 1,08 m<sup>2</sup>/habitante para 20,92 m<sup>2</sup>/habitante; contempla ainda a

revitalização da área central, visto a necessidade de consolidar o ponto de encontro no trecho da Av. Brasil. Para isso, a idéia era a de atenuar a escala da via em questão mediante a implantação da área de pedestres, estendendo-se este setor entre as Rua 7 de setembro e Rua General Osório. Os equipamentos urbanos desta área deveriam ser confeccionados em estrutura metálica em formas de arcos, recebendo coberturas em fibra de vidro. Estas estruturas deveriam ser dispostas de forma a criar galerias e recantos. A justificativa para o uso dessa estrutura seria a de reconstruir (com materiais contemporâneos) o espírito da arcada como elemento de proteção.

O trabalho de consultoria de Jaime Lerner alerta para a existência de diversos cursos de água dentro da malha urbana de Cascavel, e propõe na Lei de Uso do Solo o distanciamento mínimo de 50 m do eixo dos fundos de vale para qualquer tipo de construção. Em áreas já comprometidas, deveriam ser tomadas medidas visando a proteção dos referidos fundos de vale, inclusive a desapropriação, quando necessária. Propõe também a possibilidade de instalar nestas regiões equipamentos de lazer, visando proporcionar áreas de convívio no nível de bairro.

Informa ainda o plano, que o Rio Cascavel, dada sua localização e topografia, permitiria a formação de um lago e aproveitamento de sua área para a criação de um parque, com uma desapropriação de 618.000 m<sup>2</sup> (93.00 destinados ao lago). (fig.p. 62).

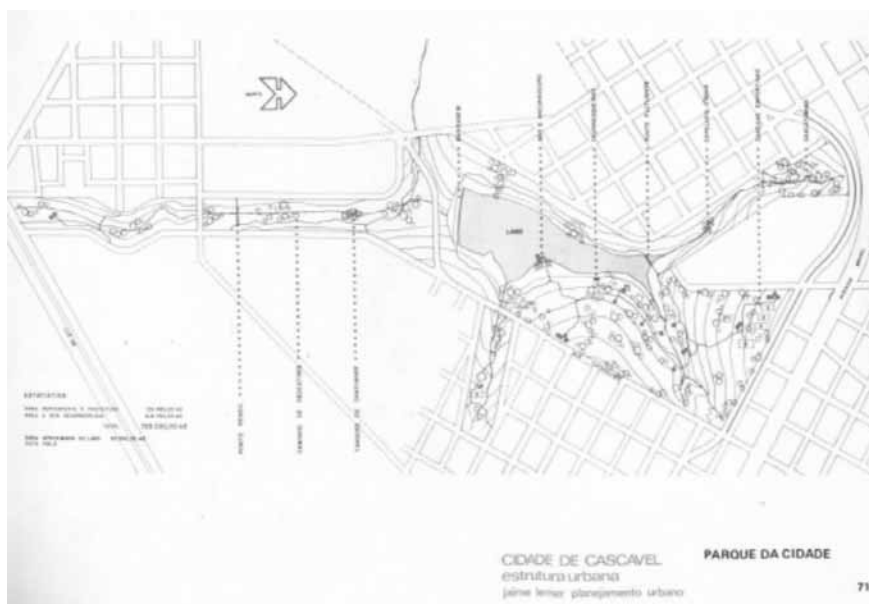


Figura 24: Parque da Cidade.

Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel, Jaime Lerner, 1978, p. 71.

Quanto aos centros esportivos, o plano confirma das carências observadas na cidade, sugerindo que a área destinada ao estádio de futebol constituía a localização ideal para construção de um Centro Esportivo, localizado junto à BR-277, saída, oeste, em direção a Foz do Iguaçu.

Constata-se da importância do setor industrial na consolidação da vocação econômica da cidade e região. Procurando estruturar uma política de industrialização, estimulando novas unidades produtoras com características econômicas regionais, o plano define a localização da área industrial nas proximidades do entroncamento rodoviário a leste da cidade, favorecido também pela direção dos ventos dominantes.

Deveria ainda ser servida por linha regular de transporte coletivo, dispondo de áreas habitacionais próximas. A idéia era a de que sua integração com a estrutura de crescimento da cidade, possibilitasse o adensamento ao longo do eixo estrutural. Finalizando, o zoneamento no setor industrial previa ainda a preservação de áreas verdes, o que deveria garantir condições ambientais mínimas ao setor.

Este trabalho, de visão estratégica e abrangente, transformou-se nas leis de zoneamento e uso do solo e de sistema viário básico. Das propostas de obras estruturantes, materializaram-se: o centro cívico, o terminal rodoviário, o lago municipal, o estádio olímpico, o centro esportivo. Da visão ambientalista, nasceram o lago municipal, e a consciência técnica de preservação dos fundos de vale. O calçadão materializou-se de forma diferenciada da proposta neste plano, mas seu germe original foi ali lançado.

Uma das distinções mais marcantes do Plano de 1978 sob os cuidados da Jaime Lerner, Planejamento Urbano, trata-se da clareza e simplicidade – não no sentido de simplório – do texto e das propostas para a adequação da estrutura urbana de Cascavel. Com soluções objetivas e redação de fácil entendimento, priorizando sempre o homem e sua escala, o referido Plano visava propiciar condições adequadas para que a cidade pudesse melhorar as condições de convívio social, por meio de locais propícios ao lazer, revitalização da área central, áreas exclusivas para pedestres e Centro de Vivência. Cunhando, ainda, o sentimento de ecologia e preservação visando o aumento e melhoria da arborização urbana, somada à implantação do Parque da Cidade e preservação dos fundos de vale. Criaram-se, com todas essas propostas, símbolos, que fomentaram a legitimação do sentimento de identidade da população com sua cidade.

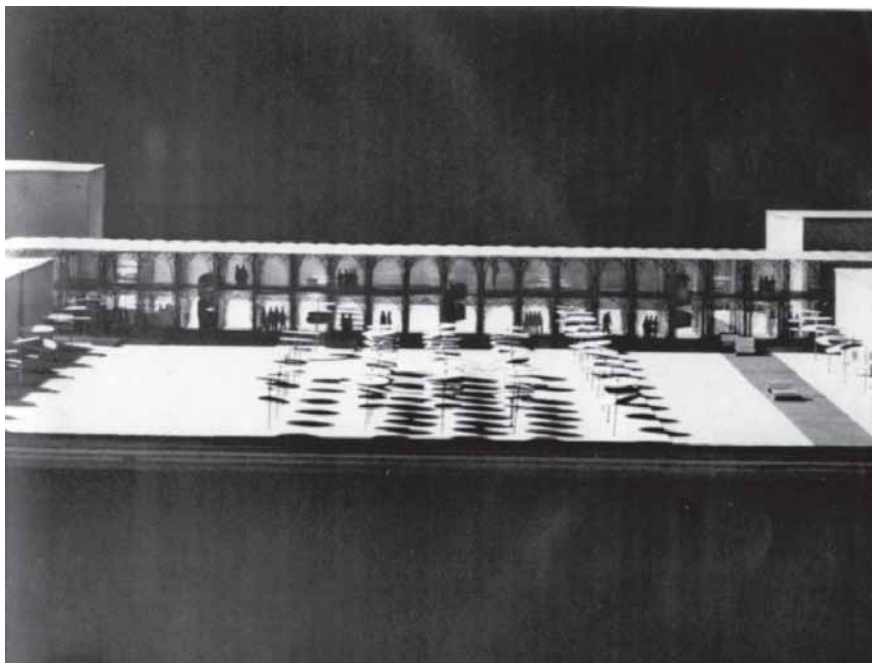


Figura 25: As arcadas, em dois níveis, abrigando atividades múltiplas e de animação da cidade.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel, Jaime Lerner, 1978, p. 68.

## DEZEMBRO 1986 A JUNHO 1987

# PLANO DIRETOR DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Em 1983, em substituição ao prefeito Jacy Scanagatta, assume o governo municipal seu opositor, Fidelcino Tolentino, advogado e já deputado estadual, em gestão anterior.

Tolentino, dentro de seu plano de governo, entende que a Secretaria de Planejamento deve ser um setor da Secretaria de Obras, e assim a torna.

Enxuga a máquina administrativa, dispensa e reloca profissionais do urbanismo, e contrata a consultoria do arquiteto Luiz Forte Netto, também de Curitiba, e arquiteto de destaque no cenário nacional, no que diz respeito a projetos arquiteturais.

Apesar de este estudo não ter sido algo mais que um projeto e ser arquivado na prateleira, é de extrema abrangência com relação aos tópicos a serem aprofundados.

O estudo apresenta uma grande preocupação para com que o mesmo seja, além de abrangente, dinâmico:

*Abrangente para garantir que todos os fatores que influem na qualidade de vida dos habitantes da cidade sejam considerados e interrelacionados adequadamente. Dinâmico para permitir uma continuidade de ações pelas varias administrações municipais que ocorrerão nos próximos anos de vida da cidade. (Plano Diretor, 1986/87, Volume I).*

A proposta é de que, para atender a estes dois quesitos norteadores, seria imprescindível que este trabalho não fosse modelado somente como um “pacote”, e sim que fossem estudadas as problemáticas que envolviam a cidade, obtendo diretrizes para sua solução.

Este enfoque é inédito neste tipo de trabalho em Cascavel. Sendo, tecnicamente, o segundo plano diretor de Cascavel, contrasta grandemente e vastamente com seus antecedentes, visando, dentre outros, o aspecto econômico, social, físico-territorial e legal administrativos. Esta diferenciação é objetivada, pois, de acordo com o autor,

*“[...] esta abordagem é a principal inovação em relação aos planos anteriores, cujos enfoques foram*

*basicamente de cunho físico-territorial". (Plano Diretor, 1986/87, Volume I).*

Tendo como objetivos a estruturação e articulação, estabelecendo diretrizes estratégicas, levando em conta os planos anteriores, este plano visava, primeiramente,

*"[...] orientar as ações, tanto do poder público quanto da iniciativa privada", para fazer com que a cidade se desenvolva de maneira "estruturada e articulada". (Plano Diretor, 1986/87, Volume I).*

Numa visão que antecede a do Planejamento Estratégico, o arquiteto segue uma planilha de trabalho muito interessante, apresentando a situação de cada setor, suas problemáticas e diretrizes para resolvê-los. Dentre o leque das diversas problemáticas apresentadas pelo autor, existe uma maior preocupação de valorizar os seguintes quesitos: meio ambiente, educação, saúde, assistência social, abastecimento alimentar, segurança, integração da comunidade, cultura, uso do solo, habitação e melhoria do IPTU e ISS.

No que diz respeito ao uso do solo e zoneamento, concordando com o plano anterior, o autor discorre sobre a baixa densidade populacional, então na faixa dos 23 hab/ha, quando, o indicado, seria, no mínimo, de 60 hab/ha. Se estas diretrizes tivessem se tornado realidade, a população urbana no distrito sede, no ano 2000, seria de 348.277 habitantes.

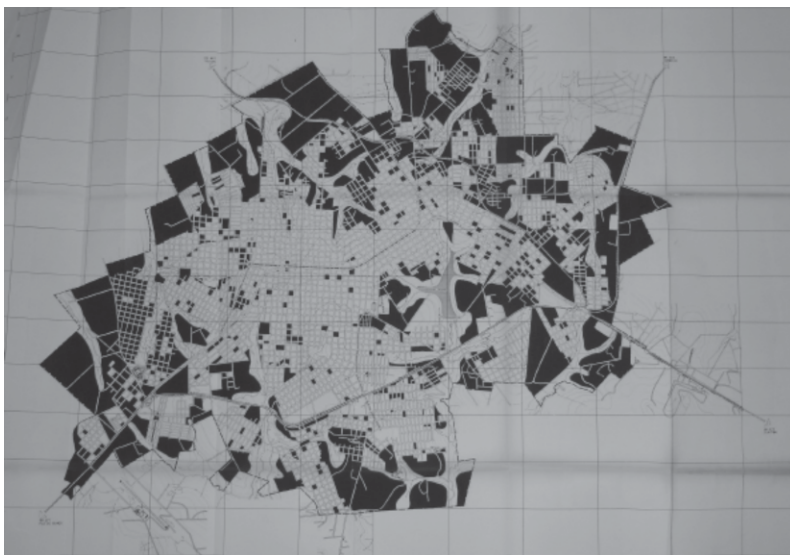


Figura 26: Mapa 29 - Vazios urbanos na cidade de Cascavel.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – PMC. **Plano de desenvolvimento urbano.** Grupo técnico da prefeitura municipal e escritório de arquitetura Luiz Forte Netto S/C. V.1.2.3. Exemplar do arquivo da SEPLAN. Cascavel. 1987.

## PROPOSTAS

Nesse campo é dada extrema importância para os planos sociais. Na economia, visa sanar problemas quanto à centralização das terras e auxílio para micro e pequenas empresas. Na assistência social, visa uma política de promoção social, descentralização de serviços, canais de participação comunitária, dentre outros.

Uma das propostas é a de abastecimento alimentar, sendo indicada a distribuição de feiras livres e o levantamento de áreas e dos bolsões de pobreza, para instituir programas alimentares.

Na proposta de integração com a comunidade, foram sugeridas aulas sobre cidadania, período integral nas escolas para crianças cujos pais trabalhavam fora, iluminação dos locais propensos à criminalidade, criação de conselhos populares de segurança pública, uso dos meios de comunicação para programas educativos, dentre outros.

Também propôs-se a valorização do patrimônio cultural, e a democratização do acesso aos bens culturais.

### Diretrizes gerais para a área físico territorial.



Figura 27: Mapa 01- Diretrizes gerais propostas pelo Plano Diretor.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – PMC. **Plano de desenvolvimento urbano**. Grupo técnico da prefeitura municipal e escritório de arquitetura Luiz Forte Netto S/C. V.1.2.3. Exemplar do arquivo da SEPLAN. Cascavel. 1987.

- Conter o crescimento desordenado, nos sentidos Norte, Leste e Sul, visando o crescimento a Oeste;
- Promover o adensamento populacional para o patamar mínimo de 60 hab/ha;
- Priorizar a localização de habitações populares nos vazios urbanos;
- Construção de uma via de contorno Sul, como alternativa para a BR 277, já inserida na malha urbana;
- Nova localização para o aeroporto. Adequação do uso do solo para as tendências de crescimento;
- Tratamento paisagístico para a área central da cidade, garantindo além do uso mais intenso para pedestres, um controle sobre a velocidade de tráfego;
- Sinalização adequada no sistema viário, conjuntamente com a criação de vias paralelas às rodovias BR 277 e BR 467, nas duas margens, para servir como atenuante no tráfego intenso;

Lamentavelmente esse trabalho, abrangente na essência, não foi materializado em leis ou planos de ação.

Sua visão ideológica era a da justiça social que, infelizmente, ainda não era compreendida no geral, e em especial em Cascavel. Esta visão somente será materializada após 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, por Lei Federal.

Esta proposta – ligada ao conceito de Planejamento Estratégico – para ser implantada necessitava de pacto político-social, o que não ocorreu, novamente pela alternância do poder executivo municipal.



Figura 28: Mapa 15 – Zoneamento da cidade de Cascavel.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – PMC. **Plano de desenvolvimento urbano**. Grupo técnico da prefeitura municipal e escritório de arquitetura Luiz Forte Netto S/C. V.1.2.3. Exemplar do arquivo da SEPLAN. Cascavel. 1987.

## 1992 - PLANO DIRETOR

Em alternância a Fidelcino Tolentino, em 1989, assume o poder municipal, o prefeito Salazar Barreiros, profissional liberal do Direito e vindo de gestão exitosa junto à direção da COOPAVEL. Mantendo a maior das tradições local, Salazar é oponente político de Tolentino.

Salazar reestrutura a Secretaria de Planejamento Municipal, tornada parte de Secretaria de Obras na gestão de Tolentino e, pela exigência da Constituição Federal, que determina a existência de Lei de Plano Diretor nos municípios com mais de 20.000 habitantes. Assim, sob o comando do arquiteto Nelson Nabih Nastás<sup>53</sup> – Secretário de Planejamento, determina a sua elaboração através da equipe de técnicos da SEPLAN, com a consultoria do arquiteto curitibano Omar Akel, originário da UFPR e do IPPUC.

Saliente-se que até então todas as experiências de elaboração de Plano Diretor em Cascavel, exitosas ou não, haviam se transformado em leis urbanísticas (loteamento, zoneamento e uso do solo, sistema viário, código de obras). Apesar de todos os estudos técnicos já elaborados, não havia em Cascavel uma Lei do Plano Diretor, dentro das agora exigências da Constituição Federal.

### **Estratégias de Desenvolvimento**

O Plano Diretor de Desenvolvimento para Cascavel, que ocorreu sob a consultoria de Omar Akel teve como objetivo central a “Melhoria da Qualidade de vida com Pleno Exercício da Cidadania”, e teve como suporte três estratégias básicas (PD, 1992, p. 69).:

---

<sup>53</sup> Nelson Nabih Nastás, natural de Ponta Grossa – Paraná, graduou-se em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Brás Cubas – Mogi das Cruzes - SP (1.970 / 1.974). Em 1974 é arquiteto da “Proben” - Projetos de Engenharia de Sistemas Ltda, onde participou nos seguintes trabalhos: Plano diretor de desenvolvimento de Assis Chateaubriand - PR; Plano turístico de desenvolvimento de Gravataí - SC; Plano do Distrito Industrial de Umuarama - PR; Plano de desenvolvimento do Litoral Norte de SC; Projeto Cura de Cascavel – PR. Em 1.975 associa-se ao Arquiteto Victor Hugo Bertolucci e funda a empresa NB, no mesmo ano inicia trabalho na Prefeitura Municipal de Cascavel – PR, em 1.986 é assessor de Planejamento Urbano na Prefeitura Municipal de Cascavel – PR, e no período de 1.989 a 1.991 assume a cadeira de Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Cascavel - PR. Possui inúmeros projetos relevantes na cidade como a sede da Tv Tarobá, Hospital Policlínica, Edifício Central Park, Loteamento Industrial PIC, Campus Universitário FAG.

1. Racionalização da Ocupação do Território;
2. Fortalecimento da Base Econômica;
3. Modernização da Ação do Poder Público.

A *primeira estratégia* originou-se pelo fato de que havia a subutilização do espaço urbano central dotado de infra-estrutura, acrescido ao fato de que em áreas de implantação mais recentes na periferia havia carência de infra-estrutura para o atendimento da população. A proposta baseava-se em estabelecer uma política de adensamento prioritário nas áreas centrais e uma estrutura poli-nucleada que possibilitasse complementar o atendimento nas áreas periféricas. A proposta sugeria a delimitação de acordo com as micro-bacias, em regiões funcionais - áreas de menor escala, que possibilitasse o aumento de viabilidade na execução de soluções alternativas de esgoto, abastecimento de água, coleta e destinação de lixo.

A *Segunda* propunha manter a vocação agrícola do Município, fomentando as cadeias de produção para agregação de valor na cotonicultura e citricultura, entre outros. Nesse período, a cidade passava por uma alteração do perfil econômico e apresentava um crescimento diversificado no setor secundário. Dessa forma, houve a recomendação de um programa de expansão industrial com base nas potencialidades locais. Ainda com a existência de sistema cooperativista já desenvolvido na região, foi sugerido o uso dessa infra-estrutura com atividades ligadas ao processamento de carnes. Nesse período, o setor terciário já se destacava no atendimento regional, extrapolando a demanda local. As instalações de pequeno porte favoreciam a ocupação de mão de obra, apresentando agilidade e adaptabilidade às transformações do mercado. Observada a existência de entidades como a Coodevel, a Secretaria de Indústria e Comércio e a UNIOESTE, foi enfatizada a união dessas entidades, no estabelecimento de empenho no desenvolvimento econômico e tecnológico.

E por fim, a *terceira estratégia* propunha que a administração municipal em suas formas de atuação se tornasse mais leve e ágil, que permitisse buscar ganhos de escala na geração de benefícios urbanos, e ser indicador de rumo à sociedade, sendo agente de mobilização popular, moderador de conflitos e promotor do desenvolvimento econômico-social. Tratava-se do gerenciamento por objetivos, que pudessem maximizar os resultados da ação pública sem que houvesse superposições e paralelismo de ações. A modernização deveria ser complementada com a implantação de uma base de informações atualizadas por meio do cadastro físico-fiscal e banco de dados. Era proposto ainda o aperfeiçoamento, treinamento e atualização do quadro de pessoal, adequando-os às funções básicas da administração municipal, tornando eficiente a prestação do serviço público, bem como com remuneração compatível. A participação popular deveria acontecer no processo de planejamento integrado - processo permanente

de atualização nas ações e programas de parceria entre a comunidade e o poder público. Esse processo garantiria a co-responsabilidade da população tanto na identificação dos problemas, como na indicação das prioridades de soluções.

As três Estratégias Básicas para o desenvolvimento integrado de Cascavel priorizaram as seguintes questões:

## **1- Físico-territorial**

Uma das medidas para obter as diretrizes formadas pelas três estratégias básicas fixadas pelo plano, iniciando pela parte *físico-territorial*, foi a proposta de ordenamento do uso e ocupação do solo através da revisão do zoneamento do distrito sede, com extensão para os núcleos distritais e, ainda, o estabelecimento de normas quanto a preservação ambiental.

A *organização funcional do espaço urbano* se daria primeiro a partir da otimização da malha viária, através de proposta de adaptação de fluxos e usos utilizando estrutura diferenciada de pavimentos e passeios. A adoção de caixa padrão mínima para vias residenciais e outra para as vias coletoras, perimetrais e eixos principais, seriam imprescindíveis, assim como a implementação de sinalização vertical e horizontal, para que a hierarquização fosse perfeitamente entendida pela população.

O adensamento prioritário foi previsto para área central fora do calçadão da Av Brasil, com estímulo ao uso de habitação coletiva e implantação de equipamentos de lazer, ciclovia e moderadores de velocidade.

E, em segundo lugar, com o subcentro, que seria formado fora do eixo da av. Brasil, com a identificação de áreas e suas funções comerciais e de serviços, e ainda dotados de equipamentos públicos. Esses subcentros se interligariam por meio do sistema viário hierarquizado, com vias compatíveis à demanda dos veículos e transporte urbano, evitando dessa forma as áreas de uso residencial.

A *elevação do padrão de urbanização* ocorreria com a adequação das transposições das três BRs que cortam a cidade, a 277 (Curitiba/Foz do Iguaçu), a 369 (Londrina) e 467 (Toledo). Por haver grande fluxo de veículos nas mesmas, houve a preocupação de uma adequada transposição, por meio de passagem em nível nos cruzamentos da BR 277 e da BR 467, assegurando a integração segura com a malha urbana, e ainda a implantação de pista lateral (marginais), para o tráfego local, ficando a pista dupla central para o tráfego pesado, de passagem e não local.

Nesse plano já foi proposto o contorno Norte, na ligação entre a BR 467 e a BR 369; e o contorno Oeste, para desviar o tráfego de ligação entre as BR 277 e 467. Ambos os contornos (norte e oeste) seriam contíguos, formando um anel rodoviário periférico à cidade, oportunizando a ligação entre os estados do Sul, estado do Mato Grosso, Paraguai,

Mercosul, Estado de São Paulo e Oceano Atlântico. Nessa configuração, e no que tinha antevisto “Nhô” Jeca, Cascavel seria um grande pólo de entroncamento rodoviário, oportunidade estratégica para seu desenvolvimento.

Foi também proposto o estímulo de melhoria dos padrões ambientais, com a preservação de fundos de vales e implantação de parques lineares, onde houvesse vocação para tal uso, sem o comprometimento ambiental da área. Nas áreas verdes e de bosques já existentes deveriam ser realizados programas para recomposição de mata ciliar e, na malha urbana, a melhoria de sua arborização. No controle dessas áreas, foi proposta a operacionalização de sistema de controle ambiental.

Para o saneamento básico, propõe-se um estudo de sistemas modulares de esgoto com coleta e tratamento. Quanto ao lixo, deveria ser tratado com a sua coleta racionalizada (separação) e implantado os aterros sanitários, com a priorização do depósito existente na época.

Na *racionalização da oferta de infra-estrutura* foi proposto adotar o adensamento das áreas já urbanizadas, com a busca de um processo de expansão sustentado, tendo amparado nos tributos os recursos para a ampliação de cada sistema.

A *área rural deveria ter otimizado* o seu uso e ocupação, tendo como diretriz básica a melhoria da malha rodoviária municipal e o aproveitamento do potencial hídrico do rio Andrade, por meio da implantação de barragens, permitindo a exploração sustentável, e ainda sua reserva como fonte de captação de água potável.



Figura 29: Mapa Zoneamento – Lei 2.108/90

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – PMC. **Plano diretor de Cascavel de desenvolvimento integrado**. Omar Akel e equipe. V. 1.2.3. Exemplar do arquivo da SEPLAN. Cascavel. 1992.

## **2- Fortalecimento da base econômica**

A segunda proposta, a do *Fortalecimento da Área Econômica*, com a *dinamização da agricultura*, através da implementação do cultivo de grandes culturas, com o fomento às compatíveis com a estrutura fundiária, o relevo e a aptidão do solo. O incentivo para a fixação do homem do campo na área rural deveria ser incentivado através do revigoreamento dos distritos como pólo de atendimento.

O *desenvolvimento da indústria* ocorreria tirando proveito das grandes produções de soja e algodão. Para isso, deveriam ser tomadas medidas complementares, como o desenvolvimento de pesquisas em biotecnologia aplicada ao algodão e assistência ao produtor; o incentivo de formação técnica e gerencial ao pequeno produtor têxtil e de confecções; e também programas de capacitação de mão de obra. A área da construção civil também foi abordada com incentivo à instalação de plantas industriais de itens básicos, como telha e materiais cerâmicos, que pudessem utilizar matéria prima de jazidas de argila e basalto local.

O novo aeroporto e a Ferroeste foram citados como elementos propulsores para o surgimento de novas atividades para o *desenvolvimento de comércio e serviços*. E, ainda, a potencialidade de exploração aos turistas que se dirigem a Foz do Iguaçu, em um local dotado de infraestrutura para a sua retenção.

Inter-relacionado com a diretriz de racionalização da ocupação do território, seria necessário o *fortalecimento das atividades de pequeno porte*, garantido pela flexibilidade do zoneamento, possibilitando a dispersão dessas atividades sem que houvesse prejuízo à vizinhança.

Com o estabelecimento de relações comerciais entre países do Mercosul (1995), deveria ser instituído no município uma comissão permanente para programar a *integração de Cascavel ao Mercosul* – potencialmente abrindo novos mercados, e para que isso pudesse acontecer, deveria haver parceria entre os setores públicos e privados.

## **3- Área social e organizacional**

E, finalmente para o terceiro marco referencial, a atenção é voltada para a *Área Social e Organizacional*, primeiramente através da *conscientização de direitos e responsabilidades*, de forma a capacitar a população para ser co-responsável no gerenciamento e operacionalização da administração municipal, objetivando uma gestão participativa. Essa diretriz envolvia ainda o treinamento para formação de lideranças locais que permitiriam ações para atendimento alimentar às famílias carentes, por meio de mercado popular abastecido de cestas básicas, guarnecidas por hortas comunitárias, conveniadas com a iniciativa privada; ações para

avaliação, diagnóstico e sugestões locais de melhorias do sistema de saúde, educação, segurança, esporte, cultura, meio ambiente, entre outros.

Como forma de promover o cidadão, este deveria ter garantido a sua educação, e dessa forma o acesso à informação. O plano previa assim a *elevação dos padrões de educação e informação*, com ênfase na área rural, sugerindo a viabilização de transporte escolar adequado e ensino de técnicas agrícolas nas escolas municipais e estaduais, e ainda que os turnos escolares fossem compatíveis com a realidade rural. De forma ampla, é proposta a valorização da função social da escola, assumindo esta também o papel de desenvolvimento da cidadania.

A *elevação nos níveis de saúde* foi tratada em toda a sua amplitude, e teve evidenciada a necessidade de diretrizes que pudessem consolidar uma maior abrangência de seus serviços, com a descentralização dos mesmos, e também de recursos. As diretrizes indicavam, tanto a questão sanitária de produtos e estabelecimentos; capacitação e aprimoramento técnico-profissional; e a estruturação de fiscalização; como também, a área de saúde pessoal, com a diretriz de implantar e operacionalizar um sistema de banco de dados, que possibilitasse informações, que subsidiariam um planejamento no atendimento e prevenção da saúde da população. No aspecto *esportivo* foi citado o investimento nas potencialidades, oferecendo treinamento, reciclagem, capacitação e condições de participação em eventos. O *patrimônio histórico-cultural* deveria ser identificado, para que posteriormente houvesse o estabelecimento de um plano de preservação, e ainda a criação do arquivo público.

A partir desse plano, o fomento ao turismo vem sendo sugerido ao município, e a divulgação de seus eventos tradicionais como o Festival de Música, Jogos Abertos, entre outros, foram citados, bem como o fortalecimento na realização de forma geral em eventos culturais e esportivos, consolidando a região como pólo.

A *promoção social* foi enfatizada sob o aspecto do estabelecimento de uma política social do Município, que redefinisse as áreas de atuação compatível com a demanda do momento, e devidamente amparada por meio de uma metodologia técnica. As ações seriam concentradas em um único órgão, que seria responsável pelo gerenciamento dessa política. As ações iniciais deveriam dimensionar a clientela local; estabelecer critérios de atendimento da população das cidades vizinhas; organização de central de encaminhamento; sistematização de banco de dados; estabelecimento de metodologia de trabalho social volante; de visitas domiciliares; implantação de programas de atividades ocupacionais e geradoras de renda.

A *ampliação na área de segurança* seria obtida como reflexo das diretrizes de ordenamento físico territorial, como a hierarquização do sistema viário, e ainda a melhoria na iluminação pública. De forma

concomitante, ocorreriam as políticas de promoção educacional, social e econômica.

A garantia de *acesso à habitação* deveria ocorrer através do estabelecimento de uma política municipal de habitação, que viesse a coordenar ações públicas e privadas na produção e financiamento das unidades as serem estabelecidas em áreas adequadas, dotadas de infraestrutura e equipamentos públicos, e ainda com acessibilidade às áreas de emprego.

Para garantir que essas diretrizes pudessem ser implantadas, o quadro funcional público - *recursos humanos* - deveria estar apto, em quantidade e com formação adequada para realizar os trabalhos de forma interdisciplinar, formando equipes multidisciplinares.

Um novo remodelamento também foi sugerido para as finanças municipais, que deveriam consolidar um novo sistema administrativo, voltado à ampliação dos recursos financeiros próprios, uma vez que o Município possuía uma dependência de receitas de transferências do governo estadual e federal. Nesse sentido, a modernização dos procedimentos administrativos tornava-se essencial para que houvesse agilidade e informações atuais, respaldando a fiscalização, o controle, o monitoramento e projeções de adequação tributária. De forma complementar, o gerenciamento deveria ser por objetivos, sempre respaldado pela base de informações cadastrais, apoiando o processo de planejamento e decisão.

## PLANEJAMENTO URBANO DE 1993-1996

Em 1993, e em substituição ao prefeito Salazar Barreiros, reassume o poder municipal, em sua segunda administração, o prefeito Fidelcino Tolentino. Tolentino, como já informado neste documento, é opositor político de Salazar.

Em sua primeira gestão, Tolentino havia desarticulado a SEPLAN e contratado, à elaboração do plano, sob consultoria de Luiz Forte Netto. No entanto, este plano não foi implantado e não se tornou lei.

Salazar, ao substituir Tolentino em sua primeira gestão, e em determinação da Constituição Federal, contrata o plano diretor sob a consultoria de Omar Akel. No entanto, por entraves políticos, nem a lei do plano diretor e nem as leis complementares a este, são aprovadas na Câmara Municipal, na primeira gestão de Salazar.

Tolentino, então em sua segunda gestão, recomenda aos técnicos da SEPLAN (recriada por Salazar), para que retomem o processo de encaminhamento à nova Câmara Municipal do Plano Diretor de 1992. Nessa ação, os técnicos da SEPLAN, em conjunto com técnicos representantes de segmentos municipais, sejam de órgãos públicos, sejam de entidades de classe, sejam de ONGs, elaboraram minutas de leis urbanísticas complementares (Código de Obras, Lei de Zoneamento, Lei de Sistema Viário) que, em conjunto com a Lei do Plano Diretor, foram aprovadas pela Câmara Municipal em 1996.

Como o plano já tinha sido elaborado em 1992, apesar de sua aprovação legal e de suas diretrizes serem amplas, já estava em processo de superação quando da sua aprovação. Não que o plano não fosse abrangente, mas porque a realidade local havia mudado. O destaque maior entre o planejado em 1992 e a cidade real de 1996 era na área econômica e, em conseqüência, na área social. A redução da expressão econômica redundou no agravamento dos problemas sociais.

No final da segunda gestão de Tolentino, a cidade de Cascavel possuía, pela primeira vez na sua história, uma Lei de Plano Diretor, aprovada pela Câmara Municipal. Precisava agora, a mesma ser implantada.

## **PLANEJAMENTO URBANO DE 1997-2000**

Ironia do destino ou tradição política? A segunda gestão do prefeito Fidelcino Tolentino é substituída pela segunda gestão do prefeito Salazar Barreiros. Por quatro administrações, dois advogados, de distintas correntes políticas, alternaram-se no comando de Cascavel.

Em sua segunda gestão, Salazar herda, recém aprovado pela Câmara, o Plano Diretor que elaborou em 1992. O documento legal já não mais representava a realidade local, apesar das suas diretrizes, no macro, atenderem às necessidades do município.

No processo de gestão, Salazar implanta na SEPLAN um sistema de planejamento organizado em bases cadastrais, dados e perfis do município. Esta gestão administrativa é voltada para tornar a SEPLAN, de fato, um órgão de planejamento municipal. E na prática, tal situação ocorre.

## PLANEJAMENTO URBANO DE 2001-2004

Em 2001, após três tentativas de eleger-se prefeito, o comerciante e já deputado estadual Edgar Bueno, assume a administração pública. Edgar, mantendo a tradição, é opositor de Salazar, para quem já tinha perdido eleições.

Edgar, que em seu discurso de campanha havia assumido com a comunidade técnica local e com os funcionários da SEPLAN a instalação de fato do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Cascavel – IPPUVEL, já criado em lei, de autoria do vereador Arquiteto Nestor Dalmina, remaneja, com esta finalidade, a SEPLAN.

Salienta-se que, desde a primeira gestão de Salazar, o corpo técnico municipal da SEPLAN, de uma maneira geral, permanece. Nesta condição, os valores da organização já têm uma identidade, e esta identidade firma-se pelo compromisso dos técnicos com os valores da SEPLAN.

Como o discurso era o de implantar o IPPUVEL, sonho antigo dos técnicos de planejamento urbano, há um alento. No entanto, por questões administrativas, o prefeito não realiza a sua implantação. Em decorrência dessa não implantação do IPPUVEL, da exigência pelo Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, de que fosse revisado e aprovado até 2006 o novo Plano Diretor, a gestão do prefeito Edgar Bueno destaca-se no processo de Planejamento Urbano, por iniciar, dentro dos novos ditames legais, a discussão e a definição do Plano Diretor de Cascavel – 2005.



## CONCLUSÃO

Na idade da razão iluminista, com a valorização da ciência, da lógica e da matéria, o sagrado cedeu seu lugar para o secular, para o profano. Na construção da cidade genérica, ao longo da história ocidental, o homem ficou cada vez mais distante do sagrado. Nesses tempos, a construção da cidade física foi priorizada.

A cidade como ponto de encontro, cede seu espaço para a cidade como local de trabalho. No afã de racionalizar, otimizar, separar, organizar, limpar, locomover, transportar, o urbanismo progressista é a salvação.

Salvação para as cidades concebidas para o homem padrão, universal, desprovido de raízes, descaracterizado entre os demais, pois a concepção é de que todos os homens são iguais em suas necessidades, aspirações, sonhos; desconsiderando o imaginário social local. O conceito de imaginário não cabia na concepção racional de mundo, e a cidade passa a ser uma “linha de produção”, na versão urbana do sistema industrial vigente e em expansão no capitalismo.

No processo da modernidade, seja pela neurose urbana provocada pela industrialização mundial, seja pelos conceitos socialistas e comunistas que floresceram no início do século XX em uma parte do mundo, ou seja, pelo conceito capitalista do lucro imobiliário que germinou na outra parte, o urbanismo progressista vence as outras correntes; estas outras ligadas aos princípios humanistas, orgânicos e naturais.

Essa tendência, se o mundo tivesse seguido seu destino normal, com certeza teria sido criticada anteriormente à virada do milênio. No entanto, por questões de necessidade emergencial e pela falta de tempo para a revisão conceitual do método, é a fórmula utilizada para a reconstrução europeia, pós Segunda Guerra Mundial.

Leste e oeste europeu reconstroem-se, dentro da má interpretação da Carta de Atenas, pois o que foi sugerido no conceitual – a divisão das funções urbanas em trabalhar, morar e recrear – é interpretada na literalidade da divisão espacial, separando as funções entre si, desumanizando o espaço urbano, matando o imaginário social do ponto de encontro, a favor da higiene física que, em consequência, gera a insalubridade mental.

Esta condição mundial teve seus seguidores brasileiros: Brasília, ícone mundial do urbanismo progressista juntamente com a cidade de Chandigarh, na Índia, é concebida dentro dos valores de separação física de funções.

Brasília foi concebida no regime democrático brasileiro, por profissionais da arquitetura e do urbanismo que, ideologicamente, eram ligados à movimentos de esquerda, especificamente ao comunismo. A ironia da História é que, ao ser a democracia brasileira substituída pela ditadura militar, movimento ideologicamente de direita, os conceitos do urbanismo progressista serviram como uma luva para a nova concepção de cidade, ao ser implantado pelo novo sistema, no Brasil.

Os militares, dentro de sua visão de estratégias, logística e operação, recomendaram, com ênfase, a implantação de um sistema de planejamento urbano em todo o território nacional. A vontade política dos novos gestores da união estava aliada ao entusiasmo técnico dos profissionais de planejamento urbano, formados pelo exemplo de Brasília.

O método do urbanismo progressista recebe também o apoio e, em alguns casos, o patrocínio, do mercado imobiliário e da indústria da construção – civil e viária, especialmente. Estes são os fatores determinantes para a proliferação das leis urbanísticas e dos planos diretores ou de desenvolvimento, de norte a sul, de leste a oeste do Brasil, dentro dos conceitos da racionalidade da modernidade.

Os tempos são os anos de 1970, do Brasil grande, de obras de expressão nacional e internacional, de petróleo farto e barato, promovendo o desenvolvimento mundial e nacional embasado em obras viárias, inclusive na concepção urbana: o deslocamento não era problema, pelo contrário, solução, para a organização espacial das funções contidas na cidade.

Não foi diferente com a cidade de Cascavel. Desde que era ponto de encontro de tropeiros e no extrativismo da erva-mate, Cascavel é lugar de passagem. Significa-se na economia de então, como ponto de parada e de pouso.

Nos anos 1920-1930, resignifica-se como ponto de passagem de tropas revolucionárias, e como guarida segura (pela distância da civilização), para a família e correligionários do pioneiro Nhô Jeca. A condição primeira de estar distante o suficiente para dar abrigo a quem queria o ostracismo, é suplantada pela condição material, secular, profana, das excelentes condições para o extrativismo da madeira.

O extrativismo da madeira é oportunizado, além da disponibilidade da mesma pela abundância de florestas, também por estar a cidade em entroncamento rodoviário excepcional. De local de pousada e de refúgio, Cascavel passa a ser expressão econômica.

De vila passa à cidade, num processo de intenso desenvolvimento econômico. Esta economia – que ao acabar o ciclo da madeira é suplantada exponencialmente pela da agricultura – gera riqueza, que gera um

extraordinário movimento de imigração à cidade, de pessoas das mais diferentes origens, em busca de oportunidades de trabalho.

Os que para cá vieram eram empreendedores, ligados ao material, e por isso tornaram esta cidade próspera com referência neste enfoque. A palavra de ordem sempre foi o trabalho, e o ganho financeiro por ele oportunizado. No imaginário, o ganho de coisas que o financeiro oportunizava, era compensação suficiente para as perdas pela ausência dos laços familiares, pela distância de seus locais de origem e pelas raízes culturais amputadas.

O enriquecimento material individual ocorreu rápida e intensamente. Este era o objetivo dos que para cá vieram, com empreendedorismo e força de trabalho. Às potencialidades humanas, somaram-se as riquezas naturais da região. O enriquecimento material, então, em muito se destacou do cultural, do comunitário, do solidário, do de interesse comum.

O individualismo e a riqueza material dos cidadãos dá ares de prosperidade à Cascavel. Nas décadas de 1960 e 1970, no auge do urbanismo progressista, poucas foram as cidades no Paraná e no Brasil que edificaram obras públicas e privadas na quantidade e expressão das de Cascavel.

Com o enriquecimento da maioria dos que para cá vieram, o primeiro sonho que podia ser por eles realizado era o da compra do tão desejado espaço físico territorial: uma casa para a família e muitos lotes urbanos que, no futuro, pudessem ser comercializados, tornando-os moeda, resguardando a família atual e descendentes da pobreza, que a maioria dos que para cá vieram conhecia, e da qual queria distancia.

Nessa característica a cidade foi claramente desenhada. O desenho urbano de Cascavel enfatiza o físico territorial: as pistas de rolamento em detrimento das calçadas; os locais de ganho financeiro e de trabalho, em detrimento os locais de lazer, de cultura ou de preservação de meio ambiente; os loteamentos como lotes cuja função é a especulação, e não a ocupação e adensamento territorial; terrenos estes que se tornaram terrenos baldios, mas, servidos por via pavimentada, iluminação pública, energia, telefonia, água, esgoto, etc.

O que era escasso tornou-se farto: dos poucos lotes urbanos com preços elevados, passou-se a excesso de produtos ofertados. As mercadorias tão desejadas por compradores vorazes – lotes urbanos foram ofertados pela outra ponta do sistema capitalista – os loteadores. Áreas inteiras, muitas delas, somente com ruas abertas, e sem nenhuma infra-estrutura, rapidamente foram compradas pelos novos investidores, o que gerou duas más conseqüências.

A primeira, de ordem individual, pela oferta ter suplantado a procura, fez com que o valor do lote baixasse, o que dificultou a revenda dos produtos adquiridos, cujo objetivo fundamental era seu valor de troca. Décadas foram necessárias para que houvesse a efetiva valorização dos lotes de periferia.

Não havendo valorização, não havia revenda e, em conseqüência, não havia o adensamento e ocupação da área que, apesar de legalmente ser urbana, de fato, era rural.

A segunda conseqüência, mais cruel que a primeira, foi que, na expansão desenfreada do perímetro urbano e, apesar do pouco adensamento da periferia, ao poder público cabia executar e manter a infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos. No entanto, a administração pública, pela baixa densidade de ocupação urbana e elevado custo de implantação e manutenção de serviços e equipamentos, não os ofertou na necessidade de demanda e, em conseqüência, os problemas sócio-econômicos surgiram.

Então, ao mesmo tempo em que Cascavel era reconhecida estadual e nacionalmente como ilha de prosperidade – especialmente nos anos de 1980, na crise econômica pela qual o Brasil passou, sua periferia divergia em muito da área central. Na verdade havia duas cidades que, de comum, tinham somente o nome: O centro e as periferias de Cascavel não eram harmônicos espacialmente, socialmente, economicamente e, em conseqüência e por tradição, politicamente.

Esta é outra característica marcante de Cascavel. Desde as origens da cidade, seja na Revolta Tenentista, seja na ocupação da área por José Silvério e seus correligionários, é forte a tendência local de contestação política à autoridade instituída. Esta característica domina até os tempos presentes a cidade, e evidencia-se na alternância de poder municipal, sempre ascendendo ao poder um oponente do poder anteriormente instituído.

A contestação faz parte da identidade local que, sociologicamente, resiste a fazer composições políticas visando a interesses comuns. Quando tais alianças ocorrem, de uma maneira geral, são rompidas logo após a ascensão ao poder.

O que isso tem a ver com o planejamento da cidade de Cascavel? Tudo. O desenho urbano atual de Cascavel é conseqüência dessas forças, características e identidade local. No imaginário social cascavelense construído desde sua colonização, o material é o sacro, o individualismo é a bandeira, a alternância de poder é a prática, a contestação é a ética.

Após estas considerações, definimos a história de planejamento urbano da cidade como sendo de cerca de 40 anos, iniciando com a re-locação da rodovia que ligava Curitiba à Foz do Iguaçu, transformando o leito antigo da rodovia na Avenida Brasil, eixo linear de ocupação da cidade. Ao longo dos últimos 40 anos, instituiu-se o processo de planejamento urbano na cidade de Cascavel.

Nesse período é formada a equipe técnica de planejadores municipal de qualidade, e comprometida com a causa urbana; contratam-se consultorias de expressão, notoriedade e competência; elaboram-se planos diretores e leis urbanísticas. Algumas destas leis e planos destacam-se por representarem a vontade dos técnicos, outras a de administradores ou legisladores, outras ainda, a de segmentos da sociedade.

De uma maneira geral, as leis e planos elaborados em Cascavel foram discutidas com a comunidade, mesmo que através da aprovação do legislativo local.

Qual a diferença entre o passado o presente? A diferença é o processo de planejamento que, atualmente, por exigência legal, deve passar por referendun popular e priorizar a justiça social. Não há a menor dúvida que o documento técnico-legal apresentado como Plano Diretor de Cascavel – 2005, possui estas características, tanto na redação quanto no processo de condução das discussões.

Retornando ao início deste trabalho, reafirmamos que no processo de profanização da cidade ao longo da história da humanidade – com ênfase após o Iluminismo, o material suplantou o espiritual. O imaginário social, representado pela soma dos imaginários individuais, nesse processo, buscou o poder, cujo ícone no capitalismo é o poder econômico.

Como aliar poder econômico com justiça social? Como dar oportunidade de sobrevivência digna aos cidadãos; oportunidade de trabalho, educação, saúde pública e lazer, num meio ambiente auto-sustentável?

A esperança é que a sociedade cascavelense, assim como quando abraçou a identidade e a causa do capitalismo, para cá trazendo empreendedores que formaram a riqueza material desta cidade, a partir de 2005 faça acontecer o pacto social que firmou.

A esperança ainda é de que a identidade histórica de contrapor-se e criticar o legalmente instituído, gere a crítica construtiva, onde o bem comum esteja acima dos individuais, e a inércia de atitude cidadã seja suplantada pela operosidade da solidariedade.

A esperança é que, a partir de 2006 em Cascavel, haja – pelo pacto social firmado entre poder político, forças vivas da sociedade, organizações não governamentais e cidadãos –, democracia, justiça social e uma cidade auto-sustentável.

Para finalizar, se a inspiração do urbanismo progressista iniciou com a Carta de Atenas de 1933, apresentamos a Carta de Istambul, gerada em redação plural no último Congresso Mundial da UIA – União Internacional de Arquitetos -, ocorrido em julho de 2005.

Que com esta carta o novo urbanismo, embrionário neste início de século XXI, sintase fortalecido e, em processo evolucionário, substitua os valores da modernidade por novos valores:

***¡Cidades e Arquitetura!. Declaração de Istambul.  
Em 31/07/05***

*Arquitetos que vieram de todo o mundo para o XXII Congresso Mundial de Arquitetura para encontrar numa cidade de legado mundial, Istambul, que é a interface das civilizações ocidentais e orientais, o rico norte e o sul pobre, gostariam de anunciar suas esperanças e*

*expectativas para a opinião pública mundial, com esta declaração.*

*A UIA (União Internacional dos Arquitetos) foi criada pela solidariedade dos arquitetos para a reconstrução das cidades demolidas depois da Segunda Guerra Mundial. O Congresso de Istambul, o qual coincide com o 75º aniversário da UIA, toma lugar no mesmo período de uma guerra, a qual demole as cidades contemporâneas da Mesopotânea, cuja arquitetura irá ter um fim.*

*O XXII Congresso reúne-se num país, o qual possui uma identidade secular e moderna, numa ideologia das mais problemáticas regiões do mundo e a qual desde o seu estabelecimento tem um fundo intelectual moldado pela frase de Atatürk “Paz em casa, paz no mundo”. O Congresso, em tal contexto, acredita que o campo de ação da arquitetura e urbanismo, o qual objetiva a paz e a felicidade da sociedade, é uma das chaves para a segurança global.*

*Políticas globais, as quais mantêm as cidades longe do contexto arquitetônico e criatividade e as considera produção mecânica e centros de consumo, até usando-as nos objetivos para obter lucros, estão tratando da integridade orgânica da cidade e da arquitetura.*

*Entretanto, este não é somente um problema da arquitetura, mas de todo o povo, porque esta é a razão da alienação de sociedades dos próprios valores e valores humanos. De fato, a cidade é o lugar onde se deu o nascimento de virtudes da civilização como a paz, os direitos humanos, a democracia e a identidade cultural durante a história. Estas virtudes são criadas junto à arquitetura. No contexto do tema da UIA em 2005 “Cidades e Arquitetura”, o Congresso sublinha a necessidade muito significativa de questionar as razões políticas, econômicas e tecnológicas de dissolução conceitual e separação entre cidades e arquitetura.*

*Globalização não deve ser um processo de destruição destas virtudes. O XXII Congresso acredita que uma estratégia de desenvolvimento corrente baseada neste processo é um grande perigo para o mundo, e determina as condições prioritárias para a reunificação da arquitetura e cidade, como a seguir:*

- *Apesar da economia de consumo que prejudica a vida e o meio ambiente, a produção econômica previne a pobreza;*

- *Recomenda um discurso arquitetônico e de meio ambiente que evitará a eliminação de identidade cultural das sociedades;*
- *Propõe a existência absoluta da paz que venha antes de outras políticas;*
- *Sugere, apesar da existência de um mecanismo dominante internacional que impõe escravidão para as nações, uma colaboração internacional que evite a pilhagem de seus principais recursos;*
- *Estimula a universalização do conhecimento.*

*O congresso propõe a colaboração e parceria entre todas as partes nas plataformas nacionais e internacionais dentro de uma globalização que é mais humanitária e cultural, com mais respeito aos valores de civilização. XXII Congresso Mundial de Arquitetura tem a honra de anunciar as visões comuns dos arquitetos do mundo nos seguintes edições:*

- *Novas políticas devem considerar os problemas de estabelecimento de imigrantes para cidades e pessoas pobres como um direito básico, tanto quanto sua saúde e educação; simultaneamente, novas políticas devem ser desenvolvidas para evitar a utilização do território urbano como um significado de lucros de estado de direito.*
- *Municípios e governos devem dar prioridade à criação de ambientes que considerem a vida e a felicidade do povo, e não somente lucros com a terra.*
- *O desenvolvimento de uma política urbana e arquitetônica que objetive unir as culturas baseadas na acumulação histórica com valores universais e com este objetivo a integração do conhecimento legado histórico, com um valor comum de humanidade, no mundo de hoje.*
- *Desenvolvimento de uma arquitetura contemporânea em tal direção que evite a exclusão histórica do trabalho*

*arquitetônico e criatividade, e, usar de tal caminho para fazer bom uso desta acumulação, como uma riqueza de “memória” que produzirá um futuro com uma identidade específica.*

*O Congresso acredita que esta declaração será avaliada pelos governantes, junto com os partidos relevantes, na política de desenvolvimento relacionadas com o planejamento urbano, arquitetura, meio ambiente e cultura. Texto emitido ao final do XXII Congresso da UIA, Istambul, julho 2005. Tradução da arquiteta Anelise Wielewicki, diretora IAB PR.*

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Mundo dos filósofos. **Agostinho**. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/agostinho.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2005, 11:00.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: A Aventura da Modernidade – São Paulo – Companhia das Letras. 1986.

BETHENCOURT, Francisco. **História das inquisições**: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

**Brasil**. O livro dos 500 anos. Cases Associats, SA. Barcelona-Buenos Aires. 1996

BUENO, Eduardo. **História do Brasil**. Encartes do Jornal A Folha de São Paulo. 4 ago. a 8 dez. 1997.

CALABI, Donatella. **História do urbanismo / História da cidade**. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/entrevista/calabi/06.asp>>. Acesso em: 19 jan. 2004, 18:00.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

CEMIN, Arneide Bandeira. **Imaginários, mito, religião**: a manifestação do Sagrado. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <<http://www.unir.br/~cei/artigo62.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2005, 11:20.

CHAUÍ, Marilena. **Coluna pausa para a filosofia**. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <<http://www.internewws.eti.br/coluna/filosofia/0005.shtml>>. Acesso em: 23 abr. 2005, 22:35.

CITY BRASIL. **Pontos turísticos**. Curitiba. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/pr/curitiba/turismo.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2004, 22:55.

DIAS, Solange Irene Smolarek. **História da arquitetura II**. Apostila de estudos. Cascavel: Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Assis Gurgacz, 2004.

DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000** : na pista de nossos medos. São Paulo. Editora UNESP, 1999.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo. Global, 1985.

ESPAÇO & DEBATE. **Revista de estudos regionais e urbanos**. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos – Neru, v.23 - n. 43-44. Jan/Dez 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

GLANCEY, Jonathan. **A história da arquitetura**. Londres. Edições Loyola, 2001.

HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. Campinas. Papirus Editora, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo. Fundação Editora UNESP, 1998.

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. Rio de Janeiro. Record, 2003.

MACHADO, M. N. da M. (2002) **Psicanálise e política no pensamento de Castoriadis**. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv2n4/Capitulo%206.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2005, 22:40.

MAGNO, Ana Beatriz. **Da doença da miséria**. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <<http://www.serhid.rn.gov.br/detalhe.asp?IdPublicacao=3099>>. Acesso em: 25 maio 2005, 16:30.

MANOEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. São Paulo. Xamã, 2001.

MATOS, Nelson Dagoberto de. **Rousseau: filosofia, literatura e educação**. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~jmarques/cuhs.os/rousseau2000/ndm.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2005, 21:50.

MEUCCI, Nádía Raupp. **Haussmann e a belle époque**. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <<http://www.fotonadia.art.br/paris/fotos/hauss.htm>>. Acesso em: 27 maio 2005, 14:30.

MULLER, Fábio. **O sagrado em Le Corbusier**. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <[http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq058/arq058\\_01.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq058/arq058_01.asp)>. Acesso em: 06 abr. 2005, 11:00.

OLIVEIRA, Robson. **História**: eleições presidenciais e a aliança liberal. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u9118.shtml>>. Acesso em: 31 ago. 2005, 13:00.

OLIVEIRA, Wilton Fred C. de. **Do sagrado ao profano**: a urbs em Ragtime. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <<http://www.cefetpr.br/deptos/dacex/revista5/fredsagrado.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2005, 18:40.

PINHEIRO, Zairo Carlos da Silva. **Castoriadis, a ilusão como princípio ativo no indivíduo**. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <<http://www.unir.br/~cei/artigos.html.Labirinto>> - Revista Eletrônica do Centro de estudos do Imaginário – Universidade Federal de Rondônia, Ano I, n. 1. Abril a junho de 2001. Acesso em: 20 jan. 2004, 14:10.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – PMC. **Plano diretor de desenvolvimento**. Leis n. 1183/75, 1184/75 e 1186/6. Exemplar do arquivo da SEPLAN. Cascavel. 1976.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – PMC. **Projeto cura**. Cascavel – Paraná. Equipe técnica municipal. Cascavel. Outubro 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – PMC. **Cidade de Cascavel**. Estrutura urbana. V. Jaime Lerner planejamento urbano. Exemplar do arquivo da SEPLAN. V. 1. Cascavel. 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – PMC. **Plano de desenvolvimento urbano**. Grupo técnico da prefeitura municipal e escritório de arquitetura Luiz Forte Netto S/C. V.1.2.3.4. Exemplar do arquivo da SEPLAN. Cascavel. 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – PMC. **Plano diretor de Cascavel de desenvolvimento integrado**. Omar Akel e equipe. V. 1.2.3. Exemplar do arquivo da SEPLAN. Cascavel. 1992.

PRESTES, Anita Leocádia. **A coluna Prestes** - uma epopéia brasileira. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <[http://www.cecac.org.br/mat%E9rias/Coluna\\_Prestes\\_Anita\\_Leocadia\\_Prestes.htm](http://www.cecac.org.br/mat%E9rias/Coluna_Prestes_Anita_Leocadia_Prestes.htm)>. Acesso em: 31 ago. 2005, 12:50.

SÁNCHEZ, Fernanda. A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial. Chapecó. Argos, 2003.

SARGENTINI, Vanice e BARBOSA, Pedro Navarro (org). **Foucault e os domínios da linguagem**. Discurso, poder, subjetividade. São Carlos. Claraluz, 2004.

SCHWARTSMAN, Helio. **A democracia burguesa é uma farsa**. Folha on line – Pensata. [s/l]. [s/d]. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/schwartzman\\_20001116.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/schwartzman_20001116.htm)>. Acesso em 09: maio 2005, 12:45.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro. Editora Record, 2003.

SPERANÇA, Celso. **A história de Cascavel**. Cascavel. Lagarto. 1992.

SUBIRATS, Eduardo. **Da vanguarda ao pós moderno**. São Paulo. Nobel, 1986.

TRINDADE, Jaelson Britan. **Tropeiros**. São Paulo. Editoração, Publicações e Comunicações Ltda. 1992.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1969.





**Caio Smolarek Dias**



**Fúlvio Natércio Feiber**



**Hitomi Mukai**



**Solange Irene Smolarek Dias**



ISBN 85-87938-03-7



9 788587 938039